

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS

LUCIVÂNIA MARQUES PACHECO

**A REFERÊNCIA ANAFÓRICA POR ENCAPSULAMENTO:
GRAMÁTICA E DISCURSO**

**São José do Rio Preto
2014**

LUCIVÂNIA MARQUES PACHECO

**A REFERÊNCIA ANAFÓRICA POR ENCAPSULAMENTO:
GRAMÁTICA E DISCURSO**

Tese apresentada ao Instituto de
Biotecnologia, Letras e Ciências Exatas da
Universidade Estadual Paulista, *Campus* de
São José do Rio Preto, para obtenção do
título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Análise Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Marize Mattos
Dall'Aglio Hattner

**São José do Rio Preto
2014**

Pacheco, Lucivânia Marques.

A referência anafórica por encapsulamento : gramática e discurso /
Lucivânia Marques Pacheco. -- São José do Rio Preto, 2014
172 f. : il.

Orientador: Marize Mattos Dall'Aglio Hattner

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise linguística (Linguística) 3. Gramática
discursivo funcional. 4. Anáfora (Linguística) 5. Referência
(Linguística) I. Hattner, Marize Mattos Dall'Aglio. II. Universidade
Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Instituto de Biociências,
Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 41

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
UNESP - Câmpus de São José do Rio Preto

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Marize Mattos Dall’Aglio Hattner – Orientadora
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antonio
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Dra. Taísa Peres de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Eduardo Penhavel
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Profa. Dra. Gisele Cássia de Sousa
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Suplentes

Profa. Dra. Joceli Stassi-Sé
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Profa. Flávia Bezerra de Menezes Hirata Valle
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Universidade Estadual Paulista “Júlia de Mesquita Filho” (UNESP)

**A Felicidade, ainda que tardia, deve ser conquistada,
e que ninguém mais agradeça pelas migalhas do
cotidiano.**

Sergio Vaz

Aos que amo incondicionalmente: meu filho, João Paulo e minha mãe, Antônia.

Aos que são meus filhos do coração: Ana Laura, Maria Clara, Mateus e Ana Alice.

Ao meu pai, que continua a me acompanhar de outra dimensão.

A vocês, dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao *Criador*, parceiro eterno que me guia sempre pelo melhor caminho.

Aos Professores *Eduardo Penhavel* e *Joceli Stassi-Sé*, pelas preciosas sugestões dadas por ocasião da Banca de Qualificação Geral.

Aos Professores *Eduardo Penhavel*, *Gisele Cássia de Sousa*, *Taísa Peres de Oliveira* e *Juliano Desiderato Antonio*, por terem aceitado participar da Banca de Defesa e pela leitura atenta e apurada.

Aos Funcionários do Setor de Pós-graduação, em especial à *Rosemar*, pela disponibilidade em ajudar sempre.

À *Vanessa*, secretária do Departamento de Estudos Linguísticos, pela atenção e carinho no atendimento.

Aos inesquecíveis amigos de caminhada na UNESP: *Lisângela*, *Edson*, *Ana*, *Maria Luiza*, *Marcos*, *Fábio* e *Michel*.

A todos os meus irmãos e irmãs, em especial à minha irmã *Eni* que sempre me amparou;

A todos os meus sobrinhos e sobrinhas, em especial à *Letícia*, exemplo de ternura;

Aos meus tios *Pedro* e *Vera*, pela amizade e o apoio incondicional;

À *Rhamyssa*, que já tem o meu carinho.

À UNIPAC, na pessoa de sua Diretora Geral, *Divânia Araújo Freitas*, pelo apoio financeiro.

Ao meu grande amigo-diretor, *Roberto Felix Yasbik*, parceiro em todos os momentos.

Ao Dr *José Orleans*, “homem das Letras”, com quem muito aprendi.

Ao *Raphael Rodrigues*, por sua presença iluminada em meu caminho.

Ao *Gabriel Macedo*, meu companheiro de todas as horas.

À *Mara Filbida*, irmã de longa caminhada.

À *Anair*, pelo carinho e pela mão amiga.

Aos amigos incondicionais, *Alexandre de Brito, Ruy e Fernanda*, por participarem de todos os momentos de minha vida.

Aos amigos da UNIPAC, *Marcos Paulo, Márcio, Ivana, Herbert, Daniela, Carla Stopa, Inês, Clayton, Dani Cursino, Abadia, Demilse, Ana Lúcia, Allan, Thomas, Sirlene, Josiane, Kelma, Dielle, Alysson, Neusa, Rosana...* sempre presentes em minha caminhada.

Aos meus alunos da UNIPAC.

Meus sinceros agradecimentos a todos!

HOMENAGENS ESPECIAIS

“Amizade é quando você não faz questão de você e se empresta para os outros”.

A você, *Marize*, que vem se emprestando para mim há uns bons 12 anos, muito obrigada por tudo.

Ao Professor *Eduardo Penhavel*, exemplo de competência aliada ao respeito – sem palavras para mensurar minha gratidão. Obrigada!

Às minhas amigas *Regina Nascimento, Maria Virgínia, Andréia, Valéria, Adriane e a pequena Iandra Helena*. Cada uma, de uma forma ou de outra, marcou e marca minha vida. Em vocês encontro a sustentação para enfrentar os embates da caminhada. Obrigada! Obrigada! Obrigada! Vocês são meu porto seguro!

À minha *mãe*, que me amou e ama incondicionalmente. Hoje, aos 85 anos de idade, tornou-se minha grande Mestra, a maior mulher que já conheci; é dela que me vêm os maiores ensinamentos, reforçando o que tão bem poetisa Cora Coralina: “*O saber a gente aprende com os mestres e os livros. A sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes*”. Obrigada por cuidar de mim!

Aos pequenos: *Ana Laura, Maria Clara, Mateus e Ana Alice*, capazes de me retirar da mais profunda tristeza com seus sorrisos puros e sinceros. A tia Lú ama vocês!

Ao meu filho, *João Paulo* (Kazeka), companheiro de brigas e de alegrias. O “ranzinza” que me fez experimentar o MAIOR sentimento do mundo! Obrigada filho!

RESUMO

PACHECO, L. M. **A referência anafórica por encapsulamento: gramática e discurso**. 2014. 172f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de Concentração: Análise Linguística). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Unesp/Ibilce- São José do Rio Preto-SP.

O objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento do encapsulamento anafórico, levando em consideração as instâncias em que esse fenômeno se processa. Com base nos postulados da Gramática Discursivo Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008), este trabalho pretende mostrar que há uma instância da referenciação que se marca no Componente Gramatical e outra – a da identificação da porção textual de um encapsulamento anafórico – que se resolve no Componente Contextual, postulado conforme Hengeveld e Mackenzie (Inédito). Dialogando com dos trabalhos de Connlly (2007), Cornish (2009) e Stassi-Sé (2012), esse trabalho aponta a necessidade de uma redefinição do Componente Contextual. Essa proposta se confirma por meio da análise de ocorrências de referência por encapsulamento encontradas em textos do gênero artigo de opinião que circulam em duas revistas semanais (*Veja* e *Caros Amigos Online*). A análise dessas ocorrências aponta que o fenômeno da referenciação anafórica por encapsulamento articula propriedades de natureza sociocognitiva, discursiva, semântica e morfossintática e que algumas regularidades do seu funcionamento encontram explicação por meio dos níveis e camadas da GDF.

Palavras-chave: Anáfora encapsuladora, Componente Contextual, Gramática.

ABSTRACT

PACHECO, L. M. **A referência anafórica por encapsulamento: gramática e discurso.** 2014. 172f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de Concentração: Análise Linguística). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Unesp/Ibilce - São José do Rio Preto-SP.

The goal of this work is to analyze the functioning of anaphoric encapsulation, taking into account the instances in which this phenomenon takes place. Based on the postulates of Functional Discourse Grammar of Hengeveld and Mackenzie (2008), this study aims to show that there is an instance of referencing that is marked in grammar and another component - the identification of the textual portion of an anaphoric encapsulation - that is solved in the Contextual Component, as postulated by Hengeveld and Mackenzie (Unpublished). By means of a dialogue with the works of Connolly (2007), Cornish (2009) and Stassi-Sé (2012), this study highlights the need for a redefinition of the Contextual Component. This proposal is confirmed by the analysis of reference encapsulation occurrences found in personal opinion texts circulating in two weekly magazines (*Veja* and *Caros Amigos Online*). The analysis of those events suggests that the phenomenon of anaphoric referencing through encapsulation articulates properties of socio-cognitive, discursive, semantic and morphosyntactic nature and that some regularities of its functioning are explained through the levels and layers of the FDG.

key-words: Anaphoric encapsulation, Contextual Component, Grammar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C	Conteúdo Comunicado
DECL	Ilocução Declarativa
e	Estado-de-coisas
f	Propriedade Lexical
FI	Força Ilocucionária
GDF	Gramática Discursivo-Funcional
GF	Gramática Funcional
I	Ilocução
IMPER	Ilocução Imperativa
INTER	Ilocução Interrogativa
l	Localização
m	Modo
NI	Nível Interpessoal
NR	Nível Representacional
OPT	Ilocução Optativa
p	Conteúdo Proposicional
(P ₁) e (P ₂)	Participantes
PROI	Ilocução Proibitiva
q	Quantidade
t	Tempo
T	Subato de Atribuição
R	Subato de Referência
X	Indivíduo
Σ	Restritor
LT	Linguística Textual

FIGURAS, QUADROS E TABELAS

FIGURAS

Capítulo II

Figura 1: AGDF como parte de uma teoria de interação verbal mais ampla.....	53
Figura 2: Plano Geral da GDF.....	55
Figura 3: O Nível Interpessoal	56
Figura 4: O Nível Representacional	57
Figura 5: O Nível Morfossintático	58
Figura 6: O Nível Fonológico	59

Capítulo III

Figura 7: Um esquema modificado da GDF.....	96
Figura 8: Representação esquemática revista da concepção de contexto de Connolly.....	98
Figura 9: Relações entre as três grandes vertentes de contexto: situacional, textual e discursivo.....	99
Figura 10: Esquema da GDF proposto por Connolly (2007) e modificado por Cornish (2009).....	105
Figura 11 - Esboço da representação do Componente Contextual – Hengeveld e Mackenzie (Inédito).....	110

Capítulo IV

Figura 12 - Inserção da Camada Discurso no Nível Interpessoal.....	137
Figura 13 - Inserção da Camada Texto no Nível Morfossintático	141
Figura 14 – Representação hierárquica simplificada do Estrato Procedural no Componente Contextual.....	155

QUADROS

Quadro 1. Classificação das orações completivas de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 363).....	71
Quadro 2. Universo de ocorrências utilizadas na análise de dados.....	123
Quadro 3. Regularidades do Encapsulamento Anafórico nos Níveis Interpessoal e Representacional.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. Natureza e objetivos da pesquisa.....	15
2. Organização geral do trabalho.....	17
1. A REFERÊNCIA ANAFÓRICA POR ENCAPSULAMENTO.....	19
O tratamento da referenciação na Linguística Textual: as bases de uma gramática do texto.....	19
1.2 A referência anafórica na Linguística Textual.....	20
1.3 A referência anafórica por encapsulamento: visão geral do fenômeno.....	27
1.4 A Estrutura de um SN encapsulador	34
1.4.1 As propriedades Semânticas de um SN encapsulador	36
1.4.2 A função de rotulador dos SNs encapsuladores.....	39
1.4.3 A função avaliativa do SN encapsulador rotulador.....	43
1.5 Encapsulamento anafórico e gêneros textuais.....	45
1.6 Síntese.....	47
2. O TRATAMENTO DA REFERENCIAÇÃO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL.....	50
2.1 Características gerais do modelo.....	50
2.2 A referência anafórica na GDF.....	60
2.3 O encapsulamento anafórico na GDF.....	70

3. TEXTO E DISCURSO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL: ALGUMAS PROPOSTAS.....	85
3.1 O Componente Contextual	85
3.2 A proposta de Connolly (2007).....	91
3.3 A proposta de Cornish (2009).....	97
3.4 A proposta de Hengeveld e Mackenzie (Inédito).....	110
3.5 A proposta de Stassi-Sé (2012).....	114
4. A REFERÊNCIA ANAFÓRICA POR ENCAPSULAMENTO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL.....	120
4.1 A representação de SN encapsulador na GDF.....	120
4.2 Encapsulamento Anafórico na GDF: contexto ou gramática?.....	122
4.3 Justificativas para a inserção do estrato Procedural no Componente Contextual.....	147
4.4 Síntese.....	158
CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169

INTRODUÇÃO

1. NATUREZA E OBJETIVO DA PESQUISA

Este trabalho visa a investigar a referenciação anafórica por encapsulamento, adotando os pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) na descrição e análise desse processo. O argumento que subjaz à escolha deste modelo é o fato de ele apresentar uma estrutura hierárquica capaz de organizar em camadas distintas os eventos discursivos, permitindo uma análise mais ampla dos fenômenos linguísticos, uma vez que a GDF parte da perspectiva de produção que se inicia com a intenção comunicativa e termina com a articulação da expressão linguística, passando, evidentemente, por uma escala descendente regida pela pragmática.

Embora a GDF ofereça um tratamento da referência anafórica, sobretudo da correferência, o mesmo não acontece com os casos de remissão que fogem ao uso prototípico, ou seja, que não se sistematizam no Nível Morfosintático da gramática e demandam, para sua interpretação, remissão a informações discursivas e sociocognitivas. Dessa forma, a referência anafórica por encapsulamento não é contemplada pela GDF, na medida em que se considera que esse fenômeno não apresenta efeito sistemático nas operações da gramática, pois só interessa ao modelo explicitar os fenômenos que ocorrem no Componente

Contextual se afetarem o Componente Gramatical. Por isso o Componente Contextual é apenas pressuposto, mas não descrito no modelo de 2008.

A pergunta de pesquisa

a que instigou a elaboração deste trabalho é a seguinte: o processo de referenciação por anáfora encapsuladora integra o Componente Gramatical da GDF? Ou, dito de outra maneira, a anáfora encapsuladora é um processo semântico-discursivo que tem consequências para a gramática de uma língua? O que se postula nesta tese é que há uma instância da referenciação que se marca na gramática; entretanto, há outra instância – a da identificação da porção textual de um encapsulamento anafórico – que se resolve no Componente Contextual, postulado conforme Hengeveld e Mackenzie (Inédito).

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar a chamada referência anafórica encapsuladora a partir do modelo da GDF, de forma a identificar as instâncias em que o encapsulamento se processa (contextuais, discursivas, semânticas e morfossintáticas). Alinhado com os estudos de Connolly (2007), Cornish (2009) e Stassi-Sé (2012), este trabalho busca contribuir para a discussão referente ao tratamento que deve ser dispensado pela GDF aos fenômenos que são orientados discursivamente.

Para verificar a adequação descritiva do modelo teórico adotado, serão analisadas as ocorrências de referência por encapsulamento encontradas em duas das principais revistas semanais que circulam pelo País (*Veja* e *Caros Amigos e Caros amigos Online*), buscando identificar os fatores de ordem contextual, discursiva, semântica e morfossintática que atuam no funcionamento da

referência anafórica encapsuladora. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, o recurso aos dados constitui uma ferramenta de verificação da adequação descritiva do modelo teórico, e não uma etapa de descrição de uma amostra de língua.

2. ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo traz uma visão geral do fenômeno da referenciação na Linguística Textual com o objetivo de apresentar uma análise conjunta de diferentes aspectos desse fenômeno (estrutura morfossintática da expressão anafórica, funcionamento semântico, funções sócio-discursivas etc.), procurando mostrar, de forma específica, como esse processo de encapsulamento anafórico atua na construção textual. No segundo capítulo, pressupondo um leitor já familiarizado com a GDF, são apresentados alguns aspectos teóricos relativos ao processamento da referenciação e da referenciação por encapsulamento anafórico nesse modelo de gramática. No capítulo terceiro, é feita uma discussão acerca do texto e do discurso na GDF, em que se apresentam as propostas de Connolly (2007), Cornish (2009), Hengeveld e Mackenzie (Inédito) e Stassi-Sé (2012), as quais abordam aspectos diferenciados acerca desse tema. No quarto capítulo é dada ênfase especificamente à anáfora por encapsulamento, aproximando abordagens textuais das abordagens funcionalistas. Nesse capítulo é apresentada

a proposta de interação entre o contexto e a gramática por meio da descrição do tratamento da referência encapsuladora na GDF. Na Conclusão, é feita uma breve retomada do percurso teórico realizado pelo estudo, apontando-se as novas perspectivas sobre o encapsulamento anafórico no âmbito da GDF.

CAPÍTULO I

A REFERÊNCIA ANAFÓRICA POR ENCAPSULAMENTO

1.1 O TRATAMENTO DA REFERENCIAÇÃO NA LINGUÍSTICA TEXTUAL

A Linguística do Texto¹ (LT), desde seu surgimento até os dias atuais, ampliou seus horizontes passando de um estudo transfrástico, voltado para as relações de co-referência, pronominalização ou substituição lexical, como aponta Neis (1981, p.9), para uma teoria do texto ou linguística do texto “que adota, como elementos de relevância primordial “os fatores pragmáticos ligados à enunciação, ou seja, fatores de produção, de recepção e de interpretação de textos”.

Conforme Mondada e Dubois (1995, p. 297-298), sob esse novo ponto de vista, a questão da referência é abordada a partir de dois enfoques argumentativos que tratam, de um lado, da questão da categorização – baseada em estudos psicológicos, os quais retratam que “os processos cognitivos dão uma estabilidade ao mundo” e, de outro, da perspectiva linguística interacionista e discursiva – que focaliza os processos de referenciação sob o prisma da

¹ De acordo com Neves (2004) esse é o rótulo mais geral da disciplina, ao lado de Linguística Textual, mas independente da nomenclatura, trata-se de uma teoria de investigação textual interativa e textual-discursiva.

“construção de objetos de discurso e de modelos públicos de mundo”. A referência, ou referenciação, nessa visão, não nomeia mais um objeto do mundo ideal, mas se produz por meio dos sistemas cognitivos humanos, ou seja, pelas práticas linguísticas e cognitivas de um sujeito, social e culturalmente inserido em um contexto, e pela multiplicidade de versões de mundo produzidas por estas práticas linguísticas e cognitivas.

1.2 A REFERÊNCIA ANAFÓRICA NA LT

A partir do momento em que os estudiosos da LT abandonaram a visão de língua como código e adotaram a visão de língua como ação (o que inclui o componente pragmático na interação dos indivíduos com o texto), houve uma mudança na base empírica da LT que passou a considerar os elementos que realmente contribuíam para que um texto fosse um texto.

A LT passou a ocupar-se com os processos que são postos em ação quando os indivíduos interpretam os dados textuais e, com isso, os estudos do texto passaram a considerar as determinações psicológicas, socioculturais, pragmáticas e linguísticas que atuam na interação comunicativa.

Os estudos do texto direcionaram-se para os elementos que seriam os responsáveis pela construção da textualidade; dentre esses elementos encontram-se a *coesão* e a *coerência*.

Os estudos empreendidos pelos autores da LT, a partir de então, desencadearam várias pesquisas, sobretudo sobre a referência, termo este que foi substituído por *referenciação* – para designar as atividades discursivas nas quais os objetos de discurso se desenvolvem e se transformam na dinâmica discursiva; são introduzidos, modificados desativados, reativados ou reciclados progressivamente no discurso (MONDADA; DUBOIS, 1995).

Dessa forma, os estudos da LT passaram a considerar a construção de objetos-de-discurso como uma prática social – o significado das palavras, os referentes pelos quais os sujeitos compreendem os objetos do discurso, e os próprios objetos do mundo não são categorias imutáveis, mas são percebidos e modelados pelos indivíduos em sua prática social. (MONDADA; DUBOIS, 1995).

Assim, o processo de referenciação promove a progressão referencial e introduz, no texto, objetos de discurso os quais, na dinâmica discursiva, podem ser mantidos, retomados, categorizados ou desfocalizados, como afirma Koch (2011), na plurilinearidade do texto.

No quadro teórico de uma gramática do texto, a retomada de um referente pode dar-se de forma retrospectiva (anáfora) ou prospectiva (catáfora). Em se tratando especificamente da referência anafórica, descreveremos abaixo algumas formas de introdução e retomada de referentes no modelo textual.

1.2.1 A Anáfora Direta

De acordo com Marcuschi (2001, p.219), o termo anáfora, antes usado pela retórica clássica para indicar a “repetição de uma expressão ou de um sintagma no início de uma oração”, hoje designa expressões que, no universo textual, apontam “para outras expressões, conteúdos ou contextos textuais, podendo retomá-los ou não, contribuindo para a continuidade tópica e referencial”.

No caso das Anáforas Diretas, um referente previamente introduzido no cotexto é retomado, estabelecendo uma relação de correferência na qual “parece haver uma equivalência semântica e, sobretudo uma identidade referencial entre o termo anafórico e seu antecedente textual” (MARCUSCHI, 2001, p.219), como se vê em (1), em que o pronome **ela** retoma diretamente **Carla Lamarca**:

(1) Carla Lamarca, 1,80 está de volta a televisão. **Ela** estava afastada das telas há dois anos (...) (KOCH; ELIAS, 2011, p. 132).

Marcuschi (2001) ressalta que, mesmo no caso em que o elemento anafórico substitui o elemento por ele retomado, há que se considerar, ainda, no caso da correferencialidade, aspectos de ordem gramatical, como concordâncias de gênero e de número, sobretudo quando houver, para um referente, mais que um antecedente textual. Além disso, para o autor, a questão da referência anafórica, mesmo nos casos de Anáfora Direta, é muito mais complexa do que o simples processo de reativação de referentes prévios. Em muitos casos, não existe identidade de significados entre o termo anafórico e seu antecedente, pois “o caso da anáfora correferencial não é paradigmático e o pronome não é uma classe de palavras tipicamente anafórica” (op cit, p.220).

1.2.2 *Anáforas Indiretas*

As Anáforas Indiretas, diferentemente das Diretas, não estabelecem uma relação de correferencialidade com seus antecedentes, uma vez que constituem-se, de acordo com Koch e Elias (2011, p.136), de expressões nominais definidas, indefinidas e de pronomes que são interpretados referencialmente sem menção explícita a um antecedente no cotexto; todavia, essas expressões ativam um referente novo, constituindo um processo de “referenciação implícita constituído com base em elementos textuais ou modelos mentais”. Outro fator importante ressaltado por Koch e Elias (2011, p.136) é que esse tipo de referenciação, “além de basear-se em modelos cognitivos e inferências que se ancoram no mundo textual, baseiam-se, ainda, em relações semânticas (sobretudo relações de parte-todo, ou relações meronímicas) inscritas nos sintagmas nominais definidos.”

Koch ilustra com o seguinte exemplo:

- (2) A casa era antiga, **as portas** sem alguns pedaços que foram corroídos pelos cupins, **as janelas** quebradas, **as paredes** pichadas davam um ar sóbrio à casa. (KOCH; ELIAS 2009, p. 136)

Como se pode observar, esse tipo de anáfora introduz (e não retoma) novos referentes que até então não haviam sido nomeados explicitamente e que, a partir de então, darão continuidade à relação referencial global. Como afirma Charolles (1999), o sintagma nominal é novo, pois até sua ocorrência, não havia sido mencionado e não fazia parte do conjunto de entidades presentes no discurso.

Marcuschi (2001)², ao fazer um estudo desse tipo de referenciação, aponta, baseado em Schwarz (2000), os vários tipos de relações estabelecidas entre o item anafórico e sua âncora. Para o autor, as anáforas associativas constituem um tipo de referenciação que se processa da seguinte maneira:

a. Por meio de papéis temáticos associados aos verbos:

(3) Eu queria **fechar** a porta quando Moretti saltou dos arbustos. Com o susto deixei cair *as chaves*. (MARCSUCHI, 2001, p. 226)

De acordo com Marcuschi, o verbo **fechar** tem como um de seus papéis temáticos o papel instrumental e a palavra **chave** cumpre esse papel que ficou implícito com o uso do verbo na oração precedente.

b. Por meio de relações semânticas inseridas nos SNs definidos:

(4) Não compre *a xícara* amarela. **O cabo** está quebrado. (SCHWARZ 2000, *apud* MARCSUCHI, 2001, p. 227)

Essas relações são do tipo meronímicas (relações parte-todo) hipo ou hiperonímicas.

c. Por meio de esquemas cognitivos e modelos mentais:

(5) Nos últimos dias de agosto... a menina Rita Seidel acorda num minúsculo *quarto de hospital*... **A enfermeira** chega até a cama... (MARCSUCHI, 2001, p. 228)

² Nesse artigo, Marcuschi usa a expressão Anáfora Indireta como sinônimo de Anáfora Associativa. Ele mesmo salienta que esses dois termos não podem ser dissociados.

Esse tipo de anáfora ancora-se em modelos mentais (*frames*, cenários ou *scripts*) que são armazenados em nossa memória de longo prazo como conhecimentos de mundo organizados.

d. Por meio de inferências ancoradas no modelo de mundo textual:

- (6) O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas jogou o suficiente para se impor diante da fraca Tuna Luso com um placar de 3x0, ontem à tarde, nos Aflitos. Foi a **primeira vitória alvirrubra** na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro jogos, e serviu para levantar o moral do time que subiu para cinco pontos no Grupo A. Lênton, Mael, e Lopeu marcaram **os gols alvirrubros**. Com o ponta-esquerda Lênton, improvisado de centroavante, e Ricardinho na esquerda, o Náutico demorou a se encontrar em campo. A Tuna jogava fechada e seu técnico, Bira Burro, orientava os atacantes Joacir e Ageu para ficarem enfiados entre os zagueiros alvirrubros. *O restante do time paraense ficava em frente da área.*(MARCSUCHI, 2001, p. 229)

Essas anáforas ancoram-se em informações textuais precedentes e exigem, para sua interpretação, que se tome conhecimento do contexto textual anterior, que se tenha conhecimentos pessoais acerca do tema que está sendo referido.

e. Por meio de elementos textuais ativados por nominalizações:

- (7) O Náutico não fez uma exibição primorosa, mas *jogou* o suficiente para se impor diante da fraca Tuna Luso com um placar de 3x0, ontem à tarde, nos Aflitos. Foi a primeira vitória alvirrubra na Segunda Divisão do Brasileiro, depois de quatro **jogos**, e serviu para levantar o moral do time que subiu para cinco pontos no Grupo A. Lênton, Mael, e Lopeu marcaram os gols alvirrubros. (MARCSUCHI, 2001, p. 230)

A passagem de um verbo para um nome – nominalização – carrega forças ilocucionárias marcantes e a referência operada por meio desse processo não pode ser direta, pois o referente não é um item específico.

f. Por meio de pronomes introdutórios de referentes:

- (8) A: Maria pretende *casar* no final do ano.
B: E o que **ele** faz? (MARCSUCHI, 2001, p. 232)

1.2.3 A Concordância Associativa

Outro fenômeno referencial tratado pela Linguística textual é a Concordância Associativa, que se manifesta, como afirma Koch (2002), por meio de silepses de gênero e número:

- (9) Convidei todos os colegas para a festa. A **maioria** vieram. (KOCH, 2002, p.111)

A respeito desse tipo de concordância, a autora (p. 112-113) aponta que a associação se dá a partir dos nomes coletivos que permitem a construção, por inferências, de um referente implícito no cotexto ou no contexto sociocognitivo o qual será concebido “como uma classe que vai determinar as concordâncias ulteriores no plural”.

Assim como as Anáforas Indiretas, a Concordância Associativa “consiste não apenas em inferir um objeto de discurso a partir de um objeto de discurso, mas inferir um atributo de objeto a partir de um outro atributo de objeto” (op. cit. p. 114-115), o que evidencia que um item anafórico não demanda, necessariamente, a presença, no cotexto precedente, de um referente que lhe sirva para estabelecer relação de concordância.

Esse tipo de concordância, de acordo com Koch (2002, p.116), se estabelece na macrossintaxe discursiva, ou seja, organiza grandes unidades discursivas por meio de “atos de linguagem e de informação partilhada”. Isso

equivale dizer que, na concordância associativa, os pronomes extrapolam suas funções gramaticais (concordância ou ligação) e assumem a função de “apontar um objeto de discurso já conhecido (está presente no conhecimento partilhado dos interlocutores, na sua memória discursiva), sinalizando-o ao destinatário” (KOCH, 2002, p. 116).

Além dos tipos de anáfora mencionados, a LT descreve as expressões nominais ou anáforas encapsuladores que resumem porções textuais e promovem a categorização e recategorização dos objetos de discurso no texto. Esse fenômeno será detalhado a seguir.

1.3. A REFERÊNCIA ANAFÓRICA POR ENCAPSULAMENTO: VISÃO GERAL DO FENÔMENO

O referencial teórico apresentado neste trabalho concebe os processos de referenciação como um fenômeno construído na interação discursiva por meio da “intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações das concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA; DUBOIS, 1995, p.276).

A referenciação constitui um fenômeno central para o entendimento da progressão textual. De acordo com Cortez (2012, p.13), mais que uma relação direta, a relação anafórica passou a ser analisada como uma relação que se funda

contextualmente, sobretudo em fatores pragmáticos, sociointeracionais e cognitivos. O exemplo (10) corrobora essa afirmação:³

- (10) Não existe um lugar com narcotráfico em que não se pague à polícia. Uma parte muito grande do que faturava ‘Nem’ ia parar na polícia. E **eles** protegiam ao narcotraficante, disse Freixo. (*Caros Amigos*, 17 de dezembro de 2011)

A relação anafórica desencadeada pelo pronome **eles**, neste exemplo, não se apoia em elementos da superfície textual, mas na memória discursiva, e isso permite ir além dos limites do cotexto e identificar o referente no contexto da hierarquia da polícia como sendo os próprios policiais, sargentos, o comando da polícia, etc. (CORTEZ, 2012 p. 14). A omissão do referente em (10) é feita pelo produtor mediante a pressuposição de que o seu leitor, assim como ele, possui claramente organizado em sua mente o referente da forma pronominal, ou seja, o “objeto de discurso designado está incluso nas representações partilhadas pelos interlocutores” (REICHELER-BÉGUELIN, 1995 *apud* CORTEZ, 2012).

Para Cortez (2012, p. 16), ao abandonar a idéia da referência como um processo que se apoia em elementos da superfície textual,

o tratamento da referência, inevitavelmente, estendeu-se sobre a dimensão do discurso, propondo novo olhar sobre as operações de designação, identificação e interpretação referencial e por consequência renovou a compreensão acerca do processamento anafórico. Isto se deu porque a referência passou a ser concebida e analisada como uma atividade discursiva, na qual estão implicados aspectos sociocognitivos, que por sua vez interferem no processamento da anáfora, condicionando as operações de designação/identificação de referentes.

³ A exemplificação específica desta subseção foi buscada nas revistas *Veja* e *Caros Amigos Online*. Esses mesmos exemplos serão retomados no capítulo IV, quando discutiremos as possibilidades de análise da anáfora encapsuladora no modelo da GDF.

Nesse contexto, as anáforas por encapsulamento – que resumem porções textuais de extensão variada – desempenham um papel importante na dinâmica do texto. Esse tipo de anáfora, de acordo com Conte (2003, p. 177), opera por meio de um sintagma nominal que faz uma “paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto” conforme o exemplo a seguir:

- (11) Ao ser citada em um relatório desse tipo, sobretudo com uma redução que posiciona a cidade abaixo da linha imaginária do que é considerado um índice “epidêmico”, as políticas governamentais de segurança ganham enorme respaldo nacional e internacional. Sabe-se bem como esse ganho foi capitalizado rapidamente pelo governo paulista durante a última década. Contudo, **esse crédito eleitoral** e, acima de tudo, político-administrativo, não foi usufruído sem que, bem longe das razões governamentais, se constituísse um lastro que sustenta outra história acerca da redução das taxas de homicídios. (*Caros Amigos*, 24 de agosto de 2012)

A autora menciona, ainda, que o SN encapsulador constitui-se de um núcleo lexical e tem como determinante, preferencialmente, um pronome demonstrativo. Segundo Conte (2003)⁴, a referenciação encapsuladora é totalmente dependente do cotexto, o que não significa que esse tipo de anáfora seja veiculadora de informações velhas. Segundo essa autora (2003, p.181-183), os encapsulamentos anafóricos são introdutórios de um novo referente discursivo que se torna argumento de predicções posteriores; o próprio núcleo do SN encapsulador é novo, pois não figura no cotexto. O encapsulamento anafórico realizado por um SN cujo núcleo é um nome avaliativo ou por um SN composto por um adjetivo avaliativo como modificador constitui “um poderoso meio de manipulação do leitor” como pode visto no exemplo (12):

⁴ O texto original “Anaphoric encapsulation” foi escrito por Conte em 1996. Posteriormente, foi traduzido e publicado por Mônica Magalhães Cavalcante em 2003. A consulta para realização deste estudo foi feita pelo texto publicado em 2003.

- (12) A alegação era de que Daniele era um fardo para a treinadora e que seria uma atleta "descartável". Apesar **da pancada**, Daniele levou para casa duas medalhas na competição, uma de ouro e outra de prata. (*Veja*, abril de 2004)

A mudança da apresentação de detalhes para a genericidade, conforme ilustrado em (12), constitui um ponto crucial no discurso argumentativo (CONTE 2003). Da mesma forma, a interpretação do SN encapsulador pelo leitor não é simples, uma vez que pode demandar processos complexos de inferência (WANDA D'ADDIO, *apud* CONTE, 2003, p. 186). A referenciação anafórica encapsuladora se apresenta também como um recurso que atua na “categorização e hipostasiação⁵ de atos de fala e de funções argumentativas no discurso” (id. *Ibid.*). Em (13), como afirma Conte (2003, p. 188), o encapsulamento anafórico é o responsável pela força ilocucionária do enunciado, categorizando-o como um ato de fala particular (uma promessa), o que provoca uma mudança para o nível metacomunicativo.

- (13) A liga será sempre para as pessoas que lutam contra a classe governamental – **esta promessa** de Dasi provocou uma aclamação na praça. (CONTE, 2003, p. 187)

O encapsulamento anafórico pode ocorrer também por meio de pronomes como em (14). Esse tipo de encapsulamento, de acordo com Cavalcante (2001), parece exigir pouco esforço cognitivo do falante, uma vez que ele não precisará escolher um nome para designar sua intenção comunicativa. A autora assinala que, em comunicações *on line* ou quando não se intenciona acrescentar nenhum

⁵ Segundo Conte (1996) o encapsulamento anafórico de unidades pragmático-discursivas conduz a uma categorização e uma hipostasiação (mudança de nível) de atos de fala, e de funções argumentativas no discurso.

valor argumentativo, parece ser mais prático (pelo alto grau de genericidade) o uso de uma pró-forma resumidora.

- (14) No entanto, não é isto que estamos vendo. O governo quer medir forças, mesmo ao custo de manter em pauta uma proposta política e economicamente irresponsável. Frente **a isso** só podemos dizer que o nosso compromisso com a Universidade Pública, com a sociedade e com o desenvolvimento brasileiro nos obriga a seguir em frente nesta luta. (*Caros Amigos*, 22 de agosto de 2012)

No tocante ao encapsulamento realizado por SNs, Cavalcante (2001) refuta a afirmação de Conte (2003) segundo a qual estes SNs exercem funções principalmente argumentativas. Para a autora, isso dependerá do gênero e dos propósitos comunicativos do falante. Em alguns casos são empregados apenas para encapsular informações.

Para Conte (2003, 184) o encapsulamento anafórico introduz uma “nova expressão referencial, “motivada pelo discurso precedente”, funcionando como “um recurso de integração semântica”. Geralmente os SNs encapsuladores ocorrem no ponto inicial de um parágrafo, o que lhes confere a característica de organizadores da estrutura discursiva. Nesses casos, afirma Conte (2003), os SNs adquirem características semelhantes a dos conectivos textuais. Em nota a autora esclarece que:

Em sua função de estruturação e organização textual, os conectores chegam muito perto dos conectivos textuais. E, de modo muito interessante, muitos nomes gerais funcionando no encapsulamento anafórico também estão envolvidos na formação de conectivos. Cf os conectivos no inglês: *The raison why, by reason of, the that*: os conectivos franceses *par le fait, pour cette raison*; os do italiano: *per Il fato, Che, ragon per cui*. Os conectivos são frutos de um processo de gramaticalização. Existe uma transição do léxico para a gramática. (CONTE, 2003, p.190)

Isso prova que alguns tipos de encapsuladores, em algum momento, poderão assumir funções gramaticais, pois como afirma Martelotta (2008, p.44), a estrutura gramatical das línguas não é estática ela está sujeita “às adaptações promovidas pelos usuários aos diferentes contextos de comunicação”.

As anáforas por encapsulamento se manifestam sempre por uma expressão nominal ou pronominal que, de acordo com Cavalcante e Mesquita (2011, p. 55), cumprem as seguintes funções:

- a) **Resumitiva**, porque parafraseia, numa expressão, uma porção do contexto, acrescida de inúmeras outras informações contextuais; b) **Coesiva**, porque marca a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto e porque organiza tópicos textual-discursivos, colaborando para a continuidade e para a progressão temática; c) **Metadiscursiva**, porque a seleção da expressão encapsuladora revela a atitude reflexiva do locutor ao voltar-se para o seu próprio dizer; e d) **Argumentativa**, porque contribui efetivamente para a persuasão elaborada pelo enunciador⁶. (grifos da autora)

Os exemplos (15), (16), (17) e (18) ilustram as funções descritas acima:

- (15) A grande burguesia paraguaia e os EUA encamparam a saída do Palácio de los López do desgastado poder “colorado”. No governo, Lugo não avançou em relação à reforma agrária: garantiu, cooptando as direções do movimento camponês ou reprimindo-as, o grande latifúndio dos produtores de soja nacionais, dos “brasiguaios” (Tranquilo Favero, brasileiro, “o rei da soja”, possui mais de 100 mil hectares de terra – um milhão, se contadas as terras detidas por seus testas de ferro – e 40 mil cabeças de gado em 13 dos 17 departamentos do país) e das empresas multinacionais que dominam o agronegócio. **Essa estrutura latifundiária** é das mais desiguais do mundo: 85% das terras (uns 30 milhões de hectares) estão nas mãos de 2% dos proprietários. O Paraguai é o quarto produtor e exportador de soja e o nono de carne do mundo (*Caros Amigos*, 22 de agosto de 2012)
- (16) Alguns críticos do filme interpretaram essa citação como um indício de que o filme “atinge o nível mais nobre da arte ocidental. O filme

⁶ Essas funções assemelham-se às funções de Transição, Adendo, Resgate e Salvaguarda que serão discutidas no capítulo III deste estudo.

apela para o centro da tradição norte-americana – o ideal do nobre sacrifício pelo povo comum. Batman deve se humilhar para ser exaltado e renunciar à própria vida para encontrar uma nova. [...] Como máxima figura de Cristo, Batman sacrifica a si para salvar os outros”. **Dessa perspectiva**, com efeito, Dickens está apenas a um passo de distância de Cristo no Calvário: “Pois aquele que quiser salvar a sua vida vai perdê-la, mas o que perder a sua vida por causa de mim vai encontrá-la. De fato, que aproveitará ao homem se ganhar o mundo inteiro, mas arruinar a sua vida?” (Mt 16:25-26 da Bíblia de Jerusalém). O sacrifício de Batman como repetição da morte de Cristo? **Essa ideia** não seria comprometida pela última cena do filme (Wayne com Selina em um café em Florença)? O equivalente religioso desse final não seria a conhecida ideia blasfema de que Cristo realmente sobreviveu à crucificação e teve uma vida longa e pacífica (na Índia, ou talvez no Tibete, de acordo com algumas fontes). (*Caros Amigos*, 14 de agosto de 2012)

- (17) O dono comunicou que iria fazer um corte de 50% dos custos da redação, o que significaria a demissão de metade da redação”, diz o ex-editor Hamilton Octavio de Souza. Também queriam direitos trabalhistas, como contratação formal no regime CLT. Em entrevista ao portal Sul 21, Nabuco mostrou-se indignado com as reivindicações. “Não tem carteira assinada porque ninguém entrou aqui com **essa promessa**. (<http://revistaforum.com.br/blog>)
- (18) Com a aprovação, a educação do Brasil passa a ter novos desafios democráticos. À chiadeira miúda das elites anti-cotas, em seu direito justo de espernear, resta-lhes perceber as virtudes soberanas da democracia brasileira. No entanto, não são **essas lágrimas de crocodilo** que darão a nova governança da educação do país. Com a obrigatoriedade do ensino médio e os seis milhões de inscritos no ENEM 2012, é para frente que o Brasil precisa olhar. (*Caros Amigos*, 22 de agosto de 2012)

De acordo com Chanet (1994, p. 15), uma das particularidades das anáforas resumitivas⁷ é a de criar um objeto na memória por meio da reificação de uma relação entre vários objetos discretos; antes de uma anáfora resumitiva, o objeto como tal não existe, é a anáfora que cria o objeto. A afirmação de Chanet (1994) evidencia que as anáforas encapsuladoras possuem um caráter discursivo

⁷ Chanet (1994) denomina de anáforas resumitivas as referências feitas por meio de encapsulamento anafórico.

que envolve, todavia, aspectos sociocognitivos os quais, no dizer de Cortez (2012, p. 16) “interferem no processamento da anáfora, condicionando as operações de designação/identificação de referentes”.

As anáforas encapsuladoras possuem, ainda, funções semânticas e as funções rotuladora e avaliadora do discurso. Essas funções serão detalhadas na seção seguinte, em que se discutirá a estrutura do SN encapsulador.

1.4 A ESTRUTURA DE UM SN ENCAPSULADOR

As estruturas mais comuns na composição de SNs encapsuladores (aqueles que operam com anáforas nominais) são as que apresentam **det + nome + modificador**, **det + modificador + nome** ou **det + modificador + nome + modificador**, em que o adjetivo ou locuções adjetivas funcionam como modificadores do nome nuclear do SN, e também estruturas compostas por **det + nome**. Os encapsulamentos também ocorrem apenas por pronomes.

No que se refere especificamente aos modificadores do SN (adjetivos e locuções adjetivas), segundo os estudos de Camacho, Dall’aglio-Hattner, Gonçalves (2008, p. 9), substantivos e adjetivos podem ser inclusos em uma mesma classe, a dos nomes, e o que justifica essa inclusão é o fato de essas duas classes compartilharem, em línguas clássicas como o latim e o grego, “propriedades mórficas como flexão de gênero, número e caso, sendo possível a distinção entre ambas somente em termos funcionais”. Porém, ressaltam os

autores, os substantivos possuem características específicas que os diferenciam e, portanto, justificam um tratamento específico para esta classe.

Para realização deste estudo, interessa discorrer apenas sobre os pontos que envolvem as relações que se operam entre nome e o adjetivo ou locução adjetiva (modificadores) e nome e determinante de um SN encapsulador.

O SN encapsulador apresenta, em sua estrutura, determinantes demonstrativos, definidos, indefinidos e possessivos.

Na relação entre o nome e o adjetivo do SN encapsulador, os adjetivos normalmente funcionam como modificadores do nome. Nessa função, os adjetivos que modificam os nomes no SN pertencem, principalmente, às subclasses dos classificadores e dos quantificadores.

Na função de classificadores, enquadram-se os adjetivos que, segundo Neves (2000, p.186),

colocam o substantivo que acompanham em uma subclasse, trazendo em si uma indicação objetiva sobre essa subclasse. Eles constituem, pois, uma verdadeira denominação para a subclasse, e, portanto, são denominativos, e não predicativos, possuindo caráter não-vago.

Dessa forma, por exemplo, em (15), aqui repetido, no SN **estrutura latifundiária**, “latifundiária” é o nome que classifica estrutura, pois existem vários tipos de estrutura, um desses tipos seria a latifundiária.

- (15) A grande burguesia paraguaia e os EUA encamparam a saída do Palácio de los López do desgastado poder “colorado”. No governo, Lugo não avançou em relação à reforma agrária: garantiu, cooptando as direções do movimento camponês ou reprimindo-as, o grande latifúndio dos produtores de soja nacionais, dos “brasiguaios” (Tranquilo Favero, brasileiro, “o rei da soja”, possui mais de 100 mil hectares de terra – um milhão, se contadas as terras

detidas por seus testas de ferro – e 40 mil cabeças de gado em 13 dos 17 departamentos do país) e das empresas multinacionais que dominam o agronegócio. **Essa estrutura latifundiária** é das mais desiguais do mundo: 85% das terras (uns 30 milhões de hectares) estão nas mãos de 2% dos proprietários. O Paraguai é o quarto produtor e exportador de soja e o nono de carne do mundo. (*Caros Amigos*, 29 de agosto de 2012)

Na função de qualificadores estão os que “indicam, para o nome que acompanham, uma propriedade que não necessariamente compõe feixe das propriedades que o definem” (NEVES, 2000, p.185). Esses adjetivos qualificam os nomes que acompanham podendo conferir-lhes características mais ou menos subjetivas.

Constituem exemplos de qualificadores os adjetivos que contenham em sua morfologia prefixos negativos (desagradável, impenitente, imaturo, incompleto, etc.) ou sufixos que formam derivados de verbos, fazendo com que encontrem na língua sua contraparte verbal (petrificada, apodrecida, reluzente, brilhante, temido, respeitado, aberto, etc). No exemplo (19), o nome **despolitizada** exerce a função de qualificador.

(19) A Grécia não é exceção. É mais uma, dentre várias pistas de testes de um novo modelo socioeconômico de aplicação quase ilimitada: **uma tecnocracia despolitizada**, na qual banqueiros e outros especialistas ganham carta branca para demolir a democracia. (*Caros Amigos*, 12 de junho de 2012)

1.4.1 As propriedades Semânticas de um SN encapsulador

De acordo com Camacho, Dall’aglio-Hattner, Gonçalves (2008, p. 9), em um SN o núcleo nominal é o responsável por ativar as funções denominadora e

referenciadora dos substantivos. Na sua função de denominar (seres em geral: *carro, gato, homem, Brasil*; qualidades, ações ou estados: *beleza, despedida, alegria*), os substantivos, devido ao fato de possuírem significação informacional relacionada à extencionalidade, podem “atualizar significados que lhe são disponíveis (virtuais) e, assim, permitir acesso à realidade extramental, enfatizando a relação linguagem-mundo”. Apoiados em Lyons (1977), os autores (p.9) classificam os substantivos segundo a ordem das entidades que denominam:

Entidades de primeira ordem, referência mais prototípica dos substantivos, são indivíduos (pessoas, animais e coisas) e têm as seguintes características: (i) sob condições normais, são relativamente constantes quanto à suas propriedades perceptuais; (ii) são localizadas em algum ponto no tempo e no espaço; (iii) são observáveis publicamente; (iv) podem ser avaliadas em termos de sua existência. Assim, podem ser referidas e propriedades a elas atribuídas. São exemplos: homem, gato, caneta etc.

Entidades de segunda ordem designam estado-de-coisas (ações, processos, estados e posições) e se caracterizam por poderem: (i) ser localizadas no tempo e ter uma certa duração temporal; (ii) ocorrer, e não por existir; (iii) ser avaliadas em termos de sua realidade. São exemplos: chegada, beleza, morte etc.

Entidades de terceira ordem designam entidades abstratas (crenças, expectativas e julgamentos) e têm as seguintes características: (i) estão fora do espaço e do tempo; (ii) podem ser asseveradas, negadas, lembradas ou esquecidas; (iii) podem ser razão, mas não causa; (iii) podem apenas ser avaliadas em termos de suas condições de verdade e não de sua realidade ou existência. São exemplos: idéia, crença, razão etc.

Os autores apontam, ainda, uma quarta ordem na qual as entidades se referem aos atos de fala: declarações, perguntas, exclamações.

Os substantivos podem codificar todas as quatro entidades na língua e, como ressaltam os autores, aludindo aos estudos de Dik (1989), entidades não são coisas da realidade, mas construtos mentais. Os substantivos são termos usados para fazer referência a uma entidade, sendo assim, ao empregar um substantivo o falante pretende:

predicar, mediante uma construção ou uma identificação de um referente: (i) se a referência é construtora, o uso de um termo introduz uma entidade no modelo mental do interlocutor; (ii) se a referência é identificadora, o uso de um termo é apenas um modo de ajudar o interlocutor a identificar um referente que já esteja disponível no seu modelo mental. A construção da referência é verbalizada mediante o uso de SNs indefinidos, enquanto a identificação de referentes ocorre por meio de SNs definidos. (CAMACHO, DALL'AGLIO-HATTNER, GONÇALVES, 2008, p. 10)

De acordo com os autores (p. 10), o núcleo nominal de um SN “é o único termo que, tomado de acepção referencial, constitui o centro de referência”, entretanto ressaltam que o simples fato de um substantivo aparecer em um SN não lhe confere função referenciadora. Pode-se ilustrar essa afirmação por meio dos exemplos de adjetivos classificadores e qualificadores apresentados anteriormente como modificadores de um SN. Os autores asseveram que:

Um substantivo funcionando como um adjetivo pode atribuir a um outro substantivo o conjunto de propriedades que indica como se fosse uma propriedade única, ou seja, ao deixar de ser referencial, ele passa a atuar como um qualificador ou como um classificador, comportamento típico de substantivos em função predicativa. (CAMACHO, DALL'AGLIO-HATTNER, GONÇALVES, 2008, p.11)

Fazendo referência ao universo textual, os autores ressaltam a importância de se entender a referenciação feita por meio dos substantivos como uma operação na qual os objetos de mundo são transformados em objetos do discurso, os quais são categorizados e recategorizados na dinâmica discursiva, formando cadeias referenciais responsáveis pela progressão textual. É importante salientar que a referenciação por meio dos substantivos está ligada à situação discursiva e ao conhecimento de mundo dos falantes.

Os SNs **tal fato e dessa idéia**, no exemplo (20 e 21), representam, respectivamente, entidades de segunda e terceira ordem.

(20) Se o movimento tem sido vitorioso e encontra apoio social, por que os professores permanecem em greve, e em uma greve bastante forte e coesa, após quase três meses de desgastes e de bombardeios por parte do governo e de setores da imprensa a ele associados? É preciso deixar claro que **tal fato** decorre, por um lado, do autoritarismo e, até mesmo, da arrogância do governo e, por outro, de seus compromissos com um modelo econômico que não permite os investimentos necessários para que a educação pública federal se expanda, com a garantia de qualidade tanto no que diz respeito às condições de trabalho e ensino, quanto à estrutura da carreira docente.

(21)“Na lógica da economia verde, a floresta presta o serviço ambiental de capturar o carbono que causa o efeito estufa. Então, digamos que um hectare de floresta captura 20 toneladas de carbono por ano. Aquele hectare vai ser convertido em títulos financeiros, que vão ser comercializados na bolsa de valores, equivalentes a esse montante”. Segundo ele, já existem bolsas de valores específicas para esse tipo de transação, nos EUA e no Japão, “mas elas não estão funcionando a pleno vapor justamente porque não existe uma regulamentação internacional sobre isso. É isso o que está sendo proposto agora” diz. Atualmente, discute-se a inclusão de mecanismos de PSA no texto do novo Código Florestal brasileiro, cujo projeto de lei tramita no Senado. “Um dos defensores **dessa idéia** é o senador Blairo Maggi, que é um dos maiores produtores de soja do país”, assinala Luiz Zarref.(*Caros Amigos*, 7 de novembro de 2011)

Entidades de primeira ordem não podem ser encapsuladas uma vez que possuem estatuto de referentes.

1.4.2 A função de rotulador dos SNs encapsuladores

Outro aspecto importante da coesão lexical de grupos nominais é o que autores como Francis (2003, p. 191)⁸ denominam como rotulação. Este processo revela a forma como os grupos nominais “são usados para conectar e organizar o discurso escrito”.

Em um discurso os rótulos operam cataforicamente e anaforicamente. Quando precedem sua lexicalização, os rótulos são denominados de prospectivos e quando a antecedem são denominados de retrospectivos.

Em função prospectiva os rótulos permitem ao leitor buscar a informação precisa no próximo segmento textual ou no próximo parágrafo como no exemplo (22), ou, ainda, denotam avaliação do produtor do texto como o rótulo *nessa deliberação* em (23):

(22) **Duas críticas** do senso-comum se apresentam aqui. **A primeira** é de que houve violência e matanças monstruosas nas revoluções reais, desde o estalinismo ao Khmer Vermelho, por isso está claro que o filme não está apenas engajado na imaginação revolucionária. **A segunda**, oposta, é esta: o atual movimento Occupy Wall Street não foi violento, seu objetivo definitivamente não era um novo reino do terror; na medida em que se espera que a revolta de Bane extrapole a tendência imanente do movimento OWS, o filme, portanto, deturpa de maneira absurda seus objetivos e estratégias. (*Caros Amigos*, 14 de agosto de 2012)

(23) (...) quarta e última indisposição foi a de após de anos de conflitos se retirou da importante Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP) a nomeação de “Pontifícia” e “Católica”. O Judas da universidade foi o cardeal de Lima, Juan Luis Cipriani. E, nesse último detalhe gostaria de me deter, pois aflige diretamente os da América Latina.

Penso que o que esteja em jogo **nessa deliberação** é a tentativa de retalhar não só a universidade, mas indispor a Teologia da Libertação. (*Caros Amigos*, 27 de julho de 2012)

⁸ O texto original “Labelling discourse: na aspecto f nominal-group lexical cohesion” foi escrito por Gill Francis em 1994. Posteriormente, foi traduzido e publicado por Mônica Magalhães Cavalcante em 2003. A consulta para realização deste estudo foi feita pelo texto publicado em 2003.

Em função retrospectiva, os rótulos servem para “encapsular ou empacotar uma extensão do discurso” (FRANCIS, 2003, p 195). O que identifica um grupo nominal como rótulo retrospectivo é o fato de ele não se referir a nenhum outro grupo nominal antecedente, “mas apresentar-se como equivalente à oração ou orações que ele substitui, embora nomeando-as pela primeira vez” (idem, p.195). Para Francis (2003, p 195), o rótulo sinaliza ao leitor como a extensão do discurso precedente à qual ele faz referência deve ser interpretada, “e isso fornece o esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido”.

- (24) O ingresso da Venezuela poderia ser interessante para os países do bloco se permitisse acordos bilaterais, de intercambio de energia, com base em preços inferiores aos internacionais, investimentos industriais em ampla escala, com créditos baratos e de longo prazo. Isso é uma perspectiva fora do alcance das burguesias nacionais, pelas suas rivalidades (incapacidade de planificação) e pela pressão do capital financeiro internacional. A entrada de Venezuela ao Mercosul, por outro lado, carece de sustentação legal pela não aprovação paraguaia. **A manobra** limita-se a ampliar o campo de contradições no bloco, já manifestas nas divisões sobre este ponto entre os governos do Brasil e Uruguai (Danilo Astori, vice-presidente uruguaio, declarou que o ingresso da Venezuela foi “um golpe” acordado entre Argentina e Brasil, no último momento). (*Caros Amigos*, 29 de agosto 2012)

O rótulo retrospectivo “**A manobra**” conduz o leitor a interpretar que o ingresso da Venezuela ao Mercosul é apenas mais uma “jogada” que não trará benefícios aos países componentes do bloco devido ao fato de existirem rivalidades, sobretudo com o Paraguai. Ao fazer esta caracterização, o rótulo

alinha as orações precedentes com as que se seguem, fornecendo o esquema no qual estão presentes os argumentos necessários para comprovar que “a manobra” foi um golpe traçado pelo Brasil e Argentina, maiores interessados no mercado venezuelano.

Outra característica dos rótulos retrospectivos é o fato de exercerem a função de pró-formas. Os nomes que funcionam como núcleos desses rótulos são geralmente precedidos por determinantes demonstrativos, definidos, dentre outros, assim como por modificadores e qualificadores e, de acordo com Francis (2003, p. 196), “o grupo *todo* funciona muito bem como uma pró-forma ou um item referencial” e se assemelha ao que Halliday e Hasan (1976, *apud* FRANCIS, 2003, p. 196) chamam de nomes gerais (homem, criatura, coisa, material, assunto, movimento, mudança, questão, idéia, fato, etc), os quais podem ter função coesiva “pois um nome geral é, em si mesmo, um caso fronteiro entre um item lexical (membro de um conjunto aberto) e um item gramatical (membro de um sistema fechado)”. Como apontam os autores, do ponto de vista gramatical, “a combinação de nome geral mais determinante específico (o homem, a coisa) é muito semelhante a um item referencial”.

Os rótulos retrospectivos possuem, de acordo com Francis (2003, p. 198), função organizadora no discurso, pois mudam o tópico discursivo ou promovem uma alteração dentro do tópico inserindo uma informação nova em um esquema dado. Essa “operação” é assinalada por uma “divisão ortográfica” – as orações que contêm rótulos retrospectivos são comumente introdutoras de parágrafos.

(25) O filme apela para o centro da tradição norte-americana – o ideal do nobre sacrifício pelo povo comum. Batman deve se humilhar para ser exaltado e renunciar à própria vida para encontrar uma nova. [...] Como máxima figura de Cristo, Batman sacrifica a si para salvar os outros”[3].

Dessa perspectiva, com efeito, Dickens está apenas a um passo de distância de Cristo no Calvário: “Pois aquele que quiser salvar a sua vida vai perdê-la, mas o que perder a sua vida por causa de mim vai encontrá-la. (*Caros Amigos*, 14 de agosto de 2012)

Numa tentativa de sistematizar os rótulos em uma classe, Francis aponta que a escolha de um rótulo não é feita a partir de uma seleção independente de um paradigma de palavras que tenham a mesma função. Os rótulos são altamente dependentes do contexto, entretanto, explica Francis (2003, p. 202), basicamente todos os nomes nucleares de rótulos possuem, em comum, o fato de serem inerentemente inespecíficos: “sua especificação é uma escolha única a partir de uma infinidade de lexicalizações possíveis, e é encontrada em orações com as quais entra em relação de substituição”. Para a autora, este é o conceito mais útil para caracterizar os rótulos como uma classe, “embora como uma classe aberta”.

1.4.3 A função avaliativa do SN encapsulador rotulador

De acordo com Francis (2003), no que diz respeito à função avaliativa de um SN encapsulador, os encapsulamentos anafóricos, mesmo quando apresentados como pró-formas dadas, possuem significado interpessoal e adicionam algo novo ao argumento indicando a avaliação do produtor.

Para Conte (2003), os encapsulamentos anafóricos são introdutores de um novo referente discursivo que se torna argumento de predicções posteriores; o próprio núcleo do SN encapsulador é novo, pois não figura no cotexto. O encapsulamento anafórico realizado por um SN cujo núcleo é um nome avaliativo ou por um SN composto por um adjetivo avaliativo como modificador constitui alto valor argumentativo.

Cavalcante (2001) concorda com o fato de os SNs rotuladores sempre introduzirem referentes novos ao discurso, porém nem sempre introduzem informações novas. Para a autora, a introdução de uma informação nova no texto por meio de um SN rotulador requer este caráter avaliativo. Do contrário o SN somente encapsulará as informações presentes no cotexto.

Muitos SNs rotuladores apenas encapsulam as informações por meio de um nome de natureza metalinguística, caso do SN **esse acontecimento** em 26 que apenas resume a porção textual anterior, sem comportar um ponto de vista avaliativo do produtor do discurso; em contrapartida, outros já deixam claro o ponto de vista do enunciador como em 27, em que o autor denomina de “lobos” a cúpula do vaticano.

- (26) Em uma cena curta, mas comovente, vemos como, em um ato de amor no meio do sofrimento terrível, Bane salvou a garota Talia sem se importar com as consequências e pagando um preço terrível por isso (foi espancado quase até a morte por defendê-la). Karthick tem toda razão ao situar **esse acontecimento** dentro da longa tradição, de Cristo a Che Guevara, que exalta a violência como uma “obra do amor”, como nas famosas palavras do diário de Che Guevara: “Devo dizer, correndo o risco de parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado pelo forte sentimento do amor. (*Caros Amigos*, 14 de agosto de 2012)

(27) Nesse sentido, é a primeira retaliação desse novo governo à corrente latino-americana. Achei até que demorou a ocorrer. Mas, quando veio, pegou direto no Calcanhar de Aquiles. Afinal, de bobos nada têm **os lobos da Opus Dei**, que preenchem as principais cadeiras do governo de Bento XVI. Agora, fico me perguntando se a mordedura da cúpula conservadora do Vaticano na PUCP pode ser encarada como um aviso às universidades católicas daqui? (*Caros Amigos*, 27 de julho de 2012)

1.5 ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO E GÊNEROS TEXTUAIS

Ao abordar o tema da referenciação anafórica por encapsulamento, não se pode deixar de mencionar a questão do gênero textual. Cabe lembrar que Cornish (2009) e Connolly (2007), ao sugerirem mudanças no Componente Contextual da GDF, mencionam o fato de os autores não referenciarem os gêneros nesse componente e deixam clara a necessidade de a GDF passar a considerar esse fator nas análises empreendidas pela gramática.

Dessa forma, a pesquisa feita por Cavalcante (2001) pode ajudar a entender questões referentes às nomeações e aos gêneros textuais. Ao fazer uma análise das nomeações em diferentes gêneros textuais, essa autora analisou qualitativamente o comportamento de SNs encapsuladores em textos escritos pertencentes aos gêneros acadêmicos (artigos científicos, resumos acadêmicos), jornalísticos (cartas ao leitor, editoriais) e epistolares (cartas pessoais, bilhetes, cartas oficiais).

A autora (p.134) agrupou as nomeações de acordo os seguintes critérios:

formais: realização por pronome ou por sintagma nominal; determinação por artigo definido ou por demonstrativo, ou por advérbio; presença/ausência de modificadores no sintagma;
discursivos: função referencial, atributiva ou apenas sinalizadora das nomeações; referência anafórica ou dêitico-discursiva; status informacional;
semânticos: traços lexicais dos nomes nos rótulos – valor axiológico, classificação metalingüística, grau de genericidade.

Os resultados da pesquisa de Cavalcante (2001) evidenciaram que os SNs não se distribuem do mesmo modo em todos os gêneros, seja em termos de quantidade ou em termos de traços descritivos. Por exemplo, a pesquisa revelou que o uso de nomeações rotuladoras são frequentes no gênero artigo científico e nos editoriais. Já em cartas oficiais e em bilhetes, a ocorrência de SNs encapsuladores é quase nula. Já os editoriais recorrem bastante aos SNs encapsuladores.

Dentro de cada grupo ou gênero analisado houve discrepâncias também com relação ao determinante. No gênero editorial, predominou a determinação definida; nas cartas e bilhetes, as poucas nomeações foram determinadas por meio de formas pronominais. No gênero artigo científico, predominou a determinação definida, mas nem sempre os rótulos das nomeações expressaram o caráter argumentativo do enunciador.

Embora não seja função primordial deste estudo a questão dos gêneros textuais, é importante perceber a relação que uma anáfora do tipo encapsuladora mantém com certos gêneros textuais. Ficou claro, pela pesquisa da autora, que essa remissão tem tendência a aparecer no gênero artigo ou editorial; as cartas pessoais, por exemplo, quase não apresentaram encapsulamentos.

É evidente que um estudo das características textuais dos gêneros nos quais aparecem com frequência esse tipo de referência, assim como uma avaliação da forma como as informações são organizadas nestes gêneros, e também quais funções esses encapsulamentos exercem na dinâmica discursiva, reforçaria ainda mais a necessidade de mencionar a questão dos gêneros na estrutura do Componente Contextual da GDF para resolver questões referentes não somente ao encapsulamento anafórico, mas também a outros fenômenos da língua, pois, como afirma Cornish (2009) o gênero traz implicações para a forma das expressões indexadas.

1.6 SÍNTESE

Tendo em vista os trabalhos aqui discutidos, parece possível identificar quatro principais dimensões envolvidas no funcionamento do fenômeno do encapsulamento anafórico, que seriam as dimensões sociocognitiva, discursiva, semântica e morfossintática.

A dimensão **sociocognitiva** diz respeito, por exemplo, ao fato de a anáfora encapsuladora acionar o conhecimento sociocognitivo dos participantes da interação, acionando, dentre outros tipos de conhecimento, o Conhecimento Enciclopédico dos interlocutores; a dimensão sociocognitiva envolve também, por exemplo, o papel da anáfora encapsuladora em termos das operações de designação/identificação de referentes apontadas por Cortez (2012).

A dimensão **discursiva** compreenderia, por exemplo, o papel do encapsulamento anafórico de promover a categorização e a hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas no discurso, conforme apontado por Conte (2003); também fariam parte da dimensão discursiva as funções do encapsulamento anafórico descritas por Cavalcante e Mesquita (2011), isto é, as funções Resumitiva, Coesiva, Metalinguística e Argumentativa; além disso, incorporariam a dimensão discursiva as funções rotuladora e avaliativa acima descritas.

Já a dimensão **semântica** diria respeito ao fato de as anáforas encapsuladoras designarem algum tipo de entidade semântica, particularmente uma entidade de segunda, terceira ou quarta ordem, nos termos de Camacho, Dall'aglio-Hattner e Gonçalves (2008).

Por fim, a dimensão **morfossintática** diria respeito à constituição estrutural interna das expressões anafóricas encapsuladoras, que apresentam, principalmente, os seguintes aspectos: a) apresentam em sua composição as relações **det + nom**, **det + nome + modificador**, **det + modificador + nome**, **det + modificador + nome + modificador**; b) nas relações **det + nome + modificador**, **det + modificador + nome**, **det + modificador + nome + modificador**, os adjetivos ou locuções adjetivas modificadores dos nomes nucleares exercem preferencialmente as funções de qualificadores e classificadores, comportamento típico de substantivos em função predicativa. (CAMACHO, DALL'AGLIO-HATTNER, GONÇALVES, 2008); (NEVES, 2000); c) como determinantes de um SN nominal encapsulador predominam

determinantes demonstrativos; d) as expressões encapsuladoras são passíveis de serem sistematizadas em uma classe, ainda que seja uma classe aberta (FRANCIS, 2003).

O estabelecimento dessas regularidades será útil no momento de verificar as possibilidades de tratamento das anáforas encapsuladoras no modelo da GDF, no capítulo IV deste trabalho.

CAPÍTULO II

O TRATAMENTO DA REFERENCIAÇÃO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

2.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MODELO

A Gramática Discursivo Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), foi construída com base nos pressupostos da Gramática Funcional (GF) (DIK, 1989, 1997), sobretudo nos que se referem ao discurso e às propriedades pragmáticas que um modelo de base funcionalista deve conter.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p 29), ao discutirem o conceito funcionalista da GDF, comparam-na a outras gramáticas, como a Gramática Sistemática Funcional de Halliday e Matthiessen (2004), por exemplo. Segundo esses autores, o que difere um modelo do outro é o fato de a gramática Sistemática Funcional procurar explicar os fatores linguísticos em termos de seus usos em contextos sociais específicos, enquanto a GDF se ocupa das reflexões gramaticais sistemáticas de contextos sociais. Além disso, enquanto a gramática de Halliday e Matthiessen tem como objeto de estudo o texto, a GDF, por seu turno, tem como objetivo postular as propriedades sistemáticas do Ato Discursivo, unidade mínima de comunicação.

Outro aspecto que difere a GDF da Gramática de Halliday e Matthiessen reside no fato de a GDF desconsiderar, na análise de questões linguísticas, a dimensão social da língua em uso em detrimento de uma psicologia individual, mesmo reconhecendo o imbricamento desses dois aspectos na própria estrutura do modelo, como afirma Mackenzie (2011, p. 12) – uma gramática “será tanto mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico do indivíduo”.

A GDF prima pela adequação tipológica, uma vez que seu escopo recai sobre a estruturação de todas as línguas, fato que a distingue não só da Gramática Sistemática Funcional, como também de outras gramáticas que, voltadas para uma descrição de línguas individuais, dispensam o aparato tipológico na análise dos resultados linguísticos.

Essa comparação feita por Hengeveld e Mackenzie (2008), na introdução de sua obra, deixa clara a posição da GDF: ela se ocupa dos fenômenos que se sistematizam nas gramáticas das línguas, e não da forma como esses fenômenos se realizam em contextos sociais específicos de usos da linguagem, ou seja, a GDF se constitui como um modelo de descrição gramatical de poder preditivo em que várias possibilidades se aplicam a todas as línguas.

A gramática de Hengeveld e Mackenzie destaca-se também por ser um modelo de linguagem que captura a estrutura de unidades linguísticas em termos do mundo que descrevem e das intenções comunicativas com as quais são produzidas, isto é, em termos de suas funções representacionais e interpessoais.

Seus autores destacam a importância de se levar em consideração, nesse modelo de gramática, o dinamismo das expressões linguísticas. Uma interpretação dinâmica requer considerar que os vários níveis operam simultaneamente, ou seja, logo que uma decisão é tomada no nível pragmático, ela ativará a seleção imediata de elementos pelo nível semântico que, por conseguinte, tornará ativos os demais níveis.

De acordo com Mackenzie (2011, p.11), a diferença fundamental entre a GDF e sua antecessora, GF reside no fato de que aquela “rejeita a ambição de ser um modelo do falante”. Hengeveld e Mackenzie (2008) abandonaram o modelo de gramática cujas representações baseavam-se na adequação psicológica, e construíram uma “teoria sobre a gramática que reflete as evidências psicolinguísticas na sua arquitetura básica” (MACKENZIE, 2011, p.11), esboçando um modelo cuja rigorosa arquitetura descendente (figura 1) revela fortes traços psicolinguísticos¹.

¹ De acordo com Mackenzie (2011, p.12), a GDF nega ser uma teoria psicolinguística, porém a própria estrutura descendente do modelo baseia-se em pressupostos psicolinguísticos ao considerar que uma gramática “será tanto mais eficaz quanto mais sua organização se assemelhar ao processamento linguístico do indivíduo”.

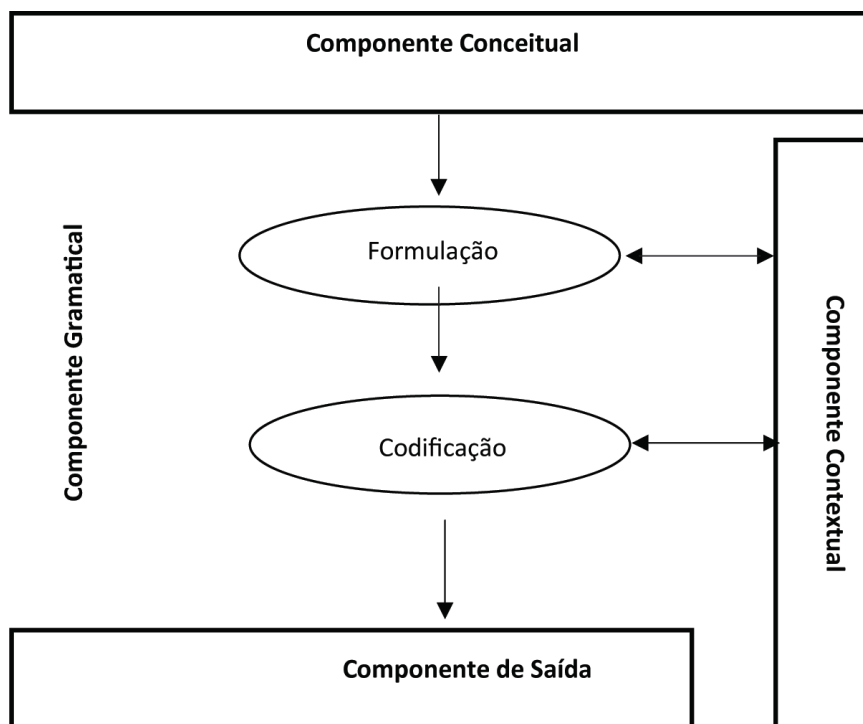


Figura 1 - GDF como parte de uma teoria de interação verbal mais ampla (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 p. 6)

Essa figura evidencia a organização de cima para baixo do modelo da GDF, assim como de seus quatro componentes. O Componente Conceitual é considerado um componente pré-linguístico e atua como um “gatilho” que ativa a gramática no momento de uso real da língua. Por sua vez, o Componente Contextual é considerado um domínio do discurso e, portanto, contém uma descrição do conhecimento compartilhado pelos interlocutores, assim como da forma e do conteúdo do discurso. O Componente de Saída recebe as informações do Componente Gramatical e as converte em expressões acústicas ou escritas. Há uma interação dos três componentes com o Componente Gramatical por meio das operações de **Formulação** e de **Codificação** que dizem respeito, respectivamente, às regras que validam as

representações semânticas e pragmáticas existentes em uma língua e à conversão dessas representações em regras fonológicas e morfossintáticas. A Formulação e a Codificação são processos específicos de cada língua.

Na GDF, a hierarquia funcional de influência (pragmática > semântica > sintaxe) é apresentada na ordem dos níveis Interpessoal, Representacional Morfossintático e Fonológico que integram o Componente Gramatical. O modelo da GDF apresentado por Hengeveld e Mackenzie (2008) caracteriza-se por conjugar uma abordagem em *camadas descendentes* na qual o nível do discurso é composto por camadas adicionais hierarquicamente organizadas. No modelo descendente, as decisões tomadas nos mais altos níveis e camadas determinam e restringem as possibilidades em níveis e camadas mais baixos. Nesse modelo de gramática, o falante primeiro decide sobre uma intenção comunicativa, seleciona, em seguida, a informação mais adequada para atingir seu fim e essa informação é gramatical e fonologicamente codificada para, enfim, chegar à articulação.

No modelo da GDF, a produção da fala é descrita em termos descendentes; a geração de estruturas subjacentes e a interface entre várias camadas podem ser descritas partindo-se das decisões comunicativas que o falante toma no momento da enunciação.

Os quatro níveis interacionais descritos pela GDF são organizados hierarquicamente, conforme a figura 2.

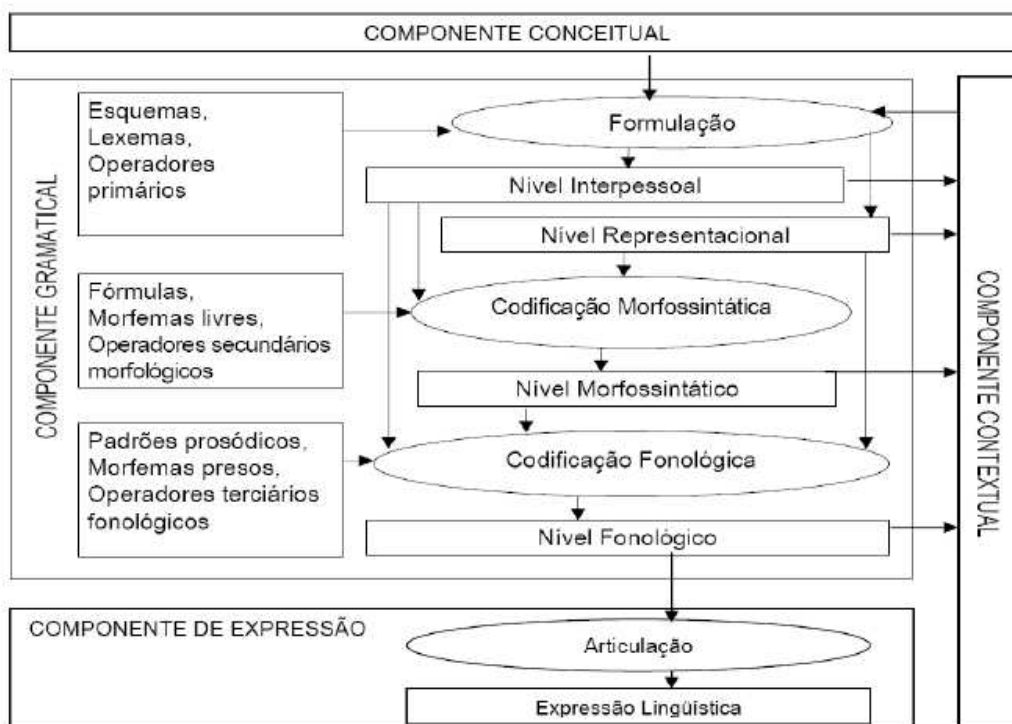


Figura 2 - Plano geral da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 p. 13)

Na arquitetura geral da GDF, o Componente Gramatical situa-se no centro, o Componente Conceitual no topo, o Componente de Saída na parte inferior e o Componente Contextual à direita. Os quatro níveis interagem com o Componente Contextual, que abarca os principais elementos do contexto que influenciarão as demais camadas do modelo. O Componente Gramatical se conecta ao Componente Conceitual e ao Componente de Expressão e engloba os quatro níveis de organização.

Os vários mecanismos de ligação podem ser interpretados como interfaces que definem as possíveis correspondências entre camadas em diferentes níveis. O Nível Interpessoal, por exemplo, possui uma organização que pode ser assim esquematizada:

$(\Pi M_1: [$	Movimento
$(\Pi A_1: [$	Ato
$(\Pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))_\Phi$	Ilocução básica
$(\Pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1))_\Phi$	Falante
$(\Pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2))_\Phi$	Ouvinte
$(\Pi C_1: [$	Conteúdo Comunicado
$(\Pi T_1 [\dots] (T_1): \Sigma (T_1))_\Phi$	Subato de Adscrição
$(\Pi R_1 [\dots] (R_1): \Sigma (R_1))_\Phi$	Subato de Referência
$] (C_1): \Sigma (C_1))_\Phi$	Conteúdo Comunicado
$] (A_1): \Sigma (A_1))_\Phi$	Ato
$] (M_1): \Sigma (M_1))_\Phi$	Movimento

Figura 3- O Nível Interpessoal (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 p. 49)

Esse nível diz respeito a todos os aspectos formais de uma unidade linguística que estão envolvidos em uma interação entre Falante e Ouvinte. Levando em conta que o falante, no intuito de atingir seu objetivo em uma situação comunicativa, emprega uma ou mais estratégias, a GDF afirma que as decisões comunicativas do falante são modeladas no componente conceitual do modelo global de usuário da língua. Esse componente armazena a intenção comunicativa do falante e as estratégias que ele emprega para realizar sua intenção. Como afirmam Hengeveld e Mackenzie (2008), o Nível Interpessoal apresenta descrições de todas as propriedades de unidades linguísticas que refletem ou influenciam seus usos na produção discursiva.

Com relação ao Nível Representacional, Hengeveld e Mackenzie (2008) descrevem sua estrutura hierárquica da seguinte maneira:

$(\Pi p_1:$	Conteúdo proposicional
$(\Pi ep_1:$	Episódio
$(\Pi e_1:$	Estado de coisas
$[(\Pi f_1: [$	Propriedade
$(\Pi f_1: \diamond (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$	Propriedade lexical
$(\Pi x_1: \diamond (x_1): [\sigma (x_1)_\Phi])_\Phi$	Indivíduo
...	
$] (f_1): [\sigma (f_1)_\Phi])$	Propriedade
$(e_1)_\Phi: [\sigma (e_1)_\Phi]$	Estado de coisas
$(ep_1): [[\sigma (ep_1)_\Phi]$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1)_\Phi]$	Conteúdo proposicional

Figura 4 - O Nível Representacional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 p.140)

Essa estrutura mostra que, ao transmitir sua intenção comunicativa, o falante, em muitos casos, terá que preencher seu enunciado com conteúdo semântico básico, ou seja, com descrições de entidades do modo como elas ocorrem no mundo não-linguístico. Essas entidades são de diferentes ordens: entidades de terceira ordem ou proposições (p), entidades de segunda ordem representadas pelos estados de coisas (e), entidades de primeira ordem ou indivíduos (x) e entidades de ordem zero ou propriedades (f). O conteúdo proposicional (p_1) contém a descrição do estado de coisas (e_1), que, por sua vez, contém a descrição de uma propriedade (f_1) e a descrição de um indivíduo (x_1), mas todos os tipos de entidades podem também ser expressas diretamente, não hierarquicamente, por meio de itens lexicais.

O Nível Morfossintático, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), é o que codifica morfossintaticamente as representações interpessoais e representacionais. Este nível recebe as informações fornecidas pelas estruturas de entrada e aplica seus próprios princípios de organização. Em seguida, passa para o Nível Fonológico um relato exato dessas informações para que o falante

reconstrua exatamente as estruturas de entrada. O Nível Morfossintático somente organiza as informações oriundas dos níveis Interpessoal e Representacional, não podendo adicionar ou subtrair informação semântica ou pragmática. A informação lexical fornecida pela estrutura de entrada deve ser preservada, mesmo estando sujeita à alteração morfológica na saída. Assim como os demais níveis, o Nível Morfossintático possui organização interna hierárquica (começando da camada mais alta para mais baixa – expressões linguísticas (le), orações (cl), sintagmas de vários tipos (xp), palavras de vários tipos (xw) e, dentro de cada palavra, morfemas de vários tipos (xm)), embora o grau dessa organização sofra variações de acordo com o tipo de língua.

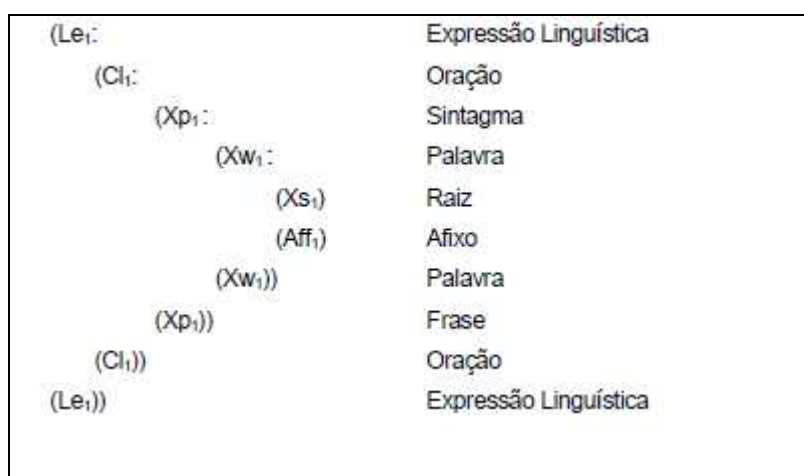


Figura 5 - O Nível Morfossintático (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 p.291)

O Nível Fonológico fornece, para cada Ato de Discurso, uma representação que serve como *input* para o componente de saída. Este nível é totalmente dependente dos três níveis, dos quais recebe as informações (expressões linguísticas) e as analisa baseando-se em suas unidades

fonológicas como o enunciado (U), a unidade mais ampla do Nível Fonológico, a frase Intonacional (IP), a frase fonológica (PP), a palavra fonológica (PW), as camadas pé (F) e sílaba (S). Cabe também ao Nível Fonológico atribuir, por meio da proeminência, as distinções entre Foco e Plano, Tópico e Comentário, Contraste e Sobreposição, o que evidencia a preocupação da GDF com a influência da prosódia nas expressões linguísticas.

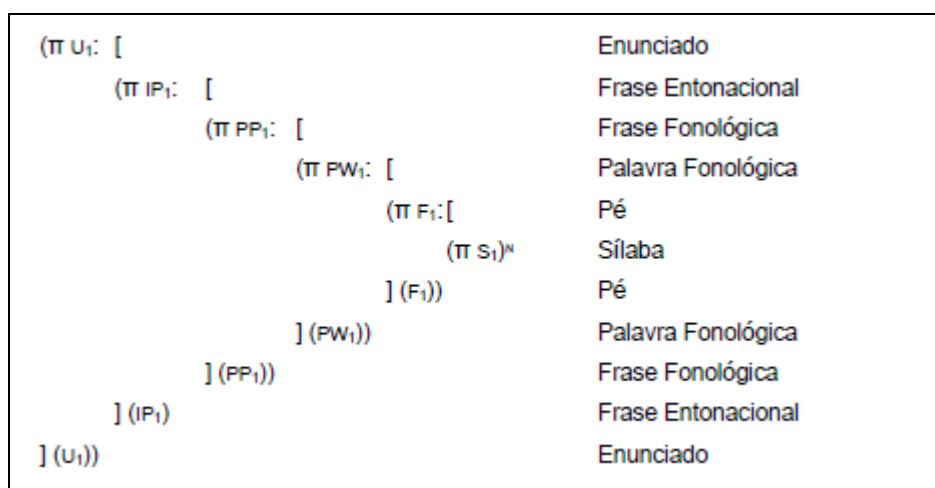


Figura 6 - O Nível Fonológico (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008 p.428)

Comparando os modelos de Dik (1997) e de Hengeveld e Mackenzie (2008), pode-se dizer que a diferença básica entre eles reside nos níveis de generalização: na GF “o movimento da base para cima (*bottom-up*) é atingido por meio de indução e generalização, a partir do mais concreto para o mais abstrato” (NEVES, 2001, p. 78), e na GDF o movimento descendente (*top-down*) envolve dedução de fatos mais concretos e particulares sobre uma base de princípios mais abstratos.

2.2 A REFERÊNCIA ANAFÓRICA NA GDF

Essa seção traz uma breve apresentação do tratamento dispensado à referência anafórica na GDF, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008).

A organização *top-down* da GDF permite, no que diz respeito à referência, que se façam remissões anafóricas em qualquer um dos quatro níveis: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, como podem comprovar os exemplos citados por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 05):

Anáforas do Nível Interpessoal (pragmático):

- (28) A: - Saia daqui!
B: - Não fale comigo **assim!**

Anáforas do Nível Representacional (semântico):

- (29) A: - Há muitos semáforos nesta cidade!
B: - Eu não notei **isso**.

Anáforas do Nível Morfossintático:

- (30) A: - Eu comi 'lamb chops' noite passada.
B: - É assim que vocês dizem 'chuletas de cordeiro' em inglês?

Anáforas do Nível Fonológico:

- (31) A: - Eu comi /tʃu'letasdekor'dero/ noite passada?
B: - Isso não deveria ser? /ʃu **letasdekor'dero**/?

De acordo com tais teóricos, em (28B), o elemento anafórico *assim* faz remissão à estratégia comunicativa escolhida pelo enunciador de (28A), razão

pela qual pertence ao nível pragmático; em (29B), *isso* faz remissão a uma situação no mundo exterior descrita por (29A), por isso pertence ao nível semântico. Já as referências (30B) e (31B) são diferentes por serem de natureza metalinguística, isto é, são mensagens sobre o código. Em (30B) *assim* não se refere à entidade descrita por *lamb chops*, mas ao sintagma *chuletas de cordeiro*. Esse sintagma é uma unidade morfossintática que funciona como um antecedente para a referência anafórica. O mesmo raciocínio se aplica a (31B), com exceção de que, neste caso, se trata uma unidade fonológica.

A referência anafórica opera nas diversas camadas dos quatro níveis, por meio, por exemplo, de pronomes anafóricos que retomam um Subato Referencial; o Nível Morfossintático introduz as formas relevantes que são coindexadas no Nível Representacional. Tal fato induz o destinatário a buscar no Componente Contextual – nas informações de curto prazo – o referente plausível para estabelecer a coindexação. Hengeveld e Makenzie (2008, p. 119) ilustram com o seguinte exemplo, aqui traduzido:

(32) Eu conheci o noivo de Leila ontem. Ele parece muito bonito.²

Em (32), tem-se um Movimento (M) com dois Atos Discursivos (A). A forma pronominal **ele** é desencadada no Nível Morfossintático por meio da presença do Subato Referencial (R₁: **noivo**) que tem sua contraparte coindexada no Nível Representacional, na camada do Indivíduo, pela propriedade lexical expressa f_1 [(f₁: **noivo**)(x₁: **ele**)] que apresenta a

² I met Leila's fiancé yesterday. He looks very handsome.

designação da entidade preenchida por significados lexicais que será retomada por meio do pronome anafórico **ele**.

É importante ressaltar que a referência anafórica não envolve somente Subatos Referenciais, mas opera também nos Subatos Atributivos, conforme exemplo extraído de Hengevel e Mackenzie (2008, p. 121), aqui traduzido:

(33) Jan é inteligente, mas Piet não é.³

O Ato Discursivo **Jan é inteligente** é analisado com o predicado correspondendo a (T_I) e (T_J) e é coindexado no Nível Representacional.

([A₁: ... [(T_I) (R_I: Jan (R_I))] ... (A_I)] [A_J: ...[(T_J) (R_J: Piet (R_J))] ... (A₂)])

A referência anafórica se processa nas diversas categorias semânticas e molda a forma de sua representação no Nível Morfossintático. Núcleos de Conteúdos Proposicionais que se apresentam sob a forma ausente ou vazia podem ser referidos anaforicamente como ilustram os exemplos (34) e (35) de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 145-146), aqui traduzidos:

(34) John pensa que Sheila está doente, mas **isso** não é verdade.⁴

(35) Há uma ideia – **uma** estúpida – de que apenas as pessoas ricas têm babás.⁵

No exemplo (34), o verbo **pensar** tem um argumento que designa um Conteúdo Proposicional **Sheila está doente**, o qual é retomado na segunda cláusula pelo demonstrativo **isso**. Essa referência anafórica processa-se por

³ Jan is intelligent but Piet is not.

⁴ John thinks Sheila is ill but *that* isn't true.

⁵ There's an idea – a stupid *one* – that only rich people have nannies.

meio da coindexação da variável proposicional que conduz à seguinte representação do demonstrativo: (P₁). No exemplo (35), a anáfora zero retoma o núcleo da frase nominal precedente **idéia** e tem a seguinte representação: (p₁: [(f₁) (p₁)_φ] (f₁: **estupida**) (f₁)) (p₁)_φ]

Outra categoria semântica, o Estado-de-coisas, pode ser referida anaforicamente por meio de pronome neutro como ilustram Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 167), aqui traduzido:

(36) Maria viu a mulher sair e Paco viu **isso** também.⁶

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), algumas línguas possuem formas especiais para fazer referência anafórica a um antecedente que não designa um objeto concreto, como é o caso da língua espanhola. Assim, antecedentes do tipo de Propriedade (f), Estado-de-coisas (e) e Conteúdos Proposicionais (p) desencadeiam o uso de um pronome neutro especial, insensível à distinção masculino/feminino, como o demonstrativo **isso** (núcleo do segundo estado-de-coisas), o qual retoma o primeiro estado-de-coisas encaixado **viu a mulher sair**. A coindexação na representação subjacente do Nível Representacional (ep₁: [p₁:(e₁:**isso**[(f₁)(x₁)](e₁))](p₁))] desencadeia a expressão anafórica, e a natureza da variável assegura a seleção do pronome adequado.

As Propriedades do Nível Representacional também podem ser referidas anaforicamente, conforme demonstra o exemplo abaixo, de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 193), traduzido:

⁶ Maria saw the woman leave and Paco saw *it* to.

(37) John é um professor, e Pedro **também**.⁷

Devido à sua natureza adscritiva, as frases nominais predicativas só podem ser referidas anaforicamente por meio de pronomes que exercem a função de predicados, caso da referência zero no exemplo (37), que retoma o predicado **é um professor**.

A referência anafórica também opera na categoria Indivíduos. Os pronomes pessoais e nomes próprios são introduzidos no Nível Interpessoal como Subatos de Referência. A unidade semântica correspondente a este subato não possui nenhuma informação lexical, portanto não terá núcleo. Contudo, essa unidade não pode simplesmente ser omitida, pois faz parte da valência em seu ambiente semântico. A unidade sem núcleo no Nível Representacional corresponde ao Subato Referencial no Nível Interpessoal. Anáforas, catáforas, expressões dêiticas (implícitas ou explícitas) serão tratadas de maneira idêntica, por meio da coindexação no Nível Representacional, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 236-237), traduzido:

(38) João, coitado, **ele** não tem onde ficar.⁸

(39) Eu gostei do carro vermelho, mas Maria preferiu **um** amarelo.⁹

⁷ John is a teacher, and *so* is Peter.

⁸ John, poor guy, he has nowhere to stay.

⁹ I liked the red car, but Mary preferred the yellow one.

No exemplo (38), o pronome **ele** retoma correferencialmente o SN **João**. Em (39), na expressão **um amarelo**, o pronome **um** não se refere anaforicamente a um item do cotexto, mas a um item anterior mencionado semanticamente, ou seja, trata-se de uma relação entre unidades, mais especificamente entre propriedades presentes no Nível Representacional. Em todos os casos, os pronomes são introduzidos no Nível Morfossintático.

Já a referência à categoria Locação envolve advérbios como *lá* e *aqui* conforme ilustra o exemplo (40) de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 249):

(40) Desde que eu vi esse filme sobre Lisboa, eu quis morar **lá/nela**.¹⁰

Por fim, a referência anafórica ou catafórica à categoria Modo envolve advérbios como *assim*, como pode ser comprovado no exemplo 41 (a-c), aqui adaptados:

- (41) a. Joana falou comigo descaradamente.
 b. Ela fala com todos **assim**
 c. O argumento é **assim**: . . .¹¹

A GDF menciona também exemplos de anáforas cujo referente não se encontra no cotexto, fato que impulsionará o destinatário a buscar um referente para o pronome anafórico nas informações presentes no Componente Contextual, como ilustra o exemplo a seguir (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 120), traduzido:

¹⁰ Ever since I saw that film about Lisbon, I wanted to live there/*in it.

¹¹ Joan talked to me cheekily. /She talks to everyone like that. /The argument runs like this:...

(42) Eu conheci nossos novos vizinhos ontem. **Ela** é uma executiva de publicidade.¹²

A referência do pronome **ela** (núcleo do segundo Estado-de-coisas) não é explícita. Existe uma lacuna que exigirá ativação de conhecimentos partilhados para o seu preenchimento. Como afirma Cornish (2002) é o conhecimento estereotipado evocado por meio do sintagma **nossos novos vizinhos** (o qual ativa um *frame* de casal com filhos, os avós, etc) que permitirá ao destinatário encontrar um referente plausível, fazendo a suposição de que um dos novos vizinhos é uma mulher, evocada por meio do pronome *ela*. Para tanto, o receptor terá que ativar modelos mentais, bem como discursivos, para interpretar a associação.

Os exemplos apresentados evidenciam que, na GDF, a referência anafórica, embora codificada na maioria dos casos pelo Nível Morfossintático, é interpretada no Nível Representacional. O mesmo não acontece com os casos de dêixis que têm sua interpretação no Nível Interpessoal, como exemplificam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 69), traduzido:

(43) **Estou** aqui informando que gostaria de renunciar.¹³

Neste exemplo, a forma verbal **estar(ou)**, embora pareça um operador aspectual do Nível Representacional, funciona como um operador de ênfase,

¹² I met our new neighbours yesterday. **She** is an advertising executive.

¹³ **I am** hereby informing you that I wish to resign.

com efeito de reforço, uma força ilocucionária, o que permite analisar essa forma dêitica no Nível Interpessoal.

Esse fato aponta uma importante distinção feita pela GDF. Por meio de sua organização em níveis, é possível apontar a diferença entre anáfora e dêixis. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que os pronomes são representados em termos de traços abstratos os quais são introduzidos no Nível Interpessoal ou Representacional para uso de dêiticos e anafóricos, respectivamente, ou seja, a dêixis se resolve no Nível Interpessoal, e a Anáfora, no Nível Representacional.

Hengeveld e Mackenzie (2008), ao discorrerem sobre a organização oracional, mencionam casos de correferência, ressaltando que esse tipo de retomada traz consequências para a forma dos constituintes oracionais, especialmente para a escolha de pronomes reflexivos e para o domínio dentro do qual a correferência mostra-se influente.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 373) consideram que, quando a correferencialidade é acionada no Nível Interpessoal, “o antecedente pode ser definido em termos de sua função pragmática, enquanto o domínio de aplicação é uma unidade do Nível Interpessoal como o Ato de Discurso (A) ou um Movimento (M)”. Os autores exemplificam esse tipo de correferencialidade com uma ocorrência da língua Lezgian, em que a referencialidade transpõe os limites da oração:

(44) Č'exi buba laha-na xi, wiči-z k'wal-e wa?
big father say- AOR CONJ self-DAT house-INESS not

balxun,di-z ksu-z k'an-zawa. Balxun.di-k hawa serin
 balcony-DAT sleep-INF want-IMP balcony-SUBESS air fresh
 já anal wiči-z dağ.d-a awa-j xiz že-da
 COP there self-DAT mountain-INESS be.in-PTCP like be-FUT

Grandfather_i said that he_i wanted to sleep on the balcony, not in the house. On the balcony the air is fresh, there he_i will feel like he is in the mountains.'

O avô disse que **ele** queria dormir na sacada, não na casa. Na sacada o ar está fresco, lá **ele** se sentirá como se **ele** tivesse nas montanhas.

Nesse exemplo, os autores mostram que o pronome reflexivo **wiči-z** pode ser usado para fazer referência a uma unidade que está além dos limites da oração, uma vez que o antecedente **č 'exi_buba** (Grandfather) encontra-se na primeira oração, e o reflexivo ocorre na primeira e na segunda oração. De acordo com Haspelmath (1993 *apud* HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p. 373), “não é possível colocar qualquer limite sintático nas posições que o antecedente pode ocupar”.

A principal restrição na reflexivização é a de que o referente textual (controlador, nos termos da GDF) deve ser pragmaticamente saliente, o que significa dizer que, na GDF, ele será tratado em termos das funções pragmáticas. No exemplo (44) acima, o domínio de aplicação da reflexivização é um Movimento constituído de dois Atos Discursivos, o segundo servindo como uma explicação para o primeiro.

Quando a reflexividade é acionada no Nível Representacional, os autores consideram que o antecedente pode ser definido em termos de sua função semântica, sendo o domínio de aplicação uma unidade como um

Conteúdo Proposicional (p) ou um Episódio (ep). Hengeveld e Mackenzie (2008, p.374) ilustram a retomada de um episódio com o seguinte exemplo:

- (45) As ‘...’ šiega a:lcah, cunax cca do: š
 I. ERG RE L.ALL Said.TEMP this.LOC one word
 ʔa dina daʔajtin-cu de:ke ʔa ca
 and say.CVBSUJ.SEND-OBL part.ALL and NEG
 hožuš, šieⁿ vežeraš-ciⁿ dow ʔa dina,
 look-CVB REFL.GEN brothers-INS quarrel and make.CVB
 šú:ge jo:lluⁿ huma je:kaⁿ
 you. ALL SBJ.be.PRS.PTCP thing divide.INF
 qajkina saⁿ ma:ra.
 called my husband.NOM

‘When I said “...” to him_i, my husband_i took that as sufficient reason and, without even looking at the portion that had been sent (to him), started a quarrel with his_i brothers and called you to divide their possessions.’

‘Quando eu disse “...” a ele_i, meu marido_i considerou aquilo como razão suficiente, sem nem mesmo olhar para a porção que tinha sido enviada (para ele), começou uma disputa com seus_i irmãos e lhe chamou para dividir as posses deles’.

Em (45) a correferência acontece dentro da camada Episódio, unidade semântica que serve como domínio para aplicação da reflexivização. O controle é determinado semanticamente e favorece ao SN (controlador) mais animado ou agentivo, no caso em questão, o SN **marido**.

Quando a correferência é acionada morfossintaticamente, o antecedente pode ser definido em termos de sua função sintática, enquanto o domínio de aplicação é uma unidade morfossintática, como uma Oração. Um exemplo interessante é mostrado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 374) na língua Koromfe, em que somente o sujeito antecede a um reflexivo:

(46) Də pa də gIlɛ a sallɛ Kɛbrɛ.
 3.SG.HUM give 3.SG.hum self ART plate.SG big.SG

‘He gave himself the big plate.’

‘Ele deu a si próprio o prato grande’

O fato de a correferencialidade ser acionada no Nível Morfossintático reflete-se no seu domínio de aplicação, que, nesse caso, restringe-se a uma única oração simples, não se estendendo, portanto, para além dos limites da oração.

Ao situar a correferencialidade nos quatro níveis de organização da GDF, os autores evidenciam que o modelo é útil para lidar tanto com a variação da natureza do controlador (definida em termos das funções pragmáticas, semânticas ou sintáticas), como também com os vários domínios de aplicação de estratégias de reflexivização (unidades interpessoais, representacionais ou morfossintáticas) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.375).

2.3 O ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO NA GDF

Hengeveld e Mackenzie não fazem menção, na GDF, à referenciação anafórica que opera entre segmentos maiores de texto, como o caso do Encapsulamento Anafórico, uma vez que, segundo esses autores, esse tipo de referenciação se resolve fora do Componente Gramatical. Todavia, é possível reconhecer que a GDF possui uma hierarquização capaz de representar parcialmente tal fenômeno nos seus níveis Interpessoal e Representacional.

Como já fora mencionado no início deste capítulo, uma comprovação da adequação do sistema descendente com quatro níveis de representação feita pela GDF é o fato de ser possível fazer referência anafórica em todos os níveis de organização dessa gramática, não apenas a entidades referenciais, mas também a atos de fala, à forma de SNs, ou à própria expressão fonológica. A diferente natureza das unidades identificadas em cada camada também pode ser comprovada pelo tratamento das orações completivas dentro desse modelo.

Os autores assumem que a natureza da oração complemento é determinada pelas propriedades do predicado encaixador, sendo possível encaixar orações complemento que equivalem às unidades do Nível Interpessoal (Movimento, Ato Discursivo, Conteúdo comunicado) ou do Nível Representacional (Conteúdo Proposicional, Estados-de-coisas, Episódio, Propriedade Configuracional), conforme quadro abaixo:

Tipo de Oração	Função/Significado do Predicado Encaixador
Movimento	Inserção de um Movimento em um discurso mais amplo. (exemplo: <i>concluir</i> que...)
Ato Discursivo	Relação entre Atos Discursivos (por exemplo: <i>acrescentar</i> que...)
Conteúdo Comunicado	Transmissão e recepção de Conteúdo Comunicado. (por exemplo: <i>dizer</i>),
Conteúdo Proposicional	Atitude proposicional, inferência. (acreditar, parecer)
Episódio	Posicionamento de um episódio em relação a outro. (acontecer)
Estados-de-coisas	Percepção direta, volição. (perceber, querer)
Propriedade Configuracional	Aspecto, modalidade orientada para o participante. (começar, ser capaz de)

Quadro 1 – Classificação das orações completivas de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 363)

Por analogia, podemos considerar que a natureza do SN encapsulador determina a natureza da porção textual encapsulada, que deve manter com ele uma relação de identidade. É essa associação que nos permite considerar que são possíveis os seguintes encapsulamentos nos níveis Interpessoal e Representacional da GDF:

Nível Interpessoal

No Nível Interpessoal, as duas unidades mais altas (Movimento e Ato Discursivo) não são facilmente identificáveis em termos formais, uma vez que são caracterizadas em termos da intenção do falante. Essa característica mais interacional dificulta a representação dessas unidades por meio de um SN encapsulador, embora não seja impossível, como demonstra o exemplo (47):

- (47) Se na sociedade industrial avultavam a competitividade darwiniana, a linha de produção fordista e a simbologia de um tempo caracterizado pela agressividade e rigidez tipicamente patriarcais, a era pós-industrial se notabiliza pela multiculturalidade, pelo poder de influência vinculante dos *mass media*, pelas sociedades de conhecimento, pelas capilaridades em relação aos serviços, pela não-regulação dos mercados, pelo consumo alienante e pelo mundo do entretenimento. **Esse breve relato** nos fornece algumas das multifacetadas influências histórico-culturais que servem de base para o entendimento do mundo atual e globalizado, que para muitos significa angústia, relacionamentos vazios e fragmentação. (<http://marbesnos.tumblr.com/post>)

Definido como “uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento” (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p. 50), o Movimento

é usado pelo falante para provocar uma reação em seu ouvinte, ou para expressar uma reação ao que foi expresso pelo ouvinte, razão pela qual é uma unidade mais facilmente identificável no texto falado. No texto escrito, no entanto, pode-se considerar que um Movimento coincide com o início de um parágrafo, podendo ser interrompido por digressões e elaborações.

Assim, em (47) acima, podemos identificar 2 Movimentos, um de introdução do tema e outro de retomada. Nesse exemplo, o SN **esse breve relato** encapsula uma porção textual – um Movimento e funciona como monitorador do discurso uma vez que busca resgatar, na memória do interlocutor, uma informação dada no cotexto.

Um SN encapsulador também pode representar um Ato Discursivo, que na GDF constitui a menor unidade identificável do comportamento comunicativo. Diferentemente do Movimento, o Ato Discursivo “não necessariamente tem como função promover a comunicação em termos da obtenção de objetivos conversacionais” (KROON, 1995, *apud* HENGEVELD; MACKENZIE, p.60). O Ato Discursivo também não tem uma forma específica e, embora frequentemente corresponda a uma oração completa, pode ser realizado por uma única palavra. O que caracteriza o Ato Discursivo é ter uma única Ilocução. Como recurso identificador dos Atos Discursivos, Hengeveld e Mackenzie (2008) recorrem aos modificadores que podem atuar sobre eles, permitindo que o falante expresse o seu comentário sobre o Ato Discursivo, indicando suas propriedades estilísticas (“brevemente”), seu papel dentro do Movimento (além disso, finalmente) ou o estado emocional do

falante ao enunciar o Ato Discursivo (“Para minha surpresa”). É o que se observa em (48), exemplo criado apenas para mostrar a possibilidade de retomada por encapsulamento desse tipo:

- (48) Saí do consultório médico e me sentei no carro para tentar decifrar a longa lista de orientações escritas em garranchos. Eu tenho de evitar o estresse, reduzir o sal, as comidas gordurosas e os doces. E, além disso, não posso beber!
Esse acréscimo é que me preocupa!

Nesse caso, o SN encapsula a informação-suporte, identificando-a como um último Ato Discursivo dentro do Movimento. É o valor do núcleo do SN encapsulador (acrécimo) que indica o papel do Ato dentro do Movimento. Outros indicadores da natureza de Ato da porção encapsulada são a presença do modificador (*além disso*), que expressa um comentário do falante também sobre o papel do Ato, e a força ilocucionária própria, de interjeição, que categoriza-o como um ato de fala particular.

O Conteúdo Comunicado, que contém a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação com o ouvinte, pode ser encapsulado por SNs como **essa declaração** em (49)

- (49) Em seu famoso Prefácio à Contribuição à crítica da economia política (São Paulo, Expressão Popular, 2012), Marx escreveu que, em seu pior modo evolutivo, a humanidade só apresenta a si mesma tarefas que ela é capaz de resolver. Somos tentados a inverter **essa declaração** e afirmar que a humanidade só apresenta para si tarefas que não pode resolver, desencadeando, assim, um processo imprevisível no decurso do qual a própria tarefa (objetivo) é redefinida. (*Caros Amigos AO*, 09 de Agosto 2013)

O SN encapsulador **essa declaração** identifica a porção textual anterior como o conteúdo de um verbo de dizer (nesse caso, *escrever*), marcando esse conteúdo como proferido por uma terceira pessoa, o pensador Karl Marx.

A categoria Participantes do Discurso não pode ser encapsulada, pois falante e ouvinte representam entidades concretas e tangíveis com estatuto de referentes. Isso se aplica também aos Subatos de Referência.

Nível Representacional

No Nível Representacional, as categorias Indivíduo, Locação e Tempo também não podem ser encapsuladas, pois Indivíduos são, igualmente, entidades tangíveis e possuem estatuto de referentes e Locação e Tempo só podem ser encapsulados com Estados-de-coisas no segmento textual ao qual fazem remissão, pertencendo, por isso, à categoria Episódio.

De acordo com um estudo realizado por Lopes (2010), as anáforas encapsulam, no Nível Representacional, apenas as categorias Conteúdo Proposicional, Estados-de-coisas, Propriedades, Episódios, Modo, Quantidade e Razão. Esse autor propõe a “ampliação e análise dos rótulos de metafunção ideacional e textual apresentados por Francis (2003) por meio da comparação desses rótulos com as classes constituintes do Nível Representacional da GDF” (LOPES, 2010, p. 89). Para isso, divide as categorias do Nível Representacional em dois grupos de encapsuladores: a) **encapsuladores semânticos básicos** – encapsulam as categorias Conteúdo Proposicional,

Estados-de-coisas, Episódio e Propriedades Configuracionais e remetem à entidades de zero, segunda, e terceira ordens “desde que esses conteúdos sejam representados por predicções ou segmentos maiores de texto, e não por sintagmas nominais” (LOPES, 2010, p.91), e b) **encapsuladores semânticos secundários**, que encapsulam as categorias de Modo, Razão ou Quantidade, expressas em predicções ou segmentos de texto, ou apresentam SNs cujos núcleos atribuem a ideia de Modo, Razão ou Quantidade às predicções ou segmentos de textos que encapsulam.

Seguindo a divisão estabelecida por Lopes (2010), no Nível Representacional, o Conteúdo Proposicional, que na GDF se caracteriza pelo fato de expressar um conteúdo que possa ser avaliado em termos de sua condição de verdade, pode ser encapsulado como em (50):

- (50) São os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a ‘direção moral’ não questione a forma da exploração capitalista”. Para discutir **essa hipótese**, cabe avaliar se há sinais de hegemonia, depois qualificá-la através da análise dos governos Lula e então discutir se esta hegemonia seria às avessas. (*Caros Amigos*, 28 de dezembro de 2010)

Nesse exemplo, o SN encapsulador do Conteúdo Proposicional apenas retoma a porção textual anterior, apresentando-a como um conteúdo que pode ser tomado como uma hipótese, sem, contudo, apresentar o ponto de vista avaliativo do enunciador. Dessa forma, atua como organizador do discurso em relação à apresentação de novos conteúdos.

Um Episódio, caracterizado por conter um ou mais Estados-de-coisas em uma sequência tematicamente coerente e ordenada pelo Tempo, Locação e Indivíduo, pode ser encapsulado como em (51):

- (51) Ontem [15 de março], por volta das 22h, um funcionário da Faculdade de Filosofia passou avisando aos poucos que restavam que a biblioteca estava fechando. Desci as escadas e, como sempre, vi o professor Aziz Ab'Saber sentado em uma mesa de canto lendo, com a ajuda de uma lupa, um livro de quase mil páginas. As luzes da biblioteca estavam se apagando, mas ele insistia em continuar, resistindo no limite da desobediência. Nos últimos anos, vi **essa cena** muitas vezes e ontem, por um segundo, sorri por simpatia daquele professor que não precisava estar ali, numa quinta-feira de chuva, enfrentando uma tarefa que parecia superar as suas forças. (*Caros Amigos*, 20 de abril de 2012)

O SN encapsulador **essa cena** encapsula, resumindo, o Episódio do contexto precedente por meio de um SN de natureza metalinguística e atua como organizador do discurso em relação à apresentação de novos conteúdos.

Estados-de-coisas, entidades que podem ser locadas em um tempo relativo e podem ser avaliadas em termos de seu estatuto de realidade, são passíveis de encapsulamento anafórico como se pode ver em (52):

- (52) No entanto, ainda que Bane não tenha o fascínio do Coringa de Heath Ledger, há uma característica que o distingue desse último: o amor incondicional, a mesma fonte da sua dureza. Em uma cena curta, mas comovente, vemos como, em um ato de amor no meio do sofrimento terrível, Bane salvou a garota Talia sem se importar com as consequências e pagando um preço terrível por isso (foi espancado quase até a morte por defendê-la). Karthick tem toda razão ao situar **esse acontecimento** dentro da longa tradição, de Cristo a Che Guevara, que exalta a violência como uma “obra do amor”, como nas famosas palavras do diário de Che Guevara: “Devo dizer, correndo o risco de

parecer ridículo, que o verdadeiro revolucionário é guiado pelo forte sentimento do amor. (*Caros Amigos*, 14 de agosto de 2012)

O SN encapsulador de Estados-de-coisas em (52) encapsula resumindo o contexto precedente, e atua como organizador do discurso em relação à apresentação de novos conteúdos.

No que diz respeito ao encapsulamento da categoria Propriedades Configuracionais, o estudo de Lopes (2010) considera a existência de encapsuladores Atribuidores de Propriedades, em que um SN, em vez de encapsular um Estado-de-coisas ou um Episódio, lhes atribui uma propriedade.

Neste ponto essa pesquisa discorda do estudo de Lopes (2010), uma vez que Propriedades Configuracionais não têm existência independente, mas se aplicam a um Estado-de-coisas, a um Episódio ou a uma Proposição, portanto não há como encapsular essa categoria.

Os encapsuladores secundários, no dizer de Lopes (2010, p. 102), encapsulam as categorias de Modo, Razão e Quantidade. Os encapsuladores de Modo “remetem a uma circunstância de modo expressa no texto, encapsulando não apenas o Modo, mas o Estado-de-coisas” atribuindo-lhe uma circunstância de modo. Isso pode ser visto em (53):

(53) Desde seu lançamento, em abril de 1997, *Caros Amigos* traz, a cada edição, as diferentes opiniões e idéias de importantes personagens da vida brasileira, além de profundas reportagens, compondo um quadro rico e variado nos planos político, social, econômico, das artes, das ciências, da ética e da cultura em geral. **Essa maneira corajosa** de fazer jornalismo tornou *Caros*

Amigos um sucesso editorial, sendo eleita em 1997, um dos três melhores lançamentos editoriais do ano pela Meio & Mensagem. Recebeu também menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo “pelo conjunto de matérias dedicadas a cidadania, dignidade e direitos humanos”, outorgada em outubro de 1998. (<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>)

O SN encapsulador **essa maneira corajosa** exerce função coesiva, marcando a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto e promovendo a continuidade e a progressão temática.

Os encapsuladores de Razão, categoria que pode ser considerada um tipo especial de Conteúdo Proposicional, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), uma vez que representa os pensamentos que levam os indivíduos a agirem em tal direção, encapsulam uma porção textual à qual pode ser atribuída uma idéia de causa.

(54) No entanto, a preocupação maior estava na reestruturação da educação a partir de um movimento que ficou conhecido como "nova escola", em que se pretendia o rompimento com os moldes educacionais que excluía o pensamento humanista e preconizavam o científico. Por **esse motivo**, a preocupação com a recuperação e afirmação da cultura ainda não eram palpáveis. (*Caros Amigos*, 24 de fevereiro de 2012)

O SN encapsulador **esse motivo** também exerce função coesiva, promovendo a continuidade e a progressão temática, exercendo função de organizador do discurso.

Por fim, os encapsuladores de Quantidade encapsulam porções textuais (predicações) que expressam idéia de quantidade e, da mesma forma que os

encapsuladores de Modo e Razão, possuem função coesiva, atuando como organizadores do discurso.

(55) Não, isso é uma fabricação. Não existe essa epidemia de crack de que tanto se fala. Não estou dizendo que a dependência de crack não é uma coisa grave, é gravíssima. No meu serviço eu atendo 600 pessoas por mês, metade ou 40% é dependente de crack. Então, o problema existe e o problema é sério. Só que ele não aumentou. Eu atendo **essa frequência** de dependentes há 15 anos. (*Caros Amigos*, 11 de janeiro de 2013)

Como já foi mencionado, Lopes (2010, p.114) denomina os encapsuladores das camadas mais baixas do Nível Representacional de encapsuladores secundários. Ele afirma que os SNs desses encapsuladores “funcionam como *proformas* de sequenciação textual, mas selecionam segmentos disponíveis do discurso, tal qual um encapsulamento prototípico”, isto é, exercem papel semelhante ao dos conectivos textuais. Esse fato, para Lopes (2010, p. 114), confere aos encapsuladores de Modo, Razão e Quantidade um “caráter mais gramatical”.

Diante do que foi apresentado, fica evidente que a GDF dá conta de boa parte da questão da referenciação por encapsulamento anafórico. Todavia, existem determinados tipos de anáforas encapsuladoras que apresentam uma interpretação metafórica, isto é, mesmo sendo anunciadas linguisticamente por itens lexicais do cotexto, essas anáforas parecem não retomar (encapsular) nenhuma das categorias dos níveis Interpessoal e Representacional, como se vê na seguinte ocorrência:

- (56) Num telefonema direto para Lula, na noite de quinta-feira, José Sarney bateu forte em Aloizio Mercadante. Reclamou do que qualificou de conversas do senador petista para desarticular sua reeleição para a presidência do Senado. Sarney ameaçou retaliar. Para apagar **o incêndio**, José Dirceu e Aldo Rabelo entraram em cena vestidos de bombeiros. (*Veja*, abril de 2004)

A enunciação de um SN com **o incêndio** provoca uma remissão a fatos ou estereótipos que regem determinadas sociedades, no caso a brasileira, e que são trazidos à tona sem menção explícita no texto precedente, mas totalmente dependente dele para sua interpretação ou para sua ativação pela memória de longo termo, o que revela, além do caráter discursivo, o caráter sociocognitivo desse tipo de anáfora.

O SN encapsulador **o incêndio** não proporciona acesso direto ao referente que serve de ponte para a associação, ou seja, não remete a um antecedente explícito no cotexto. Esse tipo de menção é feita com base na suposição que o falante faz do que pode ou não estar na mente do ouvinte no momento da fala. A interpretação de um item anafórico como **o incêndio** reside em estratégias sociocognitivas, ou seja, a construção da referência se dá nos moldes do que afirmam Mondada e Dubois (1995, p. 273-276):

As categorias e os objetos do discurso por meio dos quais os sujeitos percebem o mundo não são preexistentes, nem dados, mas construídos ao curso de suas atividades, e se transformam segundo os contextos. (...) Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações das concepções individuais e públicas do mundo.

Assim, o que possibilita a interpretação de **o incêndio** é o conhecimento que têm os interlocutores dos estereótipos que regem determinados comportamentos como o dos políticos, por exemplo. O interlocutor, ao fazer uma leitura prévia na qual se aponta que dois membros de partidos distintos discutem questões de reeleição, já prevê que “a coisa vai pegar fogo”, daí não estranhar a presença do SN **incêndio**.

Esse conhecimento está contido sob a forma de enquadres na memória de longo termo do ouvinte e sua ativação acontece no momento em que o SN encapsulador é enunciado, promovendo a interpretação.

Para contemplar esse tipo de anáfora, que demanda a ativação de aspectos sociocognitivos, a GDF inicialmente necessitaria, no Componente Contextual, de uma camada, superior às sugeridas por Hengeveld e Mackenzie (Inédito), para uma descrição mais abrangente da referenciação anafórica por encapsulamento uma vez que o modelo apresenta, ainda, algumas restrições no que diz respeito ao Componente Contextual, que parece necessitar de uma redefinição para abarcar fenômenos anafóricos como o encapsulamento.

É importante ressaltar também que determinados tipos de encapsulamento anafórico costumam ocorrer entre porções textuais maiores que o Movimento, o que demandaria, no Nível Interpessoal, uma camada que pudesse contemplar fenômenos que acontecem “acima” dessa categoria. Para isso, esse trabalho dialoga com o trabalho de Stassi-Sé (2012), o qual sugere a

inserção, no Nível Interpessoal, da camada Discurso¹⁴, superior ao Movimento e que permite estabelecer relações entre porções textuais maiores, como a representada no exemplo que se segue:

- (57) Depois, deveríamos desmistificar o problema da violência, rejeitando afirmações simplistas de que o comunismo do século XX agiu com uma violência homicida excessiva demais, e de que deveríamos tomar cuidado para não cair mais uma vez nessa armadilha. Com efeito, trata-se de uma terrível verdade – mas esse foco voltado diretamente para a violência obscurece uma questão basilar: o que houve de errado no projeto comunista do século XX como tal, qual foi o ponto fraco imanente desse projeto que impulsionou o comunismo a recorrer (não só) aos comunistas no poder para a violência irrestrita? Em outras palavras, não basta dizer que os comunistas “negligenciaram o problema da violência”: foi um aspecto sócio-político mais profundo que os impulsionou à violência. (O mesmo se aplica à ideia de que os comunistas “negligenciaram a democracia”: seu projeto geral de transformação social impôs sobre eles esse “negligenciar”.) Portanto, não é apenas o filme de Nolan que foi incapaz de imaginar o poder autêntico do povo – os próprios movimentos “reais” de emancipação radical também não o fizeram e continuam presos nas coordenadas da antiga sociedade, e, por essa razão, muitas vezes o efetivo “poder do povo” foi **esse horror violento**. (*Caros Amigos*, 14 de agosto de 2012)

O SN **esse horror violento** em (57) encapsula toda porção textual que o antecede no discurso, numa operação que ultrapassa os limites das camadas mais altas da GDF.

¹⁴ O termo “Discurso”, grafado com inicial maiúscula, faz alusão à camada identificada no trabalho de Stassi-Sé (2012), o qual propõe a introdução de mais uma camada no Nível Interpessoal da GDF – mais alta do que a camada Movimento, representando a relação entre dois ou mais Movimentos de um mesmo turno ou de turnos diferentes – denominada pela autora de Discurso e que se destaca por considerar porções textuais maiores na análise de fenômenos orientados discursivamente. O termo “Discurso” difere-se, portanto, de “discurso”, grafado com inicial minúscula, aqui definido como o contexto real em que ocorre o evento de fala.

Como se pode ver, a inserção da camada Discurso, sugerida por Stassi-Sé (2012), permite que uma porção textual funcione como referente textual ou como ponte para construção do referente textual.

A exposição acerca da referência e da correferência em GDF mostra que fenômenos que antes ficavam relegados passaram a ser contemplados com a inserção e reformulação das camadas da gramática. Mesmo assim, alguns tipos de referenciação anafórica ainda não podem ser contemplados no quadro da GDF por questões que envolvem o Componente Contextual.

É o que pretendemos demonstrar com a análise das anáforas encapsuladoras. Antes, porém, cabem algumas considerações sobre a relação entre texto e discurso na GDF, que serão feitas no Capítulo III.

CAPÍTULO III

TEXTO E DISCURSO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL: ALGUMAS PROPOSTAS

3.1 O COMPONENTE CONTEXTUAL

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) visa à compreensão dos enunciados em seu contexto discursivo, todavia não se constitui como um modelo analítico do discurso. A GDF procura descrever a intenção do falante, a qual não surge num vácuo, mas num multifacetado contexto comunicativo; no entanto, interessam à GDF apenas as distinções discursivas e pragmáticas que sejam codificadas na gramática.

Assim sendo, o Componente Contextual da GDF, segundo seus autores, não tem como meta oferecer uma descrição completa do contexto discursivo global. Ele é responsável por descrever a forma e o conteúdo do discurso precedente e sua estrutura abarca dois tipos de informação: i) a *imediata* (de curto prazo), oriunda do Componente Gramatical, relativa a um enunciado particular e relevante para determinar a forma que os enunciados posteriores assumirão (por exemplo: o sexo dos participantes no ato de fala, assim como a relação social entre eles) e ii) a informação de *longo prazo*, que se refere à

interação em curso; essa informação é relevante para as distinções que se operam em uma língua em uso e influencia a formulação e a decodificação nesta língua (por exemplo, processos como os pronomes reflexivos, as anáforas e as instâncias de encadeamento discursivo).

Entretanto, como afirma Butler (2008a apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 10), a GDF adota uma “postura conservadora” no que diz respeito ao Componente Contextual, uma vez que muitos fenômenos não encontram explicação no interior deste componente¹, que não está livre de limitações, sobretudo as que dizem respeito à definição dada para Contexto, a qual é considerada por seus próprios autores como bastante simplificada e subdesenvolvida. Hengeveld e Mackenzie (2008) procuram justificar essa opção afirmando que uma descrição completa do Contexto Global do Discurso seria, independente do tipo de evento, uma ordem bastante alta. Para a GDF, fatores relativos a questões de gênero, registro, estilo, etc são aspectos do contexto de interação e podem ter impacto sobre as escolhas linguísticas do falante. Mas somente quando o contexto tem impacto sistemático sobre as escolhas gramaticais disponíveis para o falante na formulação é que estes aspectos são levados em consideração na gramática. Essa concepção do contexto visa a preservar o modelo da gramática, pois, de acordo com seus autores, a inclusão de todos ou mesmo da maioria dos aspectos multiformes do

¹ Os fatores que influenciam o uso de uma expressão informal *kid* em vez de *child* na língua inglesa não encontram justificativas no Componente Contextual da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 10).

contexto em um modelo de estrutura de língua como a GDF privaria o modelo de seu poder preditivo.

Ao adotar essa visão restritiva a respeito do Componente Contextual, Hengeveld e Mackenzie (Inédito) não negam que outros tipos de informação contextual sejam relevantes para dar conta dos fenômenos linguísticos. Entretanto, abstêm-se de tratá-los em sua gramática por acreditarem que eles devem ser analisados dentro de um modelo enciclopédico da mente humana.

Esse fato, todavia, implica em algumas restrições no tratamento de fenômenos importantes, como casos de referência anafórica por encapsulamento, objeto deste estudo, uma vez que tais fenômenos se originam contextualmente e envolvem sobremaneira fatores de ordem pragmática, sociointeracionais e cognitivos.

Connolly (2007, p. 19) questionou o modelo da GDF, enfatizando questões relativas ao Componente Contextual. Segundo esse autor, o contexto possui uma estrutura multidimensional complexa, por isso não é simples inseri-lo em uma estrutura como a da GDF. Para Connolly, o contexto é tudo que se constrói ao entorno de um discurso particular ou de um fragmento de discurso e é relevante para sua produção e interpretação, envolvendo tanto aspectos linguísticos verbais como não verbais. O autor destaca também que o contexto se compõe de elementos que estão “fora” do discurso, como os fatores contextuais, a organização social e as normas de pensamentos e comportamentos.

Outro aspecto relevante no estudo do contexto feito por Connolly (2007) é o de gênero, uma vez que certos padrões de fala ou escrita podem ser aceitáveis ou não, dependendo do contexto de uso. Existem discursos específicos para gêneros como romances, textos científicos, contos etc. Textos falados e escritos podem ser classificados em diferentes gêneros – romances, peças de teatro, letras etc e subclassificados em comédias, tragédias etc. De acordo com Connolly (2007), essa classificação não é estanque, porém é útil, pois confirma que o gênero tem uma estrutura hierárquica.

Para Cornish (2009), que também postula a necessidade de expansão do Componente Contextual da GDF, ao incluir aspectos linguísticos e não verbais dentro do que nomeia de contexto discursivo, Connolly (2007) não explicita uma distinção entre discurso e texto. De acordo com Cornish, os aspectos linguísticos e não verbais são manifestações de texto, não de discurso, são elementos formais perceptíveis visual e auditivamente pelo destinatário,² agindo como *input* na construção do discurso.

Cornish (2009) questiona a equivalência entre texto e discurso (HENGEVELD; MAKENZIE, 2008; RIJKHOFF, 2008; CONNOLLY, 2007) afirmando que não é adequada para descrever e contabilizar satisfatoriamente a anáfora discursiva em textos reais e defende que uma distinção entre os dois princípios é fundamental.

² É importante ressaltar que, para Cornish (2009), a perspectiva de produção está orientada para o destinatário, já na GDF essa perspectiva orienta-se para o falante. Connolly (2007) assume o mesmo ponto de vista da GDF.

Referindo-se especificamente ao “contexto”, o autor afirma tratar-se do domínio de referência de um dado texto; envolve o cotexto, o gênero de evento de fala, o discurso construído previamente, o contexto sociocultural – que o texto pressupõe –, incluindo conhecimento mútuo dos participantes e, mais geral, o enciclopédico e cultural – e a situação específica de enunciação. Constitui um processo contínuo de construção e de revisão sob o qual o discurso se desenrola. Evocando um contexto apropriado, o destinatário ou leitor pode criar seu “discurso” com base em uma sequência conectada de pistas textuais que é o “texto”.

No que diz respeito ao papel do contexto na criação do discurso, Cornish (2009) afirma que o contexto invocado servirá para selecionar o sentido relevante de lexemas dados, de acordo com o discurso que está sendo construído, e agirá no sentido de solucionar potenciais ambiguidades em um dado segmento textual.

Connolly (2007) e Cornish (2009), ao discorrerem sobre o Componente Contextual, deixam clara sua opinião sobre a necessidade de redefinir este componente de forma que ele possa resolver as anáforas do tipo discursivas. Porém, o fenômeno da referenciação, em certos casos, ultrapassa as fronteiras do discurso, o que faz com que o presente trabalho proponha, para Componente Contextual, uma redefinição baseada na inserção de fatores de ordem sociocognitiva.

É evidente que a GDF, por meio de sua estrutura de camadas, possui toda uma formalidade no tratamento da referência anafórica, sobretudo a

correferência, assim como a referenciação por encapsulamento, como demonstrado no capítulo II deste estudo, porém casos de referenciação que demandam, para sua interpretação, que se faça remissão, além de estratégias discursivas, a estratégias sociocognitivas ainda não podem ser resolvidos pelo Componente Contextual da GDF. Quando um item anafórico não proporciona acesso direto ao referente no cotexto, sua interpretação é feita com base na suposição que o falante faz do que pode ou não estar na mente do ouvinte no momento da fala. Neste caso, não só estratégias linguísticas, mas, sobretudo pragmáticas, sociointeracionais e cognitivas são contextualmente ativadas.

Esse tipo de conhecimento, baseado em representações sociocognitivas e que inclui informações de longo prazo, ainda não se encontra bem definido no Componente Contextual da GDF. Além do mais, uma camada superior ao Movimento, que possa explicar fenômenos que englobam porções maiores de textos, precisa ser inserida no Nível Interpessoal para abarcar certos tipos de referência, como propõe Stassi-Sé (2012).

Hengeveld e Mackenzie (2008) reconhecem que os Movimentos possuem funções que podem afetar sua expressão, entretanto abstêm-se de discuti-las por considerarem que tais funções somente podem ser estudadas em partes mais longas de discursos nas quais figuram.

Da mesma forma, excluem do Componente Contextual tudo o que não pode ser sistematizado. Embora o modelo da GDF não tenha como meta oferecer uma descrição completa do contexto discursivo global, seus quatro componentes formam o que os autores chamam de modelo de interação verbal.

Como modelo de interação verbal, a GDF deve ir da intenção comunicativa para a articulação da expressão linguística, passando pela pragmática, semântica e sintaxe e, dessa forma, analisar todos os aspectos de um fenômeno linguístico.

Essas restrições e demarcações de abrangência do Componente Contextual assumidas pelo modelo podem, no caso das anáforas por encapsulamento, conduzir a uma análise recortada ou unilateral do fenômeno.

Como já dito, para a GDF, somente quando o contexto tem impacto sistemático sobre as escolhas gramaticais disponíveis para o falante na formulação é que estes aspectos são levados em consideração. A lógica por trás dessa visão restrita do Contexto, segundo Cornish (2009), é a de que, para incluir todos ou mesmo a maioria dos aspectos multiformes do contexto em um modelo de estrutura de língua, privaria o modelo de seu poder preditivo.

Um tratamento mais detalhado do Componente Contextual na GDF encontra-se nos trabalhos de Connolly (2007) e Cornish (2009), os quais serão discutidos a seguir. Ambos ressaltam a necessidade de expansão do Componente Contextual a fim de que abarque questões que envolvam fenômenos sociointeracionais e cognitivos.

3.2 A PROPOSTA DE CONNOLLY (2007)

Na visão de Connolly (2007), o contexto é algo dinâmico e em constante mutação, restrito ao que é considerado relevante para a realização da

interação comunicativa e é estruturado – existem diferentes fios ou aspectos de contexto, o que exclui uma noção unitária ou monolítica. É tudo o que circunda o discurso particular ou o fragmento de discurso e que é relevante (pois do contrário seria impossível tratá-lo dentro de um modelo) para a sua produção e interpretação, o que significa que o contexto não é um fenômeno objetivo, mas um construto analítico.

Connolly (2007, p. 14) apresenta quatro dicotomias básicas para estruturar a noção de “contexto”:

1. Contexto discursivo X contexto situacional;
2. Contexto físico X contexto sociocultural;
3. Contexto mais restrito X contexto mais amplo;
4. Contexto mental X contexto extramental.

A dicotomia fundamental, para o autor, é a que se opera entre contexto discursivo e contexto situacional. O contexto discursivo, segundo o autor, é o discurso multimodal circundante que inclui tanto os aspectos linguísticos como não verbais. Posteriormente, subdivide o contexto discursivo em contexto linguístico (presumivelmente contexto) e contexto não verbal. O contexto situacional, em sentido amplo, pode ser considerado como o universo físico e social fora do contexto imediato e, em sentido mais restrito, corresponde à noção de “cenário” de Hymes (1972, p. 60) – o estado-de-coisas puramente físico correspondente a um determinado contexto de elocução.

O contexto situacional é subdividido por Connolly (2007) em contexto físico e contexto sociocultural: o primeiro relaciona-se ao universo material e inclui fatores contextuais como o tempo e o espaço; o segundo relaciona-se

aos fenômenos não materiais, nomeadamente a organização social e as normas de pensamentos e comportamentos.

De maneira resumida, para Connolly (2007), o contexto possui uma estrutura hierárquica multidimensional. Primeiramente divide-se em discursivo e situacional; em seguida, o contexto discursivo é subdividido em aspectos mais estreitos (cotexto) e em aspectos mais amplos (intertexto) e, também, ortogonalmente, é dividido em aspectos linguísticos e não verbais.

Da mesma forma, o autor subdivide o contexto situacional em aspectos mais estreitos e mais amplos e, ortogonalmente, em aspectos físicos e culturais. O autor assinala, ainda, que é possível identificar novos elementos na hierarquia descrita acima. Por exemplo, o maior contexto situacional é fornecido pelo universo dentro do qual se pode identificar o mundo, que pode ser dividido em áreas sucessivamente menores como continentes, países, regiões, povoados, distritos, propriedades individuais ou outras unidades (por exemplo, as áreas de linguagem e dialeto), dependendo do que é relevante para a análise.

Como já mencionado, outro conceito relevante para o estudo do contexto, na opinião do autor, é o de gênero, uma vez que certos padrões de fala ou escrita podem ser aceitáveis ou não, dependendo do contexto de uso.

Outro ponto destacado por Connolly (2007) diz respeito à subdivisão do contexto em mental e extramental. Para o autor, esta subdivisão acrescenta uma nova dimensão à estrutura hierárquica do contexto. Cada participante do discurso tem sua própria representação mental particular e existe um

considerável grau de sobreposição entre o conhecimento partilhado entre os diferentes participantes no início de um discurso, que serve, dessa forma, para aumentar a quantidade de pontos em comum.

Embora o autor deixe claro que não pretende estender a discussão sobre a representação mental, ele reconhece a importância do contexto mental e afirma que a única maneira de os fatores contextuais afetarem diretamente a produção e interpretação do discurso é por meio de sua presença na mente dos indivíduos. Ainda de acordo com Connolly (2007), o âmbito do contexto mental é mais amplo do que o do contexto extramental, uma vez que se estende ao contexto mental imaginário, bem como aos fenômenos e acontecimentos reais, os quais não são encontrados no universo real que fornece o contexto extramental; as representações mentais dos participantes do discurso não são uma contrapartida exata do contexto extramental. Quando fazemos parte de uma interação discursiva, nem sempre somos capazes de lembrar o que foi dito antes do momento atual. Pelo contrário, nós construímos o sentido discursivo com base, em parte, na memória de curto prazo e, em parte, nas inferências que desenhamos à luz do contexto.

Para Connolly (2007), como o contexto possui uma estrutura multidimensional complexa, não é simples incorporá-lo em um diagrama como o da GDF, sendo necessário adicionar ao Componente Contextual um super componente que engloba todos os aspectos do contexto e descrever sua complicada estrutura interna separadamente. A atual arquitetura da GDF

necessita, de acordo com o autor, acomodar não um, mas dois componentes: o Contextual e o Conceitual.

No que diz respeito ao Componente Conceitual, Connolly afirma que este componente tem, no modelo, uma concepção bastante estreita e que deve ser ampliado para um componente de conteúdo que contenha um subcomponente com conteúdo de interação que, por sua vez, inclua atitudes, emoções e atos de fala, exprimíveis por meio da linguagem. Essa ampliação promove a cobertura de vários fenômenos de comunicação – fato que justifica sua adoção pelo autor.

Connolly (2007) considera que o componente de conteúdo possui caráter contextual – ele deve fazer parte daquilo que o falante deseja expressar. Em favor de sua posição, apresenta três argumentos: a) o conteúdo de um discurso ou fragmento discursivo coincide com o contexto descrito; b) o contexto situacional inclui os participantes do discurso, juntamente com seus atributos sociais e psicológicos e suas atividades, e essas atividades geram o conteúdo discursivo subjacente; c) as intenções pré-linguísticas, que pertencem ao subcomponente conceitual, fazem parte do contexto mental, não do discurso.

Com relação ao Componente Contextual, Connolly (2007) afirma que este componente abrange todo o restante do contexto, sendo potencialmente vasto. Todavia, no quadro da GDF apresentado por Hengeveld e Mackenzie (2008), ele é simplificado na medida em que adota a perspectiva de produção, orientada para o falante ou escritor, em vez da perspectiva de interpretação,

orientada para o ouvinte ou leitor. O ideal, para Connolly, é o modelo de interação verbal permanecer neutro entre as duas perspectivas. Dessa forma, o autor propõe mudar o componente de saída – claramente orientado para a produção – para um componente empírico – neutro entre o produtor e o destinatário e entre fala e escrita, como se vê na Figura abaixo:

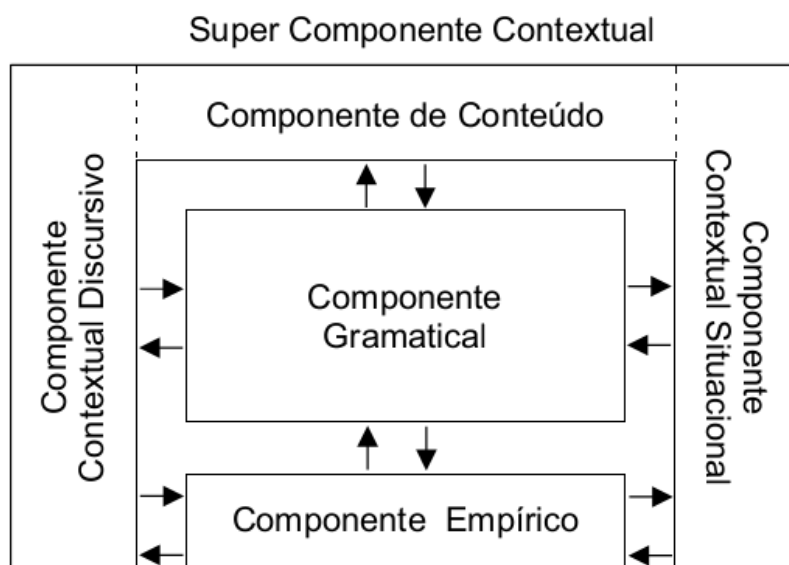


Figura 7 - Um esquema modificado da GDF (CONNOLLY, 2007, p. 21)

O modelo sugerido por Connolly representa o contexto por meio de um super componente, que se divide em um componente de conteúdo, um componente discursivo de contexto e um componente situacional de contexto.

O componente de conteúdo representa uma parte muito importante do contexto e se refere ao que falante ou escritor realmente decide expressar em linguagem, e, por esta razão, lhe foi atribuído um estatuto próprio em vez de simplesmente inseri-lo dentro do componente situacional de contexto.

Por meio de seu modelo, Connolly (2007) espera oferecer um quadro completo para a GDF que contemple tanto a linguagem quanto o contexto.

3.3 A PROPOSTA DE CORNISH (2009)

Cornish (2009) questiona a posição de Connolly acerca do contexto mental, afirmando que todo contexto é mentalmente representado, pois o que é crucial na comunicação é a percepção dos usuários, assim como a concepção de mundo externo, e não os “fatos” objetivos do universo extramental. Além disso, ressalta Cornish, a terceira dicotomia de Connolly – contexto mais restrito X contexto mais amplo – não se encontra no mesmo nível das demais; de certo modo, representa uma metadistinção que afeta cada uma das outras três dicotomias. Isso é corroborado pela própria explicação de Connolly, segundo a qual as concepções mais amplas e mais restritas não pertencem somente aos contextos discursivo e situacional, mas também ao físico e ao sociocultural.

Cornish (2009) adverte que o modelo de Connolly enfatiza o caráter multimodal do discurso, incluindo tanto os aspectos linguísticos quanto os não verbais dentro do que ele nomeia de contexto discursivo, sem, no entanto, explicitar a distinção entre discurso e texto. Para Cornish, os aspectos linguísticos e não verbais são manifestações de “texto” e não de “discurso”, uma vez que se constituem como elementos formais que podem ser percebidos

(auditivamente ou visualmente) pelo destinatário e agir como *inputs* para a construção do discurso (situando a interpretação provisória das intenções comunicativas do locutor).

De acordo com Cornish (2009), parece não haver espaço, no esquema de Connolly, para os aspectos cruciais do discurso como o avanço e a interpretação situada, provisória e “revisável” do evento comunicativo. Para esse autor, Connolly, mesmo apresentando um esquema com as três vertentes principais de contexto (figura 8), se equivocou ao situá-las em um mesmo nível. Cornish (2009) entende que essas vertentes devem assumir um nível hierárquico; é isso que o autor proporrá em seu modelo de representação, com se vê na figura abaixo:

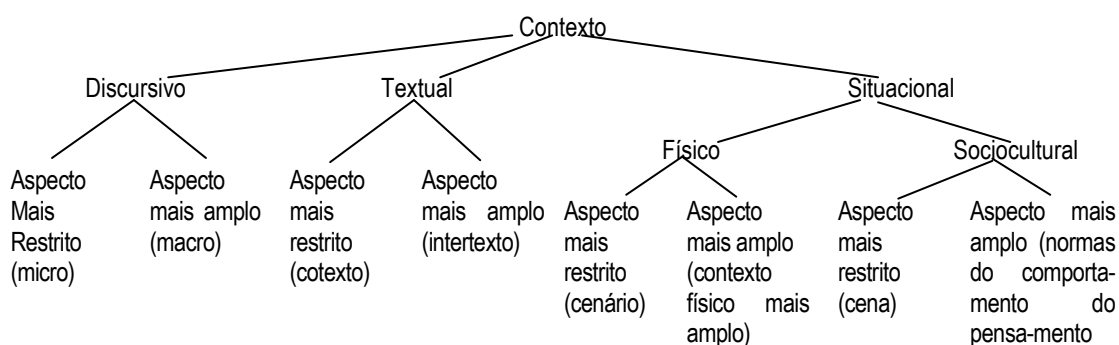


Figura 8 - Representação esquemática revista da concepção de contexto de Connolly (CORNISH, 2009, p. 107).

Cornish (2009) concorda que o contexto pode ser discursivo, textual e situacional, mas, citando o discurso situacional (o mais fundamental, pois sem ele nem texto, nem discurso ocorreriam), afirma que todos os eventos comunicativos são ancorados em algum contexto de enunciação, que os

pressupõem. O texto é o produto disso; uma vez que o “texto” é produzido por um falante – com o possível *input* do destinatário, por meio de objeções, correções, sinais de aprovação etc. – então (pelo menos a partir do ponto de vista do destinatário), a criação do discurso está sujeita à invocação de um contexto relevante. O texto e o discurso produzidos e criados nesse modelo formarão o contexto para o próximo segmento do texto, conforme ilustrado por Cornish (2009, p. 108) na figura 9.

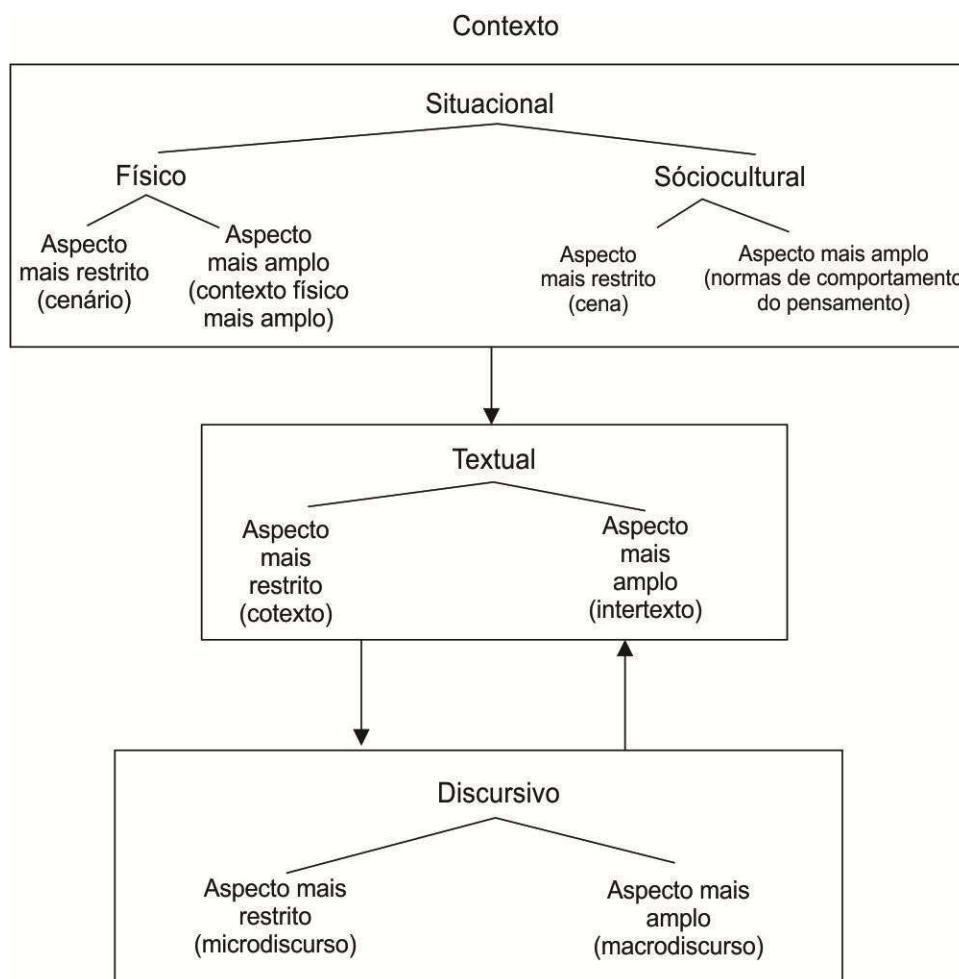


Figura 9 - Relações entre as três grandes vertentes de "contexto": situacional, textual e discursivo. (CORNISH, 2009, p. 108)

A partir da perspectiva do destinatário, o falante poderia requerer as caixas de texto e de discurso de forma invertida. Como aponta o próprio autor, esta relação não deve ser tomada para sugerir que a perspectiva do entendedor é a imagem espelhada do falante. O discurso é co-construído pelos participantes da fala, daí as setas que apontam em duas direções, a partir da caixa "

Por discordar da distinção entre texto e discurso apresentada por Hengevel e Mackenzie (2008), Rijkhoff (2008) e Connolly (2007), Cornish (2009) propõe uma nova distinção na qual examina as diferentes facetas do contexto e o modo como afetam as escolhas do falante para, em seguida, de maneira preliminar, descrever como o contexto pode ser articulado dentro do modelo da GDF.

Inicialmente, Cornish (2009) faz uma distinção entre texto, contexto e discurso. Para o autor, "texto" refere-se às sequências conectadas de signos verbais e de sinais não verbais produzidos pelo falante e pelo destinatário em termos das quais o discurso é co-construído pelos participantes no ato de comunicação. De acordo com o autor, em circunstâncias normais de comunicação, o texto é essencialmente linear, devido às limitações impostas pela produção de voz em tempo real, embora no meio falado, paralinguístico, sinais não verbais possam ocorrer simultaneamente com o fluxo de sinais verbais e sinais de fala (a sobreposição de mais de um participante pode e deve ocorrer). É o discurso – construído em termos de um texto e de um contexto relevantes – que é capaz de ser armazenado, em subsequência, na memória de

longo prazo para a recuperação possível, em algum momento mais tarde. Por outro lado, o traço textual do evento comunicativo é da memória de curto prazo, desaparecendo em pouco tempo desta memória, enquanto o discurso é construído.

Para Cornish (2009), o ponto crucial dessa distinção reside no fato de que o discurso é (re-) construído e, por isso, altamente probabilístico: a partir do ponto de vista do destinatário ou do leitor, não é, em nenhum sentido, uma simples questão de “decodificar” o texto, a fim de chegar à mensagem completa pretendida pelo falante / escritor. O "Sentido" não reside completamente “dentro” do texto, ele tem de ser construído pelo destinatário ou leitor e o falante/escritor por meio do texto em conjunto com um contexto apropriado. O texto é apenas uma sequência de “dicas” ou instruções para: (a) criar contextos relevantes; (b) criar discursos como uma função destes contextos. O sentido é sempre incompleto e indeterminado em relação ao discurso que dele se origina com a ajuda de um contexto no qual se incluem o conhecimento de mundo, o gênero, do qual o texto é uma instância, e as convenções sociais e comunicativas que regulam o evento de comunicação.

Para Cornish (2009), o “contexto” é o domínio de referência de um dado texto; envolve o cotexto, o gênero de evento de fala, o discurso construído previamente, o contexto sociocultural – que o texto pressupõe –, incluindo conhecimento mútuo dos participantes e, mais geral, o enciclopédico e cultural – e a situação específica de enunciação. Constitui um processo contínuo de construção e de revisão sob o qual o discurso se desenrola.

Evocando um contexto apropriado, o destinatário ou leitor pode criar seu “discurso” com base em uma sequência conectada de pistas textuais que é o “texto”.

Os vários aspectos do contexto estão em constantes mudanças: o discurso derivado do texto depende destas mudanças que ocorrem *online*. O “discurso” é o produto mentalmente representado e hierarquicamente estruturado de sequências de comunicação e atos ilocucionários e proposicionais realizados com objetivos comunicativos e integrados dentro de um dado contexto. Cada participante constrói, solidariamente, o seu modelo de discurso de acordo com o evento comunicativo que está ocorrendo, portanto, em princípio, os modelos construídos podem divergir, mas somente dentro dos limites do risco de má interpretação e quebra comunicativa (que pode ocasionalmente acontecer). O discurso é, ao mesmo tempo, hierárquico e anulável (uma construção provisória, e, portanto, passível de revisão, de uma interpretação situada) e depende tanto do “texto” quanto do “contexto”.

Cornish (2009), referindo-se especificamente ao papel do contexto na criação do discurso, afirma que o contexto invocado servirá para selecionar o sentido relevante de lexemas dados, de acordo com o discurso que está sendo construído, e agirá no sentido de solucionar potenciais ambiguidades em um dado segmento textual.

O contexto possibilitará, ainda, a interpretação das formas, bem como das referências indeterminadas no contexto, e o enriquecimento de alusões feitas no texto por meio do conhecimento real do mundo. Além disso, o

contexto ajuda o destinatário a determinar a força ilocutória de cada cláusula de entrada. Cornish (2009) cita a prosódia como exemplo de um contextualizador por excelência. Ela opera, quando sobreposta a um segmento de determinado texto, tanto com efeitos retroativos sobre o segmento imediatamente precedente, quanto com efeitos proativos em a uma sequência seguinte.

Citando Okada (2007), Cornish (2009) apresenta algumas concepções de contexto retiradas de vários autores:

Contexto físico compreende a configuração real ou ambiente em que a interação teve lugar, tal como uma casa parte de aquecimento ou um hospital.

Contexto pessoal compreende as relações sociais e pessoais entre os interlocutores, por exemplo as relações entre amigos íntimos ou entre empregador e empregados.

Contexto cognitivo compreende o conhecimento compartilhado e de fundo realizado pelos participantes na interação, incluindo o conhecimento social e cultural. É por vezes referido [como] esquemas. Por exemplo, o conhecimento sobre como uma entrevista, um casamento ou uma palestra são conduzidos.

Contexto textual compreende o mundo das construções de texto, que é o mundo textual [...](OKADA, 2007, p. 186 apud CORNISH, 2009, p. 101-102). (grifos da autora)³.

Cornish explica que o chamado “mundo textual”, na quarta subcategoria, corresponde ao que ele define como “discurso”. Para ele, o que Okada (2007) nomeia “contexto textual” é mais precisamente caracterizado

³ **Physical context** comprises the actual setting or environment in which the interaction takes place, such as a house-warming party or a hospital.

Personal context comprises the social and personal relationships amongst the interactants, for instance the relationships between intimate friends or between employer and employees.

Cognitive context comprises the shared and background knowledge held by participants in the interaction, including social and cultural knowledge. It is sometimes referred to [as] schemata. For example, knowledge about how an interview, a wedding or a lecture is conducted.

Textual context comprises the world which the text constructs, that is the textual world (...) (Okada 2007:186).

como o “cotexto” – o contexto verbal e não verbal em torno de uma dada expressão. Além do mais, o que Okada caracteriza como o “contexto físico” corresponde ao que Hymes (1972, p. 60) chama de “cena”.

Cornish (2009) também se refere ao gênero e ao subgênero como importantes fatores de contextualização, enquanto conjunto de expectativas do usuário particular baseadas na sua familiaridade com o tipo de evento de linguagem envolvido.

Finalmente, Cornish (2009) aponta a dêixis e a anáfora discursiva como referências que requerem acesso a certos aspectos do contexto (tanto em termos de produção quanto de interpretação), a fim de operar. A dêixis canônica requer claramente acesso ao contexto de enunciação, a dêixis discursiva requer a representação do discurso previamente construído, e a dêixis textual requer acesso ao contexto imediatamente anterior ao cotexto.

A anáfora discursiva, segundo Cornish (2009), pode exigir acesso ao contexto do enunciado (exófora) ou a uma representação mental do discurso recentemente construído. Esses dois últimos contextos vinculados referem-se a procedimentos diferentes; no entanto, na anáfora discursiva, ao contrário da dêixis discursiva, pressupõe-se que a representação discursiva seja psicologicamente saliente no ponto de ocorrência da anáfora.

Do que foi exposto, é possível depreender que, para Cornish (2009), texto, contexto e discurso são interdependentes, interativos e interdefinidos. Dessa forma tanto o cotexto quanto o discurso construído (que por definição é provisório, portanto, passível de revisão e interpretação do cotexto ou

contexto) devem ser representados dentro do Componente Contextual na representação de um determinado evento comunicativo da GDF.

O ponto de vista assumido por Cornish (2009) com relação à definição de contexto difere do assumido por Connolly (2007) e pela GDF (2008). Enquanto Connolly e a GDF assumem o ponto de vista da forma escolhida – perspectiva do falante –, Cornish assume a perspectiva do destinatário. Por isso, Cornish (2009) faz uma crítica ao atual modelo da GDF no que se refere ao Componente Contextual que, segundo sua opinião, não é satisfatório para diagnosticar o fenômeno da anáfora discursiva.

Por isso, Cornish (2009) propôs uma revisão no modelo de Connolly, sugerindo a inserção, no modelo da GDF, de um super componente contextual que abarque as noções de texto e de discurso (fig 10).

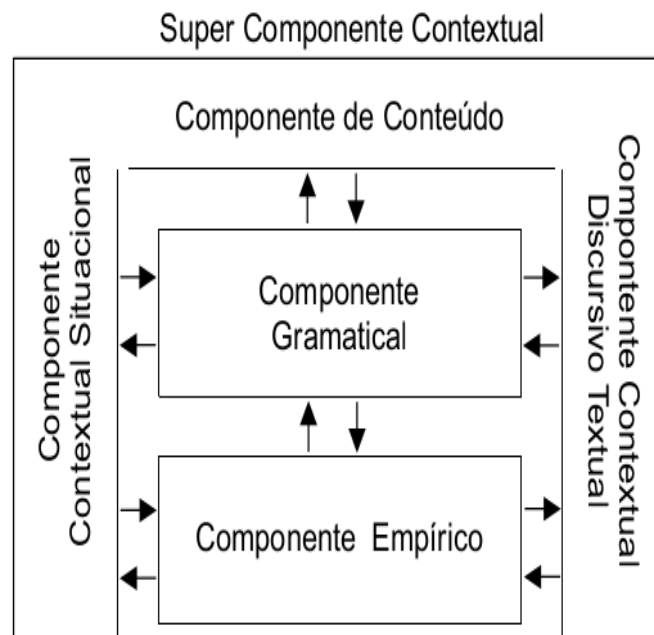


Figura 10 - Esquema da GDF proposto por Connolly (2007) e modificado por Cornish (2009). (CORNISH, 2009, p.113)

Segundo Cornish (2009), o fenômeno referencial por ele denominado de anáfora discursiva pode oferecer um panorama do Contexto em GDF, pois essa referenciação envolve as dimensões cotextuais (de curto prazo) e discursivas (de longo prazo).

Para ilustrar, o autor cita (p.109) alguns exemplos os quais não são contemplados pelo Componente Contextual da GDF, entre os quais uma receita culinária:

(58) Lagosta com batata quente, cebola e salada de estragão

¹⁾ Corte 200g de batatas novas em rodela finas. ²⁾ Ferva \emptyset até ficar al dente. ³⁾ Divida longitudinalmente a lagosta cozida. ⁴⁾ e tempere com duas colheres de sopa de vinagre de vinho tinto, 2,5 colheres de azeite de oliva extra-virgem, 2 cebolas cortadas em cubos, estragão, sal e pimenta. ⁵⁾ Escorra *as batatas*, ⁶⁾ tempere \emptyset . ⁷⁾ Sirva \emptyset com *a lagosta* e regue com limão.

(Receita 24, *The Observer Food Monthly*, Agosto de 2007, n. 77, p 34⁴)

Cornish (2009) ressalta que esse gênero diretivo, receita culinária, exige que cada operação culinária expressa por uma dada oração se aplique ao *output* da operação imediatamente prévia. O contexto discursivo é incrementado para cada oração que é encontrada e processada. Por isso, a expressão anafórica \emptyset em (2) e o SN definido *as batatas* em (5) fazem remissão anafórica não ao referente de sua expressão antecedente 200 gramas

⁴ **Lobster with warm potato, shallot and tarragon salad**

¹⁾ Slice 200g new potatoes into thinnish discs. ²⁾ Simmer \emptyset until al dente. ³⁾ Split a cooked lobster lengthways, ⁴⁾ and make a dressing with 1 tbs red wine vinegar, 2.5 tbs extra-virgin olive oil, 2 diced shallots, tarragon, salt and pepper. ⁵⁾ Drain *the potatoes*, ⁶⁾ and dress \emptyset . ⁷⁾ Serve \emptyset with *the lobster* and lemon wedge.

de batata em (1), mas ao conjunto particular de batatas que esse SN terá evocado nas orações subsequentes.

Esse exemplo retoma o que já havia dito Brown & Yule (1983) sobre as mudanças de estado dos referentes no desenrolar do texto, de modo a provocar mudanças na sua descrição. No caso dos ingredientes da receita, por exemplo, *as batatas* (embora tenham sua identidade preservada, pelo menos até serem cortadas em rodela) sofrem modificações na descrição de modo que, em cada uma das ocorrências, o SN *200 g de batatas novas* não poderá ser simplesmente substituído pelo pronome *elas* uma vez que sofreu mudanças de estado à medida que o discurso progrediu.

Cornish (2009) cita também exemplos nos quais não existe um antecedente textual canônico para o SN anafórico, mas este se refere sem problemas à porção textual anterior:

(59) O convidado, uma princesa alta, casada com um latifundiário naturalista erudito chamado Béla Liphay, de Lovrin no Banat, era um descendente (não direta, espero) de Papa Inocêncio IX da famosa casa de Odescalchi, senhores de Bracciano.

De acordo com Sir Walter Scott (ou Macaulay cito ele: “eu tenho procurado tanto em vão e a vontade provavelmente virá sobre *a passagem* do dia que este livro sairá), Bracciano, por seu lago débil, foi o melhor exemplo de uma fortaleza medieval que já tinha visto (Patrick Leigh Fermor, *Entre o Woods e da Água*, London: John Murray, 2004, p. 104)⁵

⁵ Another guest, a tall princess, married to an erudite naturalist landowner called Béla Liphay, from Lovrin in the Banat, was a descendant (not direct, I hope) of Pope Innocent IX of the famous house of Odescalchi, lords of Bracciano.*

* According to Sir Walter Scott (or Macaulay quoting him; I've searched both in vain and will probably come upon *the passage* the day after this book is out), Bracciano, by its reedy lake, was the best example of a mediaeval fortress he had ever seen... (Patrick Leigh Fermor, *Between the Woods and the Water*, London: John Murray, 2004, p. 104)

É claro que essa inferência ocorre necessariamente em uma porção textual maior do que a oração (esse exemplo ilustra um encapsulamento anafórico) que pode ser caracterizada como *a passagem*. É isso que motiva o uso do SN lexical definido com o lexema *passagem* como seu núcleo para recuperar esta entidade facilmente inferida, ou seja, é obvio que essa referência necessariamente ocorre numa parte particular do livro (não identificada na frase parentética), e isso pode também ser caracterizado como uma '*passagem*'.

É este pressuposto o que motiva o uso de um SN definido lexical como o lexema *a passagem* para recuperar, na mente do leitor, esta entidade facilmente inferida. De acordo com Cornish, somente o uso do SN definido seria capaz de recuperar claramente o referente implícito, o uso de um pronome de terceira pessoa, por exemplo, provocaria uma incoerência textual.

Exemplos como esses, segundo Cornish (2009), justificam a necessidade de se rever alguns pontos no Componente Contextual os quais ainda não estão claramente definidos. Para o autor, o Componente Contextual da GDF precisa, dentre outras coisas:

- a) distinguir discurso de cotexto – para Cornish (2009), Discurso é o resultado de uma interpretação situada de um segmento do cotexto em termos do contexto evocado para ele, por isso, inevitavelmente, deverá ser co-construído pelos participantes do discurso. A GDF, ao não distinguir discurso de cotexto, assume que o entendimento de textos, sejam eles na

- modalidade oral ou escrita, restringe-se somente à decodificação da superfície textual para ter acesso às intenções do falante (ou escritor).
- b) inserção do gênero textual no Componente Contextual – o gênero textual a ser construído deve também ser especificado no Componente Contextual, uma vez que traz implicações para a forma de expressões indexadas. De acordo com Cornish, o Contexto só é relevante quando permite criar discursos. É o contexto também que capacita a crucial integração de unidades discursivas (Atos ou Moves) em unidades de discurso mais altas.
 - c) representação do cotexto e do discurso imediato no Componente Contextual – o cotexto imediatamente precedente permite ao falante escolher uma expressão apropriada ao contexto para retomar um dado referente acessível via discurso prévio, assim como possibilita ao destinatário encontrar as pistas para efetuar inferências sobre um referente implícito.
 - d) representação da estrutura prosódica no Componente Contextual - A estrutura prosódica deve fazer parte do componente, pois tem um papel fundamental na realização de expressões anafóricas dadas, bem como na sua interpretação potencial.

Para Cornish (2009), o fato de o Componente Contextual da GDF não contemplar esses pontos evidencia que esse modelo de gramática, mesmo reservando um lugar específico para o contexto, precisa, ainda, desenvolvê-lo reservando nele um lugar para as representações do contexto situacional que incluem, principalmente, informações de longo prazo.

3.4 A PROPOSTA DE HENGEVELD E MACKENZIE (INÉDITO)

Hengeveld e Mackenzie (Inédito), numa tentativa de promover uma reestruturação do Componente Contextual da GDF, acrescentaram-lhe o estrato Situacional e o Discursivo⁶, conforme ilustra a figura 11:

	Componente Gramatical	Componente Contextual
NI	(M _k : (A _k : [(F _k) (P _l) _S (P _j)A(C _k)	Situacional T: T ₀ = <data, hora> L: L ₀ = <coordenadas> Discursivo M: (M _j) (M _l) A : (A _j) (A _l)
NR	(p _k : (ep _k : (e _k : (f _k : [(f _i) (x _k)	Situacional x: (x _j : hora (x _j)) (x _h : prato _N (x _h)) f: (f _j : temperatura (f _j)) (f _i : cor (f _i)) Discursivo x: (x _i) (x _g)
NM	(Le _k : (Cl _k : [(Xp _k : [(Xs _k) (Aff _k)	Discursivo Le: (Le _j) (Le _i) Cl: (Cl _j) (Cl _i)
NF	(U _k : (IP _k : [(PP _k : [(PW _k : (S _k)	Discursivo U: (U _j) (U _l) IP: (IP _j) (IP _l)

Figura 11 - Esboço da representação do Componente Contextual – Hengeveld e Mackenzie (Inédito, p. 14).

⁶ O termo Estrato Discursivo refere-se ao estrato inserido por Hengeveld e Mackenzie (Inédito) no Componente Contextual da GDF; esse estrato recebe informação a partir do discurso em andamento, uma vez que todos os aspectos das contribuições anteriores são armazenados no Componente Contextual, de forma tal que a referência posterior a estes aspectos seja possível.

A proposta parte do princípio de que o Componente Contextual é alimentado por informações de duas fontes diferentes:

Primeiro, [o Componente Contextual] recebe informação a partir do discurso em andamento, uma vez que todos os aspectos das contribuições anteriores são armazenados no Componente Contextual, de forma tal que a referência posterior a estes aspectos seja possível. [...] Toda a informação que entra no Componente Contextual baseada no discurso precedente foi chamada de *discursiva*. [...] A segunda fonte de informação para o Componente Contextual diz respeito ao contexto físico em que a comunicação ocorre. Aqui a informação sobre a situação de fala, incluindo a identidade e as propriedades dos participantes da fala (P_N), o tempo da situação de fala T_0 , e o local da situação de fala L_0 é registrada, bem como informação sobre tudo que é percebido no entorno físico da situação de discurso. Isso inclui propriedades, indivíduos, estados de coisas, etc que estão presentes na situação de discurso. Toda a informação que entra no Componente Contextual a partir do contexto físico em que a comunicação ocorre foi chamada de *situacional*. (HENGEVELD; MACKENZIE, INÉDITO, p.7-8)⁷

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (Inédito), a informação *situacional* inserida no Componente Contextual é dinâmica e se adapta continuamente às circunstâncias de interação. Ela abrange as situações de fala, o idioma, o sexo dos falantes, os aspectos do local onde ocorre o evento comunicativo, a hora de ocorrência do evento (essencial, segundo os autores, para determinar o tempo relativo e o absoluto e as distinções entre informação

⁷ First, it receives information from the ongoing discourse, as all aspects of earlier contributions are stored in the Contextual Component, such that posterior reference to these aspects is possible. [...] All the information that enters the Contextual Component based on the preceding discourse was called *discursiva*. [...] A second source of information for the Contextual Component concerns the physical context within which communication takes place. Here information about the speech situation, including the identity and properties of the speech participants (P_N), the time of the speech situation T_0 , and the place of the speech situation L_0 is registered, as well as information about everything that is perceived in the physical surroundings of the speech situation. This includes properties, individuals, states of affairs, etc. that are present in the speech situation. All information that enters the Contextual Component from the physical context in which communication takes place was called *situational*. (HENGEVELD; MACKENZIE, INÉDITO, p.7-8)

dada e informação nova) e é alimentada pelas informações presentes nos Níveis Interpessoal e Representacional.

A informação *discursiva* é alimentada por informações presentes em todos os quatro níveis e nas camadas de cada nível, sendo responsável pelo armazenamento de informações discursivas que, posteriormente, permitirão as referências anafóricas e catafóricas.

Na direção oposta, a do Componente Contextual alimentando o Componente Gramatical, os autores ressaltam que essa organização “paralela” dos estratos do Componente Contextual com os níveis de organização da gramática não indica que os fenômenos de um nível, representados no Componente Contextual, possam influenciar somente aquele nível no Componente Gramatical. Segundo Hengeveld e Mackenzie (Inédito), a percepção de uma entidade no Nível Representacional, por exemplo, pode levar à seleção desta entidade como tema de um Ato Discursivo no Nível Interpessoal.

Entretanto esse paralelismo entre Componente Contextual e Componente Gramatical evidencia que todas as representações do primeiro devem materializar-se no segundo, ou seja, a informação discursiva no Componente Contextual possui unidades que são assumidas automaticamente pelo Componente Gramatical (inclusive sob a forma que adquiriram no Componente Contextual).

Os autores ressaltam que essa idéia de paralelismo ou de representações idênticas entre o Componente Contextual e o Componente Gramatical não está

livre de problemas, uma vez que as representações semânticas e pragmáticas no Componente Contextual são linguisticamente muito específicas e é questionável se os participantes do ato discursivo seriam capazes de se lembrar de informações contextuais tão específicas.

Por fim, Hengeveld e Mackenzie (Inédito) reiteram que muitas escolhas do falante demandam outros tipos de conhecimentos que vão além da informação discursiva, o conhecimento enciclopédico e as inferências, por exemplo; entretanto, se abstêm de inseri-los no modelo por considerar que exigiriam um modelo mais amplo da mente humana, o que fugiria às ambições da GDF.

É justamente neste ponto que se enquadram as anáforas por encapsulamento - objeto deste estudo. Essas anáforas operam em porções textuais maiores que a oração e, para que possam ser analisadas, apesar das mudanças sugeridas por Hengeveld e Mackenzie (Inédito), é preciso ainda alguns acréscimos no Componente Contextual da GDF.

Fica clara, nesta nova representação do Componente Contextual da GDF, a importância desse componente na geração das representações do Componente Gramatical.

O Estrato Discurso inserido no Componente Contextual e paralelamente presente em todos os níveis do Componente Gramatical, embora não tenha sido citado explicitamente, contém o contexto ou discurso recente, tão necessário por permitir ao falante fazer escolhas de expressões para retomar um dado referente acessível via discurso prévio, e por possibilitar ao

destinatário encontrar as pistas para efetuar inferências sobre um referente implícito.

Já o estrato Situacional, presente nos níveis Interpessoal e Representacional, abrange as situações de fala, o idioma, o sexo dos falantes, os aspectos do local onde ocorre o evento comunicativo e a hora de ocorrência do evento (essencial, segundo os autores, para determinar o tempo relativo e o absoluto e as distinções entre informação dada e informação nova).

Como se pode ver, mesmo não apresentando uma distinção clara entre discurso e contexto ou não mencionando as questões do gênero do evento discursivo e as questões prosódicas, ou, ainda, não citando onde ficam, no Estrato Situacional, as informações de longo prazo, é inegável que Hengeveld e Mackenzie (Inédito) reformularam o Componente Contextual da GDF possibilitando, dessa forma, explicar fenômenos que ainda encontram-se sem uma definição clara na GDF.

Porém, no que diz respeito ao objeto deste estudo – o encapsulamento anafórico – a GDF parece ainda precisar situá-lo melhor em seu Componente Gramatical. É o que buscaremos fazer no capítulo de análise.

3.5 A PROPOSTA DE STASSI-SÉ (2012)

Ao que parece, Cornish (2009) e Hengeveld e Mackenzie (Inédito) situam o cotexto imediatamente precedente fora da GDF, no Componente Contextual. Hengeveld e Mackenzie (Inédito), na verdade, ao designarem o estrato Discursivo, presente nos quatro níveis da GDF, inserem, nele, as informações do discurso precedente – o que se pode entender como informações do cotexto.

Stassi-Sé (2012) realizou um estudo em que, de forma mais específica, sugeriu a introdução de uma camada que denominou Discurso, no Nível Interpessoal, acima do Movimento, e de outra, denominada de Texto, no Nível Morfossintático, acima da Expressão Linguística. A autora ressaltou a importância de seu estudo na solução de problemas que ocorrem entre porções textuais maiores que a oração, como, por exemplo, as remissões anafóricas. A descrição do trabalho de Stassi-Sé (2012) será feita aqui para se investigar se a inserção destas camadas pode ajudar na resolução do fenômeno do encapsulamento anafórico na GDF.

Ao estudar um tipo específico de estruturas iniciadas pelas conjunções *porque, embora (que), apesar de (que), mesmo, como e se*, Stassi-Sé (2012) constatou que essas conjunções, em segmentos mais longos de discurso falado, são direcionadas por funções Interacionais. A autora propõe, então, que esses casos sejam entendidos como casos de “subordinação discursiva”, na medida em que as conjunções colocam em relação dois ou mais Movimentos e não dois ou mais Atos, como seria o caso na subordinação sintática, como exemplifica Stassi-Sé (2012, p. 134):

(60) L1 -> e a ligação das duas coisas, sei lá, é uma coisa que vem depois. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto.

L2 - hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é, **porque em casa normalmente é a mulher que trabalha...**

L 1->ah, mas isso não pode continuar assim, pelo menos no mes[...], no meu ponto de vista. porque, se ambos trabalham fora de casa também têm que trabalhar os dois dentro de casa.

L2- hum, hum.

L1-> por isso não pode ser só da parte de uma pessoa, o trabalhar em casa. (PT96:Marido Ideal)

Stassi-Sé (2012) afirma que, na interação retratada em (60), L1 e L2 tratam, inicialmente, do assunto “realização profissional”. Em seguida, começam a falar sobre um tema específico dentro do domínio “realização profissional”, qual seja, “a sobrecarga do trabalho de casa para a mulher”. Dessa forma, têm-se uma relação entre Movimentos: 1) *hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é*; 2) *porque em casa normalmente é a mulher que trabalha*.

Trata-se, conforme aponta a autora (p. 135), de dois Movimentos “que se relacionam por meio de uma função que ressalta a introdução de um novo assunto no discurso, estabelecida pelo **porque**”.

Outro exemplo citado por Stassi-Sé (2012, p. 136) demonstra que o Movimento instaurado por **como** tem o objetivo de situar o interlocutor em relação a algo que já foi estabelecido no discurso:

(61) L1- e assim como é que é o caso da Maria que você estava me contando? que é...?

L2- foi logo no começo assim. ela chegou assim como um general. ela disse assim que a estrela da classe é o professor. não deixa de ter uma razão. só que ela chega com uma certa autoridade, logo no primeiro dia ela não cativou os alunos. ela já chegou assim meia rude e... ela pediu para escrever uma palavra na lousa, toda a gente escreveu logicamente, ninguém nasceu sabendo inglês, a gente sabendo inglês esse ano, tudo, não é, já vi na quinta série mas só na quinta série. e por falar, inglês é uma língua que eu quero aprender. eu adoro inglês, adoro. até meu irmão faz, minha cunhada faz, as criança dele faz, já estão falando super dez, canta as músicas, já dá para acompanhar. eu acompanho aquela, uma "Unchained Melody", não é, que você deu.

L1- sei, sei.

L2- aquela lá se estiver cantando, eu sei acompanhar. eu adoro. o que você deu assim bem explicadinho, adoro, dá para acompanhar aquela lá. é uma pena que o dia que você mostrou o filme, "Ghost", não é, eu estava hospitalizada mas foi uma pena porque todo mundo falava de você na classe. que realmente você incentivou para caramba, que além de você mostrar o filme, não foi assim só para a gente ver o filme. teve um fundamento, você fez aprender, ensinar para a gente também, vendo o filme... e a letra da música. pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela, **como eu estava dizendo**

L1- é.

L2- me chamou a atenção. e eu por ser uma aluna quieta, não sou de mexer com ninguém, fiquei chocada com a atitude dela falei "poxa, tan[...], gosto tanto de inglês (Bra93:FestaEstudante)

Nesta ocorrência, Stassi-Sé (2012, p. 136) observa que a construção iniciada por **como** desempenha a função de chamar a atenção do interlocutor para um conteúdo distante no discurso. Stassi-Sé (2012) afirma que essa Função “se estabelece entre Movimentos distantes entre si textualmente, ou seja, engloba porções do discurso que pertencem a camadas mais altas que a do Movimento”; trata-se, assim, de uma função “que se relaciona à

preocupação do falante de resgatar na memória do ouvinte informações dadas no discurso”, o que se aproxima das funções exercidas pela referência textual. A autora (p. 176) inclusive ressalta a importância de seu trabalho para a solução de fenômenos “próprios de textos escritos, que envolvem a coesão e a coerência, e que em geral ficam à margem, justamente por relacionarem porções textuais que ultrapassam o domínio da oração”.

A proposta de Stassi-Sé (2012, p. 166-167) dialoga com os princípios da Perspectiva Textual Interativa, teoria que trata os fenômenos que se distribuem entre funções (+) ou (-) textuais e (+) ou (-) interativas e apresenta uma visão integrativa entre estruturas de processamento e estruturas textuais – o que corrobora a existência de “regras que caracterizam a organização do texto e a sistematicidade da atividade discursiva”. A autora defende que as funções de Transição e Adendo constituem exemplos de Funções Interacionais⁸ de Organização Discursiva e as funções de Resgate e Salvaguarda exemplos de Funções Interacionais de Monitoramento Discursivo⁹.

⁸ Stassi-Sé (2012, p. 168) propõe incorporar ao Nível Interpessoal as estratégias de organização discursiva e monitoramento discursivo que se ligam ao componente contextual “servindo na descrição e explicação de diversos fenômenos de orientação discursiva”. De acordo com a autora (p. 168) as funções Interacionais são de dois tipos:

1) aquelas que estão voltadas para o plano do conteúdo, materializando na interação marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que compõem o conteúdo; e 2) aquelas que estão mais voltadas ao plano da interação, ou seja, ao entrosamento entre os participantes da situação comunicativa, que atuam no monitoramento que o falante faz do discurso, levando em conta as informações pragmáticas do ouvinte.

⁹ Podem ser comparadas às funções Resumitiva, Coesiva, Metadiscursiva e Argumentativa descritas no capítulo I deste estudo na medida em que essas funções atuam no processo de construção do sentido do texto promovendo a progressão textual por meio da paráfrase, da coesão, da argumentação, da recategorização, marcas que evidenciam sua tendência para a organização textual (Resumitiva e Coesiva) e para o monitoramento da interação (Metadiscursiva e Argumentativa), papéis exercidos pelas funções interacionais.

Este trabalho dialoga com a proposta de Stassi-Sé (2012) por acreditar que ela pode contribuir para a análise que aqui se pretende empreender, uma vez que a camada Discurso, embora a autora não cite, contém o contexto imediato o qual permite ao interlocutor fazer as devidas inferências que promoverão a compreensão do SN anafórico. A camada Texto, por sua vez, permite a materialização, no Nível Morfosintático da GDF, dos determinantes de um SN encapsulador, assim como de itens lexicais que portam certas regularidades passíveis de sistematização na gramática.

CAPÍTULO IV

A REFERÊNCIA ANAFÓRICA POR ENCAPSULAMENTO NA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

4.1 A REPRESENTAÇÃO DE SN ENCAPSULADOR NA GDF

Na estrutura da GDF, os nomes comuns são inseridos no Nível Representacional via operação de Formulação. Nesse nível, uma expressão linguística é descrita segundo sua estrutura semântica subjacente, porém tal estrutura é descrita em termos de denotação, ou seja, na GDF, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), os itens lexicais inseridos no Nível Representacional descrevem categorias denotadas, excluindo-se dessa descrição fenômenos relacionados ao conteúdo sociocognitivo como os que acontecem em alguns tipos de referência por encapsulamento.

No Nível Interpessoal da GDF, uma expressão linguística ainda não está materializada, ela faz parte das intenções comunicativas do falante/ouvinte. Nesse nível devem ser descritas todas as propriedades pragmáticas de uma expressão linguística, o que equivale a dizer que o Nível Interpessoal representa todos os aspectos relativos ao conteúdo comunicado nos quais se incluem expressões declarativas, interrogativas, imperativas, os

nomes próprios, convites, perguntas, ameaças, dentre outras fórmulas que servem para expressar as intenções do falante.

Ao que parece, na GDF, os encapsuladores são selecionados no Nível Interpessoal a partir da informação gerada pela intenção do falante, porém, alguns encapsulamentos não se resolvem nesse nível, eles ultrapassam as fronteiras da gramática e, por fazer a remissão às informações de longo e médio prazo armazenadas na memória do falante, são interpretados no Componente Contextual. É importante lembrar que a inter-relação entre o Componente Contextual e o Componente Gramatical é bidirecional: tanto a interpretação das anáforas, por exemplo, depende de informação contextual quanto novos antecedentes são adicionados ao Componente Contextual a cada nova contribuição de todos os níveis de representação do Componente Gramatical.

O Componente Contextual, todavia, ainda carece de algumas definições para abarcar esse tipo de fenômeno. Como já dito, Hengeveld e Mackenzie (2008) pressupuseram a interferência do Componente Contextual no Componente Gramatical, porém se detiveram no Gramatical, assumindo que ele é resultante do Contextual.

Esse fato permite que se proponha, baseando-se no estudo do encapsulamento anafórico, uma redefinição do Componente Contextual, inserindo-lhe um novo estrato que abarque os conhecimentos enciclopédico, linguístico e sociocultural sem os quais, no entendimento desse estudo, a GDF não efetuará uma análise completa do fenômeno da referenciação.

Nesse ponto se detém esta pesquisa; o Componente Contextual da GDF necessita se capacitar para abarcar fenômenos sociocognitivos, sem os quais é impossível interpretar determinados tipos de anáfora. É o que esperamos demonstrar na próxima subseção.

4.2 ENCAPSULAMENTO ANAFÓRICO NA GDF: CONTEXTO OU GRAMÁTICA?

A análise de algumas regularidades presentes na referência anafórica por encapsulamento permitirá que se responda ao questionamento suscitado no início deste trabalho: a anáfora encapsuladora integra o Componente Gramatical da GDF?

Para analisar o fenômeno da anáfora encapsuladora a partir dos pressupostos teóricos da GDF, foram utilizados textos escritos publicados nas revistas *Veja*, *Caros Amigos* e *Caros Amigos Online*. Todos os textos utilizados pertencem ao gênero *Artigo de Opinião*. Essas ocorrências foram extraídas de 90 artigos de opinião, consultados no período compreendido entre Janeiro de 2012 a fevereiro de 2013; posteriormente, foram buscadas outras ocorrências na internet, para complementar a amostra inicial.

Como já dito na introdução deste trabalho, o recurso aos dados constitui uma ferramenta de verificação da adequação descritiva do modelo teórico, e não uma etapa de descrição de uma amostra de língua. Assim, o que se buscou

nas ocorrências foi identificar a diversidade estrutural dos SN encapsuladores e da natureza dos conteúdos encapsulados. Embora essa análise seja apenas qualitativa, apresentamos brevemente o universo de ocorrências utilizado como referência:

NÍVEIS		
CATEGORIA ENCAPSULADA		N. de ocorrências
INTERPESSOAL	Porções maiores que o Movimento	7 – 5,78%
	Movimento	19 – 15,70%
	Ato Discursivo	1 – 0,82%
	Conteúdo Comunicado	14 – 11,57%
REPRESENTACIONAL	Conteúdo Proposicional	4 – 3,30%
	Episódio	23 – 19,00%
	Estados-de-coisas	31 – 25,61%
	Modo	6 – 4,95%
	Quantidade	8 – 6,61%
	Razão	8 – 6,61%
TOTAL OCORRÊNCIAS		121

Quadro 2 - Universo de ocorrências utilizadas na análise de dados.

Para analisar as regularidades do encapsulamento anafórico foram tomados como referência exemplos de encapsulamento anafórico que, associados às funções de uma anáfora encapsuladora (apresentadas no capítulo I), permitiram traçar um quadro de regularidades desse tipo de referência no âmbito da GDF.

Nem todas as categorias dos níveis Interpessoal e Representacional são passíveis de serem encapsuladas por SNs, como foi descrito no capítulo II. Quando são passíveis de encapsulamento, essas categorias são encapsuladas por SNs que exercem as seguintes funções, aqui repetidas para a conveniência do leitor:

- a) **sociocognitivas:** as anáforas encapsuladoras remetem para o contexto sociocognitivo dos participantes da interação, acionando, dentre outros tipos de conhecimento, o Conhecimento Enciclopédico dos interlocutores; além disso, os SNs encapsuladores atuam nas operações de designação/identificação de referentes apontadas por Cortez (2012).
- b) **discursivas ou interacionais:** referem-se ao papel do encapsulamento anafórico de promover a categorização e a hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas no discurso, conforme apontado por Conte (2003); também fazem parte da dimensão discursiva as funções do encapsulamento anafórico descritas por Cavalcante e Mesquita (2011), isto é, as funções Resumitiva, Coesiva, Metalinguística e Argumentativa as quais se assemelham às funções Interacionais de Transição, Adendo, Resgate e Salvaguarda; além disso, incorporariam a dimensão discursiva as funções rotuladora e avaliativa.
- c) **semânticas:** os SNs encapsuladores designam algum tipo de entidade semântica, particularmente uma entidade de segunda, terceira

ou quarta ordem, nos termos de Camacho, Dall'Aglio-Hattner e Gonçalves (2008).

d) morfossintáticas: representam a constituição estrutural interna das expressões anafóricas encapsuladoras: a) sintagmas constituídos por det+ nome (SN simples), det + nome + modificador, det + modificador + nome, det+modificador+nome+modificador (SN complexo); b) nos SN complexos, os modificadores dos nomes nucleares exercem preferencialmente as funções de qualificadores e classificadores, comportamento típico de substantivos em função predicativa. (CAMACHO, DALL'AGLIO-HATTNER, GONÇALVES, 2008); (NEVES, 2000); c) como determinantes de um SN nominal encapsulador predominam determinantes demonstrativos; d) as expressões encapsuladoras são passíveis de serem sistematizadas em uma classe, ainda que seja uma classe aberta (FRANCIS, 2003).

Como se sabe, nas anáforas encapsuladoras, os SN encapsuladores não têm um referente nominal correferencial na porção textual que os precede. Assim, mesmo nos casos em que se pode identificar materialmente uma porção textual a que o SN encapsulador faz referência, essa associação entre o encapsulador e o encapsulado é viabilizada por meio de processos sociocognitivos (mas não somente).

A anáfora encapsuladora constitui um fenômeno regido por fatores linguísticos, pragmáticos, sociais, históricos, cognitivos e interacionais ou,

dito de outra maneira, é um fenômeno regido por um conjunto de fatores sociocognitivos que, na verdade, “subsume os demais, pois engloba todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos sujeitos sociais”. (KOCH, 2002, p. 24).

Esse tipo de referenciação seleciona uma porção textual de extensão variada e constrói, com base nela, “uma entidade discursiva que passa a constituir um referente para novas predicções” (KOCH, 2008, p. 106). Essa operação exige, da parte do produtor do texto, clareza a respeito da parte textual que irá encapsular, e, do interlocutor, habilidade para interpretar o conteúdo encapsulado. Tanto produtor como interlocutor necessitam de habilidade cognitiva para interpretação desse tipo de referência (MÜSSELER; RICKHEIT, 1990 *apud* KOCH, 2008, p. 105).

Dessa forma, a função sociocognitiva é comum a todas as anáforas encapsuladoras. É importante enfatizar, ainda, que essas quatro dimensões envolvidas no funcionamento do encapsulamento anafórico se sobrepõem e se imbricam durante o processamento textual.

No Nível Interpessoal, a categoria Movimento pode ser encapsulada por SNs que funcionam como monitoradores do discurso uma vez que buscam resgatar, na memória do interlocutor, uma informação dada no cotexto como pode ser ver pelo exemplo (62).

O Ato Discursivo pode ser referenciado por um SN que encapsula a informação-suporte sem apresentar nenhuma avaliação por parte do autor. A referenciação anafórica encapsuladora, nesse caso, é responsável pela força

ilocucionária do enunciado, categorizando-o como um ato de fala particular como se pode ver em (63).

O Conteúdo Comunicado pode ser encapsulado por SNs que refletem o ponto de vista do produtor e retomam uma informação do cotexto, promovendo a progressão textual, como em (64).

No Nível Representacional, o Conteúdo Proposicional pode ser encapsulado por SNs que resumem a informação cotextual, atuando como organizadores do discurso em relação à apresentação de novos conteúdos, como em (65).

Um Episódio pode ser encapsulado por meio de um SN de natureza metalinguística, também atuando como organizador do discurso em relação à apresentação de novos conteúdos como no exemplo (66).

Os Estados-de-coisas são passíveis de encapsulamento anafórico por SNs que resumem o cotexto precedente, e também atuam como organizadores do discurso em relação à apresentação de novos conteúdos, como em (67).

Os encapsuladores de Modo remetem a uma circunstância de modo expressa no texto, encapsulando não apenas o Modo, mas o Estado-de-coisas, atribuindo-lhe uma circunstância de modo. Exercem função coesiva, marcando a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto e promovendo a continuidade e a progressão temática, como em (68).

Os encapsuladores de Razão encapsulam uma porção textual à qual pode ser atribuída uma idéia de causa. Também exercem função coesiva,

promovendo a continuidade e a progressão temática, atuando como organizadores do discurso, como pode ser visto em (69).

Finalmente os encapsuladores de Quantidade encapsulam porções textuais (predicações) que expressam idéia de quantidade e, da mesma forma que os encapsuladores de Modo e Razão, possuem função coesiva, atuando como organizadores do discurso, como no exemplo (70).

Encapsuladores do Nível Interpessoal:

- Movimento:

(62) **Sérgio de Souza**.- Professor, usualmente pedimos ao convidado que comece falando sobre sua origem, seu caminho inicial.

Milton Santos -Não tenho muita simpatia por **essa forma** de começar, primeiro por achar que é um pouco estilo americano (risos); segundo, porque obriga a gente ficar nu (risos); o que pode ser perigoso. Sou baiano, venho de uma família de professores do lado materno, meu avô e minha avó eram professores primários, mesmo antes da abolição. Do lado paterno, devem ter sido escravos, não sei muito bem, porque em minha casa me ensinaram a olhar mais para frente do que para trás. Meu pai também acabou sendo professor primário, de modo que nasci numa família que - antes da criação do que se chama hoje classe média - era uma família remediada, humilde, mas não pobre, e que tentou me dar uma educação para mandar, para ser um homem que pudesse, dentro da sociedade existente na Bahia, conversar com todo mundo. (*Caros Amigos*, 17, agosto de 1998)

- Ato Discursivo:

(63) O procurador do MPT esclarece que apenas parte do acordo foi aceita: “Foi proposto que o parque não realizasse mais revistas em bolsa e revistas íntimas e, também, o pagamento de uma indenização para a sociedade, mas o Hopi Hari não aceitou a segunda parte do acordo”. É referente a **essa parte** que houve o julgamento na Justiça: a indenização por dano moral pelos casos

que já aconteceram. “Eu não posso deixar o parque passar em branco porque é uma conduta grave e que aconteceu, então ele tem de fazer um ressarcimento à sociedade”, diz Ronaldo. (*Caros Amigos*, 22 de fevereiro de 2013)

- *Conteúdo Comunicado:*

- (64) Em seu famoso Prefácio à Contribuição à crítica da economia política (São Paulo, Expressão Popular, 2012), Marx escreveu que, em seu pior modo evolutivo, a humanidade só apresenta a si mesma tarefas que ela é capaz de resolver. Somos tentados a inverter **essa declaração** e afirmar que a humanidade só apresenta para si tarefas que não pode resolver, desencadeando, assim, um processo imprevisível no decurso do qual a própria tarefa (objetivo) é redefinida. (*Caros Amigos*, 09 de agosto 2012)

Encapsuladores do Nível Representacional:

- Conteúdo Proposicional:

- (65) Como será a economia brasileira nos próximos dois anos? Recuperaremos o dinamismo, voltaremos a crescer a taxas mais robustas e a gerar mais oportunidades ou repetiremos a trajetória de crescimento baixo de 2011-2012? **Essa incerteza** –que esteve no centro do debate entre economistas, políticos e formadores de opinião no último trimestre de 2012– se acirrou após o anúncio do crescimento do PIB do 3º trimestre do ano passado, sendo o elemento chave em que se baseiam nossos cenários futuros. Com o objetivo de dar orientações e guiar análises e decisões, projetamos dois cenários para o próximo biênio. No mais pessimista, o PIB mantém uma trajetória de baixo crescimento, em torno de 2,0%, em 2013, e 2,5%, em 2014. Pela previsão mais otimista, o PIB cresce em torno de 3,5% em 2013 e 4,0%, em 2014, embora persistam inflação alta e forte apetite tributário. (<http://www.movimentobrasilhsm.com.br>)

- Episódio

(66) Na manhã ensolarada de 25 de novembro de 1975, uma terça-feira, os dois brasileiros se juntaram a outros treze militares disfarçados de terno e gravata que ocuparam o grande salão da mansão da Alameda O'Higgins onde funcionava a Academia de Guerra do Exército, na capital chilena. A voz aguda de Pinochet ocupou um pedaço da sessão de hora e meia da abertura. Depois, Contreras assumiu o controle, pronunciando seu mantra favorito: “A subversão não reconhece fronteiras nem países”.

A repressão que assombrava o Cone Sul desde a década anterior agora tinha uma organização, um código e um método — e a loucura de sempre. **A operação clandestina** ganhou o nome de Condor, o abutre típico dos Andes, que agora abria suas asas sobre os povos e os países da região sem fronteiras para um terror de Estado sem limites. (*Caros Amigos*, 12 de julho 2012)

- Estados-de-coisas

(67) Quando a manhã do dia das eleições é arruinada por chuvas torrenciais, a quantidade de eleitores presentes é extremamente baixa, mas o tempo melhora no meio da tarde e a população segue em massa para as seções eleitorais. No entanto, o alívio do governo logo acaba quando a contagem de votos revela que 70% das cédulas na capital foram deixados em branco. Frustrado por **esse aparente lapso civil**, o governo dá aos cidadãos a chance de refazer o fato uma semana depois, em mais um dia de eleição. (*Caros Amigos*, 14 agosto de 2012)

- Modo

(68) O Estado-Nação brasileiro teria sido moldado pelo nosso segundo imperador, que herdou o que, pouco mais de duas décadas antes do início de seu reinado, era apenas um conjunto de 19 regiões isoladas e praticamente estanques, mais ligadas à Coroa Portuguesa e à Europa do que umas às outras. E nos legou as bases do Brasil tal qual o conhecemos. É de notar que Dom Pedro 2º governou o Brasil durante meio século, só tendo sido emulado, na América Latina, por Fidel Castro. **Desse modo**, o imperador seria tão importante para o Brasil quanto Castro foi e continua sendo para Cuba. (*Caros Amigos*, 15 setembro de 2012)

- Razão

(69) Os relacionamentos humanos ensejam por vezes, situações naturais de distanciamento entre pais e filhos. Citem-se situações de divórcio ou separações temporárias por motivos variados. Contudo, tal desiderato não possui o condão de rompimento do dever legal de cuidados com a prole.

Por **essa razão**, há que se fazer uma interpretação sistemática do Direito, com o escopo de proteger o filho nessas situações. Ou seja, nas relações entre pais e filhos, há uma responsabilidade inata daqueles na criação da prole e não apenas na satisfação material das necessidades, mas também de todo um aparato psicológico-moral, de assistência, criação e educação daquele que depende de seus genitores. (*Caros Amigos*, 28 de maio de 2012)

- Quantidade

(70) Com base nesse índice, ele projeta uma inflação de 20% até 2015, de modo que, assim (re)ajustada, a remuneração da grande maioria dos professores (mestres e doutores com dedicação exclusiva, que compõem a esmagadora maioria nas universidades públicas) sofreria, de fato, perda de 0,4% a 11,9%, conforme a titulação e o nível de carreira. Reajuste, a rigor, só para o professor titular (5,9%, **nesse percentual** corrigido) e para o doutor adjunto nível 4 (1%), como se pode conferir nas tabelas publicadas em seu artigo. (*Caros Amigos*, 27 de julho de 2012)

Nesses exemplos, é possível observar, ainda, no que se refere às características semânticas, que os SNs encapsulam porções textuais que são equiparadas a entidades de segunda ordem (encapsuladores de Episódio e Estados-de-coisas, Razão, Quantidade e Modo), terceira ordem (encapsuladores de Conteúdo Proposicional) e quarta ordem (encapsuladores das categorias do Interpessoal).

No que se refere às características morfossintáticas dos determinantes dos SNs encapsuladores, observa-se que os sintagmas encapsuladores no Nível

Interpessoal tendem apresentar uma estrutura mais simples, constituída geralmente apenas por **Det+nome**, ainda que a SN mais complexos, com modificadores, também tenham sido encontrados. Essa, entretanto, é uma observação de tendência que, para ser melhor investigada, requer um estudo quantitativo que foge aos propósitos deste trabalho, que tem como foco a verificação do tipo de unidade que é encapsulada. Já os sintagmas encapsuladores do Nível Representacional apresentaram estrutura bastante variada, não havendo predominância de uma relação específica.

Como mencionado no capítulo I, em um SN encapsulador a coesão é uma função do grupo nominal inteiro e não somente do nome nuclear. Dependendo do item lexical selecionado pelo falante, o SN encapsulador pode vir acompanhado ou não de modificadores – é o caso dos rótulos (FRANCIS 2003). Esses rótulos possuem, de acordo com Cavalcante (2001, p.131), funções cognitivo-discursivas, funcionando ora como (re)focalizadores de conteúdos, sumarizadores, ou organizadores textuais. Acompanhadas de um determinante (na sua maioria demonstrativos e definidos que podem, na maioria das ocorrências, ser intercambiáveis) essas expressões nominais simplesmente encapsulam o conteúdo suporte, como em (66), podem conter valores axiológicos, como em (68), ou ainda podem assumir a função de organizadores do discurso, como em (70), em que o SN possui função semelhante à dos conectivos. Em todos os casos, esses SNs possuem importante função “na hierarquização semântica do texto, organizando as

subunidades temáticas e preparando o terreno para novas predicções”. (CAVALCANTE, 2001, p.133).

O que justifica ou não o uso de determinado tipo de SN é o contexto de produção do evento comunicativo e, nesse contexto, inclui-se a questão do gênero, pois, como foi comentado no capítulo I, há uma incidência do uso do SN rotulador em determinados gêneros discursivos.

O quadro abaixo apresenta algumas regularidades dos SNs analisados para realização deste estudo. Os exemplos foram separados de acordo com suas características em comum. Pode-se afirmar que os SNs selecionados para este estudo apresentam, de acordo com a categoria a que se referem nos níveis Interpessoal e Representacional, a seguinte configuração:

CARACTERÍSTICA		DISCURSIVA OU INTERACIONAL		SEMÂNTICA			MORFOSSINTÁTICA			
CATEGORIA ENCAPSULADA		Organização Textual	Monitoramento Interacional	2ª.	3ª.	4ª.	SN Simples	SN Completo	Papel de conectivo	SN com Adjetivos em função Predicativa
INTERPESSOAL	Movimento		X			X	X			
	Ato Discursivo		X			X		X		
	Conteúdo Comunicado		X			X	X			
REPRESENTACIONAL	Conteúdo Proposicional	X			X		X			
	Episódio	X		X				X		X
	Estados-de-coisas	X		X				X		X
	Modo	X		X			X			
	Quantidade	X		X			X			
	Razão	X		X			X			

Quadro 3 – Regularidades do Encapsulamento Anafórico nos Níveis Interpessoal e Representacional

As regularidades apresentadas pelos encapsulamentos anafóricos no Quadro 3 possibilitam fazer algumas considerações:

As categorias do Nível Interpessoal são encapsuladas por SNs que exercem preferencialmente a função de monitoramento da interação com foco nos participantes do discurso; há predominância de SNs formados por nominalização de processos verbais (atos de comunicação) ou nomes ilocucionários acompanhados de determinante demonstrativo.

No Nível Representacional, a anáfora encapsuladora atua na organização textual; nesse nível é possível observar os SNs encapsuladores das categorias Modo, Razão e Quantidade exercendo papéis semelhantes aos dos conectivos textuais.

Essa característica mais gramatical dos encapsuladores de Modo, Razão e Quantidade revela uma aproximação entre referenciação e o processo de gramaticalização (CONTE, 2003, LOPES, 2010) e pode ser o indício de que em algum momento, esse tipo de encapsulador poderá ser sistematizado na Gramática.

O SN encapsulador, nos níveis Interpessoal e Representacional, no que tange às funções semânticas, denomina entidades de diferentes ordens. Ao sumarizar porções textuais, o SN encapsulador cria uma identidade semântica com a porção encapsulada subsumindo-a. Esse SN encapsulador opera, assim, a uma categorização ou recategorização de objetos do discurso, que, na

dinâmica discursiva, formam as cadeias referenciais responsáveis pela progressão textual.

Mesmo face às regularidades apresentadas pelos SNs anafóricos nos níveis Interpessoal e Representacional, ainda é possível afirmar que existem casos que fogem a esses encapsulamentos anafóricos prototípicos, ou seja, que encapsulam porções textuais maiores que aquelas identificadas com as categorias mais altas da GDF. Esses casos evidenciam a necessidade de inserção, na GDF, de camadas mais altas que as do Movimento, no Nível Interpessoal, e da Expressão Linguística, no Nível Morfossintático.

A proposta de inserção das Camadas Discurso e Texto, feita por Stassi-Sé (2012) e apresentada no capítulo III deste estudo, constitui uma opção para solucionar as questões de representação, na GDF, de fenômenos que englobam porções textuais compostas por vários Movimentos .

Por meio dessa proposta, exemplos como (71), podem ser representados no quadro da GDF:

- (71) As taxas de homicídios são atualmente o grande parâmetro de avaliação das políticas de segurança em todo o mundo. *Assim* como a cotação do dólar e a taxa de juros para a política monetária, as flutuações das taxas de homicídios vêm sendo parâmetro de avaliação da gestão pública: cidades que conseguem reduções expressivas são vistas como modelos de “boas práticas” a replicar. São Paulo foi incluída, recentemente, no relatório de 2011 do Onudoc (United Nations Office on Drugs and Crime), como um 'case' na redução da taxa de homicídios em comparação com outras cidades latino-americanas e brasileiras
- Ao ser citada em um relatório desse tipo, *sobretudo* com uma redução que posiciona a cidade abaixo da linha imaginária do que é considerado um índice “epidêmico”, as políticas governamentais de segurança ganham enorme respaldo nacional e internacional. Sabe-

se bem como esse ganho foi capitalizado rapidamente pelo governo paulista durante a última década. *Contudo*, **esse crédito eleitoral** e, acima de tudo, político-administrativo, não foi usufruído sem que, bem longe das razões governamentais, se constituísse um lastro que sustenta outra história acerca da redução das taxas de homicídios. (*Caros Amigos*, 24 de agosto de 2012)

Têm-se, nesse excerto, vários períodos, marcados gramaticalmente por elementos coesivos (assim, sobretudo, contudo), mas que, na GDF, não apresentam fronteira definida uma vez que essa gramática não relaciona fenômenos que acontecem entre unidades ou porções maiores que parágrafos. Daí a necessidade de inserção de uma camada que marque “a fronteira entre parágrafos ou mesmo entre porções maiores que parágrafos” (HENGEVELD, 1997, *apud* STASSI-SÉ, 2012, p.175).

Hengeveld (1997) prenunciou, para representar esse tipo de relação, um nível de análise denominado *Nível Retórico* o qual deveria conter “variáveis para o discurso como um todo (D), para o tipo de discurso (T), e para os Movimentos (M) constituintes do discurso” (STASSI-SÉ, 2012, p. 175).

A partir disso, Stassi-Sé (2012, p. 175) propôs a Camada Discurso, mais alta que o Movimento, deixando aberta a possibilidade de “operadores e funções diversas atuarem nessa camada escopando porções textuais maiores do discurso” (*idem*, p. 175). É a possibilidade de identificar essas porções textuais maiores que possibilitaria descrever o funcionamento dos SN encapsuladores.

A inserção da camada Discurso no Nível Interpessoal provoca uma mudança na organização hierárquica desse nível que passa a ser representado da seguinte maneira:

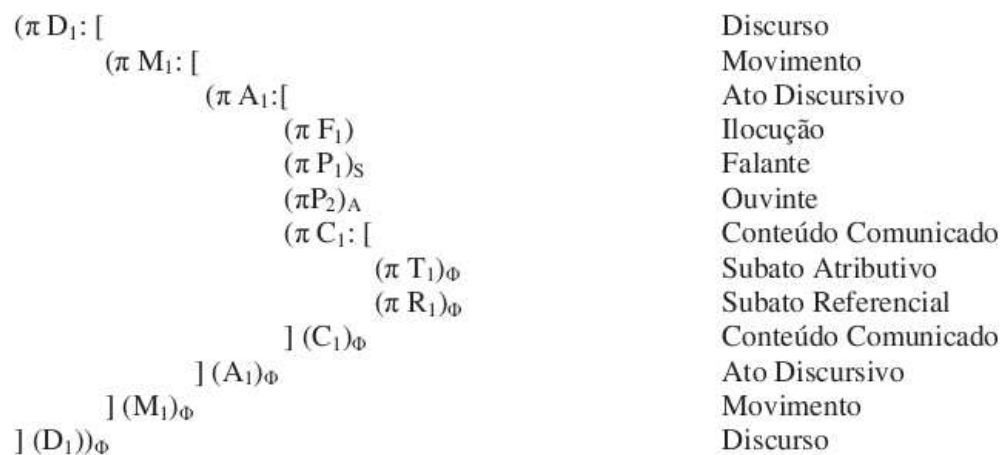


Figura 12 - Inserção da Camada Discurso no Nível Interpessoal (STASSI-SÉ, 2012, p. 175)

Retornando ao exemplo (71), para a interpretação do SN **esse crédito eleitoral**, é necessário examinar o cotexto precedente para que se estabeleça a relação referencial representada pelo SN em questão. Por exemplo, é preciso entender, como se afirma no início do texto, que uma capital que reduz sua incidência de criminalidade torna-se modelo a ser seguido e, por consequência, seu governador torna-se referência no quesito gestão pública. Daí o fato de se apropriar de dados em benefício de campanhas eleitorais. Há que se levar em conta, ainda, no cotexto precedente, a relação estabelecida entre políticas governamentais e o verbo *ganhar* que, sendo nominalizado, em seguida, por *ganho* possibilitou o encapsulamento da porção textual por **esse crédito eleitoral** (eleitoral devido ao fato de ter sido mencionado, inclusive ironicamente, que foi usado pelo governo do estado sob a forma de

manipulação de dados sobre uma pesquisa de segurança em São Paulo). A camada Discurso (embora não tenha sido citado por Stassi-Sé) contém o contexto precedente que servirá como o *input* que conduzirá à interpretação, no Componente Contextual, do SN **esse crédito eleitoral**.

O processo de nominalização do verbo ganhar no exemplo em questão remete às unidades pragmático-discursivas da interação, uma vez que coloca em funcionamento, no texto, o mecanismo de hipostasiação, por meio do qual os objetos são “reavaliados, ressignificados, recategorizados marcando uma mudança de nível, uma condensação da informação”, promovendo (argumentativamente) uma requalificação do objeto-de-discurso ao qual se referem (CAVALCANTE; MESQUITA, 2001, p. 59).

No exemplo analisado, o SN **esse crédito eleitoral** só pode ser compreendido por meio da categorização e recategorização do verbo *ganhar* que, sendo nominalizado, passa ao nome *ganho*, o qual possibilitou o encapsulamento da porção textual por **esse crédito eleitoral**. O SN encapsulador **esse crédito eleitoral** parece exercer, no âmbito desse gênero textual, a mesma função exercida pelas conjunções lexicais exemplificadas por Stassi-Sé, ou seja, relaciona Movimentos por meio de funções interacionais. No caso em questão, pode-se observar que o SN **esse crédito eleitoral** orienta o monitoramento da interação e é por meio dele que o produtor busca resgatar, na memória do interlocutor, as informações dadas – função semelhante à descrita por Stassi-Sé (2012) como função de Resgate.

Esses fatos favorecem a inserção da Camada Discurso no Nível Interpessoal da GDF como “uma ferramenta útil também para explicar fenômenos próprios de textos escritos, que envolvem a coesão e a coerência” (STASSI-SÉ, 2012, p.175), como o caso das anáforas encapsuladoras, objetos deste estudo. É evidente que o SN **esse crédito eleitoral** exerce função coesiva e relaciona porções textuais maiores do discurso que, segundo a proposta de Stassi-Sé, devem “ser consideradas no Nível Retórico” (idem, p.175), fato que possibilita sua representação, na estrutura da GDF, no Nível Interpessoal.

Posicionado quase sempre no início de parágrafos ou orações, o SN encapsulador “sumariza a porção textual precedente” e funciona como uma espécie de subtítulo “que simultaneamente interpreta um parágrafo precedente e funciona como ponte de início para um outro” (Conte, 2003), ou seja, um SN encapsulador, como o exemplificado em (71), contribui para a construção e manutenção do tópico discursivo. Ou seja, nos termos da GDF, assume funções interacionais.

Embora não seja objetivo deste trabalho propor uma representação formal dessa nova camada, cientes que somos das consequências dessa inserção para as já complexas regras de representação da GDF, apresentamos, abaixo, uma representação simplificada desse encapsulamento por meio da camada Discurso de Stassi-Sé (2012), apenas para demonstrar a instância em que o encapsulamento se processa:

(D_i: [(M_i: As taxas de homicídios são atualmente o grande parâmetro de avaliação das políticas de segurança em todo o mundo. Assim como a cotação do dólar e a taxa de juros para a política monetária, as flutuações das taxas de homicídios vêm sendo parâmetro de avaliação da gestão pública: cidades que conseguem reduções expressivas são vistas como modelos de “boas práticas” a replicar. São Paulo foi incluída recentemente, no relatório de 2011 do Onudoc (United Nations Office on Drugs and Crime), como um 'case' na redução da taxa de homicídios em comparação com outras cidades latino americanas e brasileiras (M_i))

(M_j: Ao ser citada em um relatório desse tipo, sobretudo com uma redução que posiciona a cidade abaixo da linha imaginária do que é considerado um índice “epidêmico”, as políticas governamentais de segurança ganham enorme respaldo nacional e internacional. Sabe-se bem como esse ganho foi capitalizado rapidamente pelo governo paulista durante a última década. (M_j))
 (M_k: Contudo, **esse crédito eleitoral**, acima de tudo, político-administrativo, não foi usufruído sem que, bem longe das razões governamentais, se constituísse um lastro que sustenta outra história acerca da redução das taxas de homicídios. (M_k) Resgate] (D_i))

No que se refere às propriedades morfossintáticas das anáforas encapsuladoras as quais justificariam a inserção, no Nível Morfossintático da GDF, da camada Texto, proposta por Stassi-Sé (2012), pode-se considerar a determinação do SN encapsulador por pronomes demonstrativos, artigos definidos, pronomes possessivos etc, os quais possuem representação no Nível Morfossintático.

Stassi-Sé defende, em seu estudo, que as conjunções deixam de lado seus significados prototípicos para assumirem um significado atribuído no nível do discurso, e em proporções textuais maiores que o Movimento.

Paralelamente ao que afirma Stassi-Sé (2012), com relação às conjunções que indicam uma relação de dependência discursiva, podemos entender que os determinantes dos SN encapsuladores, codificados no Nível

Morfossintático por meio de artigos, pronomes demonstrativos e possessivos, participam na expressão do significado, conforme sustentado por Hengeveld & Mackenzie (2008, p. 354). No SN **esse crédito eleitoral**, por exemplo, o determinante demonstrativo possui um caráter intrinsecamente dêitico de apresentar um novo objeto ou focalizá-lo, instruindo o leitor a buscar no cotexto imediato o referente para a expressão anafórica (Conte, 2003), funcionando, dessa forma, como organizador textual.

Esse fato demanda, no Nível Morfossintático da GDF, uma camada superior à da Expressão Linguística para codificar determinantes (ou qualquer outra classe gramatical) que participam do encapsulamento (ou de qualquer outro fenômeno) que ocorre entre porções textuais maiores que a Expressão Linguística. A camada, sugerida por Stassi-Sé (2012), e denominada de Texto (Te) possui a seguinte representação:

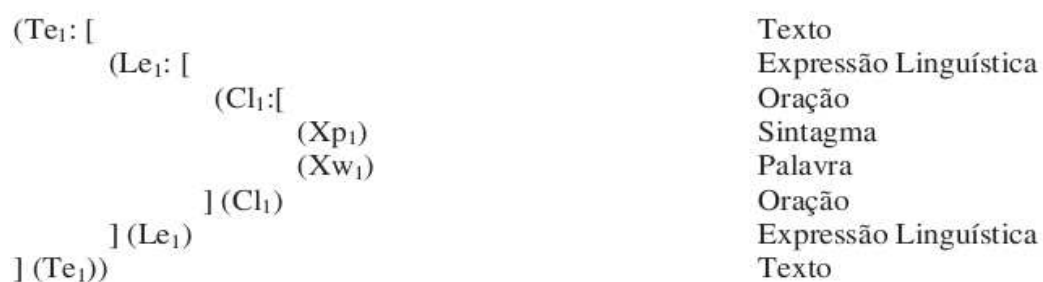


Figura 13 - Inserção da Camada Texto no Nível Morfossintático (STASSI-SÉ, 2012, p.178)

Além disso, existem encapsulamentos de porções textuais maiores no discurso realizados por meio de pronomes demonstrativos, que possuem representação no Nível Morfossintático, justificando a necessidade da camada

Texto para relacionar “unidades independentes morfossintaticamente uma das outras, que constituem um Texto” (STASSI-SÉ, 2012, p. 178). O exemplo (74), em que o pronome demonstrativo **isso** retoma a porção textual precedente, ilustra o encapsulamento, por meio do determinante demonstrativo, de duas Expressões Linguísticas no Nível Morfossintático:

- (74) O Mercosul passa a somar PIBs de 3,3 trilhões de dólares e a abranger 72% da América do Sul: “Considerando os 4 países mais ricos do mundo, Estados Unidos, China, Alemanha e Japão, o Mercosul somado é a 5º força”, disse Dilma Rouseff, demonstrando seus conhecimentos matemáticos (mas não econômicos). O ingresso da Venezuela poderia ser interessante para os países do bloco se permitisse acordos bilaterais, de intercambio de energia, com base em preços inferiores aos internacionais, investimentos industriais em ampla escala, com créditos baratos e de longo prazo. **Isso** é uma perspectiva fora do alcance das burguesias nacionais, pelas suas rivalidades (incapacidade de planificação) e pela pressão do capital financeiro internacional. (*Caros Amigos*, 28 de agosto de 2012)

Levando em conta a inserção da Camada Texto no Nível Morfossintático e, considerando, igualmente, que o objetivo deste trabalho não é o de propor uma representação formal dessa nova camada, cientes que somos das consequências dessa inserção para as já complexas regras de representação da GDF, segue, abaixo, uma representação simplificada do encapsulamento do exemplo (74) por meio da camada Texto de Stassi-Sé (2012), apenas para demonstrar a instância em que o encapsulamento se processa:

(Te_i: [(Le_i - O Mercosul passa a somar PIBs de 3,3 trilhões de dólares e abranger 72% da América do Sul: “Considerando os 4 países mais ricos do mundo, Estados Unidos, China, Alemanha e Japão, o Mercosul somado é a 5ª força”, disse Dilma Rouseff, demonstrando seus conhecimentos matemáticos (mas não econômicos). O ingresso da Venezuela poderia ser interessante para os países do bloco se permitisse acordos bilaterais, de intercâmbio de energia, com base em preços inferiores aos internacionais, investimentos industriais em ampla escala, com créditos baratos e de longo prazo. (Le_i) **Isso** (Le_j: - é uma perspectiva fora do alcance das burguesias nacionais, pelas suas rivalidades (incapacidade de planificação) e pela pressão do capital financeiro internacional. - (Le_j)] (Te_i))

As análises empreendidas até o momento permitem fazer algumas considerações acerca da questão suscitada no início deste capítulo: A anáfora encapsuladora integra o Componente Gramatical da GDF?

Alguns argumentos favorecem a tese da pertinência do fenômeno anafórico do encapsulamento ao Componente Gramatical da GDF:

1. As regularidades apresentadas pelos SN encapsuladores ao encapsularem categorias do Nível Interpessoal:

- a) exercem preferencialmente a função de monitoramento da interação;
- b) encapsulam entidades de quarta ordem;
- c) apresentam SNs formados por nominalização de processos verbais;
- d) podem ser agrupados em uma classe aberta.

2. As regularidades apresentadas pelos SN encapsuladores ao encapsularem categorias do Nível Representacional:

- a) exercem preferencialmente a função de organização textual;
- b) encapsulam entidades de segunda e terceira;

- c) as categorias Modo, Razão e Quantidade exercem papel semelhante ao dos conectivos textuais, fato que pode revelar uma aproximação entre esse tipo de referência e o processo de gramaticalização (CONTE, 2003, LOPES, 2010);
- d) a estrutura dos SNs encapsuladores: possui maior incidência de Modificadores – adjetivos que, associados aos substantivos, assumem função predicativa, atuando como qualificadores ou como classificadores, fato este que pode representar uma propriedade gramatical marcadora desse tipo de referência e que não é tratado pela GDF.
- e) podem ser agrupados em uma classe aberta.

Porém, mesmo se configurando como um fenômeno de orientação discursiva, como se pôde ver, sobretudo por meio da proposta de Stassi-Sé (2012), em que as funções interacionais acionadas no Nível Interpessoal relacionam Movimentos entre si e promovem o acesso ao Componente Contextual que armazena a informação necessária para a interação, a referência por encapsulamento anafórico não deixa marcas morfossintáticas ou fonológicas que permitam identificar as unidades encapsuladas desta ou daquela camada. Em outras palavras, não existe nenhuma pista estrutural que permita ao falante identificar se uma anáfora está encapsulando um Movimento, um Ato Discursivo, um Conteúdo Comunicado ou um Estado-de-coisas ou até mesmo uma unidade maior do que o

Movimento. Depreender qual camada está sendo encapsulada depende exclusivamente de interpretação contextual, fato que indica que a referenciação anafórica encapsuladora não é marcada no Componente Gramatical da GDF, configurando-se como um fenômeno que se resolve no Componente Contextual.

Todavia, a GDF se configura como uma importante e eficaz ferramenta para descrever fenômenos, mesmo não sendo esses fenômenos gramaticais. O que ficou evidente, por meio da descrição apresentada, é que o SN encapsulador (como os SNs em geral) será um Subato de Referência, na Representação do Nível Interpessoal, e uma entidade de alguma ordem no Nível Representacional. A anáfora por encapsulamento possui sim um lugar na descrição dos níveis Interpessoal e Representacional, mas não possui uma descrição especial pelo fato de ser uma anáfora encapsuladora.

Esse fato, entretanto, não invalida o estudo de Stassi-Sé (2012) sobre a inserção das Camadas Discurso e Texto nos níveis Interpessoal e Morfossintático, pois, como bem se evidenciou, a camada Texto permite que se faça referência a partes maiores que a Expressão Linguística (para casos de encapsulamento que apresentam marcação no Componente Gramatical da GDF) e a camada Discurso permite, ao relacionar Movimentos entre si, que promova o acesso ao Componente Contextual responsável pela interpretação do fenômeno anafórico encapsulador.

Por se tratar de um fenômeno de orientação discursiva, a determinação de um SN encapsulador é feita no Nível Interpessoal por meio do qual se

acessa o Componente Contextual, por isso o fenômeno do encapsulamento não tem determinação morfossintática.

Outra questão levantada por este estudo refere-se especificamente ao Componente Contextual da GDF. O fenômeno do encapsulamento anafórico, se configurando como de orientação discursiva possui, ainda, sua contraparte sociocognitiva. Essa contraparte não figura nos moldes da GDF, pois seus autores consideram os fenômenos sociocognitivos como parte de uma gramática da mente humana a qual não se enquadra nos objetivos da GDF.

Retornando ao SN do exemplo (71), **esse crédito eleitoral**, pode-se observar que esse SN serve de ponte para acessar o Componente Contextual que promoverá sua interpretação. Porém a interpretação do significado desse SN demanda que se faça remissão a outras informações, além das discursivas, pois esse SN não encapsula a porção textual precedente, mas sim o fato de o governo de São Paulo ter feito uma “propaganda enganosa” com os dados de uma pesquisa sobre as taxas de homicídios para favorecer campanhas eleitorais. Isso necessita ser deduzido do cotexto.

Para compreensão de encapsulamentos como **esse crédito eleitoral**, há que se mobilizar, como aponta Marcuschi (2000, p.4), estratégias que ultrapassam as operações simples de coesão por encadeamento de elementos linearizados, ou seja, é preciso, “evocar um conjunto de propriedades, relações ou associações (frames, cenários, esquemas etc), no dizer de Koch (2011, p 81), é preciso mobilizar o contexto sociocognitivo. Esse contexto, de acordo com a autora, engloba não só o cotexto, “mas também a situação de interação

imediate, a situação mediata (o entorno sociopolítico-cultural) e também o contexto sociocognitivo dos interlocutores”.

Na GDF, o contexto imediato, que engloba os participantes, local e tempo da interação, objetivo da comunicação e meio de propagação está inserido no estrato Situacional, presente no modelo do Componente Contextual proposto por Hengeveld e Mackenzie (Inédito). O contexto mediato ou o entorno sócio-histórico-cultural, que abrange os aspectos sociais, históricos e culturais envolvidos na comunicação parece não estar abarcado nesse extrato.

Da mesma forma, o contexto sociocognitivo, que, de acordo com Koch (2011, p. 81), leva em consideração o fato de que “os sujeitos se movem no interior de um tabuleiro social”, ou seja, que o terreno do discurso possui regras, convenções e normas as quais devem ser seguidas parece não se incluir no conceito de contexto proposto pela GDF.

No entender deste estudo, fatores de ordem sociocognitiva devem fazer parte do Componente Contextual por meio de um novo estrato, inicialmente denominado de Procedural. As justificativas para inserção desse estrato são apresentadas no próximo item.

4.3 JUSTIFICATIVAS PARA A INSERÇÃO DO ESTRATO PROCEDURAL NO COMPONENTE CONTEXTUAL

Salomão (1999, p.71) afirma que fazer sentido ou interpretar é “necessariamente uma operação social na medida em que o sujeito nunca constrói o sentido em si, mas sempre para alguém (ainda que este alguém seja si mesmo)”.

Nesse viés, os estudos sobre Linguística Cognitiva¹ apontam para “a natureza essencialmente situada da cognição”, isto é, os fenômenos cognitivos “devem ser socialmente localizados”. (Salomão 1999, p. 64).

Essa hipótese, denominada de sociocognitiva, entende o significado como algo construído na dinâmica social, e a palavra como tendo a função de construir o sentido, produzido com base no conhecimento do falante e nas construções linguísticas que emergem via discurso – fato que, segundo Martelotta e Alonso (2012, p. 92), aproxima a hipótese sociocognitivista da teoria funcionalista cujos princípios norteadores partem da “linguagem em uso e do sentido contextualmente situado”.

Os termos Linguística centrada no uso ou Linguística Cognitivo-funcional vêm sendo utilizados por vários autores cognitivistas e funcionalistas² para designar um modelo de análise das línguas em que o sentido depende do contexto e em que os aspectos culturais interferem

¹ De acordo com Passeggi (2006, p.24), os estudos sobre Linguística Cognitiva englobam cinco correntes teóricas principais representadas por Langacker (a gramática cognitiva), Lakoff e Johnson (a teoria da metáfora conceitual), Fauconnier e Turner (a teoria da integração conceitual), Fillmore (a frame semantics), as diversas “gramáticas de construção” baseadas nos trabalhos de Fillmore. Destacam-se, também, autores como Talmy (2001, 2003), pioneiro da semântica cognitiva, e Chafe (1994, 1998), com seus trabalhos sobre o discurso e o fluxo da consciência. Esses autores não se filiam diretamente às cinco correntes, mas seus trabalhos contribuem decisivamente para a área da cognição. Acrescenta-se, ainda, a estas correntes as propostas do grupo franco-suíço formado por Apothéloz, Mondada e Dubois.

² Tomasello, 1988, 2003a, 2003b; Barlow e Kemmer 2000; Bybee, 2006, 2010; Givon, 2005; Traugott, 2003. (MARTELOTTA; ALONSO, 2012)

diretamente nos mecanismos de estruturação das frases, ou, “em outras palavras, em que a gramática é vista como um conjunto de princípios de adaptação contextual” (MARTELOTTA; ALONSO, 2012, p. 97). Desse modo, o conhecimento da gramática implica no conhecimento dos fenômenos interacionais que perpassam nossa vida social, assim como dos mecanismos de natureza cognitiva essenciais à comunicação, como o armazenamento de informações na memória e o processamento e interpretação dessas informações. O sistema cognitivo não é mais visto como algo que acontece apenas dentro das mentes, “as atividades cognitivas não estão separadas das interações com o meio, nem, obviamente, da vida social” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2004).

Essas considerações, aplicadas à análise linguística do fenômeno da referenciação anafórica por encapsulamento, servem de pano de fundo para a nossa proposta de que a GDF adote, em sua estrutura, mais especificamente no Componente Contextual, o estrato Procedural, que poderá, mediante o entendimento de que a produção de sentido é uma representação social, adequar ainda mais o modelo a uma concepção de gramática em que o contexto seja visto como “uma ação construída socialmente, sustentada interativamente e temporalmente delimitada” (GUMPERZ, 1996 *apud* SALOMÃO, 1999, p.75)

Como já dissemos, embora a GDF conceba a interferência do Componente Contextual sobre o Componente Gramatical, ela não trata das questões relativas às escolhas do falante as quais demandam outros tipos de

conhecimento que vão além da informação discursiva, como o conhecimento enciclopédico, o sociointeracional e as inferências, por exemplo, por considerar que exigiriam um modelo mais amplo da mente humana, o que fugiria às ambições da gramática. Nesse sentido, é interessante comentar o exemplo de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 120), já citado no capítulo II deste estudo, para justificar a necessidade de inserção do estrato Procedural no Componente Contextual da GDF:

- (72) I met our new neighbours yesterday. She is an advertising executive.
Eu conheci os nossos novos vizinhos ontem. **Ela** é uma executiva de publicidade.

Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que, em casos como os de (72), o Componente Contextual derivará um correferente provável para o pronome **ela**. Em seguida os autores afirmam que o referente plausível é encontrado por meio da suposição de que um dos vizinhos é uma mulher e solicitam que se consulte Cornish (2002) para uma discussão acerca do tema. O autor em questão afirma que é o conhecimento estereotipado evocado por meio do sintagma *nossos novos vizinhos* (o qual ativa um *frame* de casal com os filhos, os avós, etc) que permitirá ao destinatário encontrar um referente plausível, fazendo a suposição de que um dos novos vizinhos é uma mulher, evocada por meio do pronome **ela**. Para tanto, o receptor terá que ativar modelos mentais, bem como discursivos, para interpretar a associação. Isso evidencia a necessidade da GDF de promover uma redefinição do

Componente Contextual do modelo para que possa promover uma análise mais ampla de fenômenos como os exemplificados em (72), em que os autores denominam de correferência uma anáfora sem antecedente explícito, assim como o fenômeno do encapsulamento anafórico.

Salomão (1999) chama atenção para a relação entre a produção de significados e o contexto em casos de anáforas sem antecedente explícito como o exemplificado por Hengeveld e Mackenzie (2008). Nesse tipo de anáfora,

o contexto deve ser provido por modelos cognitivos idealizados (MCIs) dentro dos quais determinados papéis, suscitados por informação lexical específica, constituam a antecedência para a realização referencial do pronome. (SALOMÃO, 1999, p. 70).

A autora comenta também um fragmento da música de Peninha que apresenta uma referência ainda mais inespecífica do que a referência sem antecedente explícito ilustrada por Hengeveld e Mackenzie (2008):

(...) *por que você me esquece e some?*
*E se eu me interessar por **alguém**?*
*E se **ela** de repente me ganha?(...)*
 (SALOMÃO, 1999, p. 70)

Nesse fragmento, apenas os modelos cognitivos não seriam o bastante para interpretar o referente do pronome **ela**. Como afirma a autora (p.70), “o enunciador está falando em tese, pois não há pressuposição da existência do indivíduo a quem a anáfora se liga”. Cabe, nesse caso, incorporar um modelo conceptual de “busca amorosa” e nesse modelo determinar ideologicamente o papel do gênero (masculino/feminino), em seguida entender como essa

determinação ideológica opera no modelo: o cantor é um homem, portanto seguindo o modelo cognitivo da “busca amorosa”, o objeto de seu interesse deve ser alguém do sexo oposto, daí o uso de **ela**, pronome que se atribui a um “objeto virtual do amor do intérprete da canção”. (SALOMÃO, 1999, p. 71)

Os exemplos de Hengeveld e Mackenzie (2008) e de Salomão (1999), assim como das anáforas por encapsulamento, revelam que a interpretação centrada no uso (tradição funcionalista) não pode abdicar-se das convicções sociocognitivas, pois, do contrário, estaria negando o que Fauconnier, (1997, *apud* Salomão, 1999, p. 75), tão bem enfatiza: “a linguagem é essencialmente um dispositivo para construção do conhecimento”.

Além disso, como afirma Nuyts (2010), Linguística Cognitiva e Linguística Funcional, no que tange ao objeto de investigação, são em grande medida complementares em suas preocupações e a união de seus pontos de vista para tratar os diferentes aspectos de um mesmo objeto, pode propiciar, aos estudos da linguagem, uma gama de novas idéias de ambos os lados. Para o autor, é possível lutar por uma integração dos dois modelos, desde que eles demonstrem compatibilidade não só em termos gerais, mas também em um nível mais concreto, por exemplo, o da descrição gramatical, ponto sugerido neste estudo.

A aproximação das duas teorias por meio da inserção de mais uma camada no Componente Contextual que leve em consideração fatores socioconitivos comprova a afirmação de Nuyts (2010) de que Linguística Cognitiva e Linguística Funcional não se diferem na questão de princípios e,

na prática, tanto uma como outra não constituem empecilho para o uso de qualquer estratégia que vise a investigação de um fenômeno linguístico.

Assim, este estudo propõe a inserção do Estrato Procedural (EP) ao Componente Contextual. Esse estrato ficaria responsável pelas estratégias de ordem sociocognitiva necessárias para o processamento de fenômenos linguísticos que não são contemplados pela GDF, como o caso das anáforas encapsuladoras, objetos deste estudo, as quais operam entre partes longas de discurso, muitas vezes superiores ao Movimento da GDF, e não deixam marcas na gramática (não se sistematizam no Nível Morfossintático), pois realizam-se nos Níveis Interpessoal, Representacional ou, de maneira mais complexa, necessitam, para sua compreensão, que se remeta ao Componente Contextual – o que instigou a proposta do estrato Procedural.

Essa proposta baseia-se nos estudos desenvolvidos por Mondada e Dubois (1995), Koch (2002, 2004, 2011), Marcuschi (2001), e outros, que tratam dos fenômenos de referenciação. Segundo esses autores, o processamento textual baseia-se no uso de estratégias sociocognitivas ou, no dizer de Van Dijk e Kintsch (1983, *apud* Koch, 2002, p. 45), “estratégias de uso dos vários tipos de conhecimento que temos armazenados na memória – estratégias do tipo procedural”.

Koch (2002, p. 48), citando Heinemann e Viehweger (1991), afirma que o processamento textual ancora-se em três sistemas de conhecimentos: o linguístico, o enciclopédico e o interacional.

Esses conhecimentos ajustam-se perfeitamente ao estrato Procedural sugerido neste trabalho como forma de ampliação do Componente Contextual. Os três sistemas de conhecimentos passariam a compor as camadas do Componente Contextual da GDF onde exerceriam papéis como:

- a) Conhecimento Enciclopédico (CE) – representaria o conhecimento de mundo armazenado na memória de longo termo.
- b) Conhecimento Linguístico (CL) – por referir-se ao conhecimento do léxico, da gramática da língua, seria responsável pela sequenciação textual por meio do uso de mecanismos coesivos adequados aos modelos cognitivos ativados.
- c) Conhecimento Sociointeracional (CS) – Descreveria as formas de interação por meio da linguagem, as quais incluem os conhecimentos Illocucional (tipos de atos de fala), o conhecimento Comunicacional (normas de comunicação – máximas de Grice), o conhecimento Metacomunicativo (conhecimento dos vários tipos de ações linguísticas que asseguram a compreensão e aceitação do texto) e o conhecimento Superestrutural (conhecimento sobre os gêneros textuais).

Levando em consideração esses conhecimentos, podemos propor a seguinte representação hierárquica simplificada do Componente Contextual, baseada na proposta de Hengeveld e Mackenzie (Inédito), apresentada no capítulo III deste estudo:

COMPONENTE CONTEXTUAL

Estrato Procedural: CE:CL:CS

Estrato Situacional: T: T₀
L: L₀

Estrato Discursivo: M: (M_J)
(M_I)
A: (A_J)
(A_I)

Figura 14. Representação hierárquica simplificada do Estrato Procedural no Componente Contextual

O estrato Procedural (EP) posiciona-se, no Componente Contextual, acima do estrato denominado Discursivo. Cada um dos conhecimentos contidos no (EP) é um conhecimento procedural, ou seja, relaciona-se às operações por meio das quais os conhecimentos Linguístico, Enciclopédico e Sociointeracional se atualizam no momento de efetuar o processamento dos fenômenos textuais. O estrato Procedural comanda os três tipos de conhecimentos, adaptando-os ou adequando-os às diversas situações de comunicação, levando em conta, para isso, o conhecimento dos interlocutores a respeito do seu entorno sociocultural, dos modelos ou frames armazenados em sua memória de longo termo, das estratégias de interação, da organização do material linguístico na superfície textual, dentre outros.

Considerando que a referência anafórica por encapsulamento não rotula apenas Movimentos, Atos Discursivos, Estados-de coisas ou demais categorias

dos níveis Interpessoal e Representacional como coisas do mundo real, mas atua na constituição do sentido textual, uma vez que exige, para sua interpretação, a ativação de estratégias linguísticas, cognitivas e sociais por meio das quais, no dizer de Beaugrande (1997), se constroem, na interação, os objetos de discurso, a inserção do estrato Procedural ao Componente Contextual da GDF permite tratar o fenômeno do encapsulamento anafórico em seu contexto de uso, o que vai ao encontro dos propósitos de uma gramática que prioriza o fenômeno linguístico em contextos reais de uso.

No caso do SN **esse crédito eleitoral**, do exemplo (71), pode-se afirmar que ele garante a integração semântica entre as sequências constitutivas do texto, atuando na manutenção e progressão temática e desempenhando funções discursivas e sociocognitivas; por exemplo, esse SN mobiliza nosso conhecimento socialmente situado (CS) uma vez que ele encapsula uma parte do cotexto que nos remete para uma realidade de nosso país – a violência urbana e suas causas.

Para entendermos **esse crédito eleitoral** precisamos também conhecer nossa realidade política a qual busca “tirar proveito” de tudo para conseguir manter-se no poder. Nesse sentido, seria possível até se substituir o adjetivo *político* por *politiqueiro*.

A interpretação desse SN encapsulador demanda, ainda, o Conhecimento Enciclopédico (CE), pois o receptor precisará ativar frames que, de acordo com Beaugrande e Dressler (1981), são padrões globais os quais contêm o conhecimento do senso comum acerca de algum conhecimento

central – ou seja, o receptor precisa conhecer os modelos de política – mais especificamente, “as maracutaias” políticas do Brasil para compreender a retomada por meio do SN em questão, usado de maneira irônica por parte do produtor do texto.

Além da ativação de frames, a interpretação do SN **esse crédito eleitoral** requer também Conhecimento Linguístico (CL) – responsável pela ordenação textual em sequências lógicas que promovem a progressão textual. No caso do exemplo analisado, o próprio SN encapsulador age como elemento coesivo, ligando partes textuais e estabelecendo a lógica discursiva. É o SN encapsulador que ativa, no Componente Contextual, os modelos cognitivos adequados à interpretação.

Além disso, por meio do CL, os elementos textuais são dispostos de forma a atingir o objetivo pretendido. Por exemplo, o SN **esse crédito eleitoral** tem, no texto, alto valor argumentativo e/ou persuasivo representado, sobretudo, pelo uso da locução adjetiva avaliativa classificadora *eleitoral* como modificador do SN. Há que se atentar, ainda, para o uso do determinante demonstrativo, que, devido à sua função dêitica, apresenta um novo objeto ou focaliza-o, instruindo o leitor a buscar no cotexto imediato o referente para a expressão anafórica (Conte, 2003).

Por fim, o texto obedece à superestrutura (CS) do gênero artigo de opinião e seu propósito comunicativo, qual seja, o de persuadir o interlocutor, levando-o a buscar no seu Conhecimento Enciclopédico a associação entre *crédito eleitoral e manipulação de dados da pesquisa de segurança de São*

Paulo para concluir que o governo de São Paulo usou dados de uma pesquisa para obter votos .

Essas estratégias utilizadas pelo autor encontram-se presentes (sob a forma de enquadres) na memória de longo termo do produtor/receptor do texto e são de extrema importância na produção e recepção textual, pois, como afirmam Beaugrande e Dressler (1981), influenciam a forma como um tópico deve ser desenvolvido, ordenam o texto em uma sequência lógica, determinam como os produtores dos textos irão prosseguir seus objetivos e, por fim, como os produtores dos textos adequam seus discursos a um determinado gênero para obtenção do efeito argumentativo desejado.

4.4 SÍNTESE

Retomando as posições defendidas por Cornish (2009) acerca do Componente Contextual da GDF, determinados fenômenos linguísticos, como o encapsulamento anafórico, não podem ter sua interpretação situada apenas em um segmento do cotexto, pois seu sentido é resultado de uma co-construção que envolve os participantes do discurso e as diversas pistas evocadas por meio do contexto.

Para Cornish (2009), o contexto deve capacitar a criação de discursos; é por meio da evocação de contexto que o destinatário pode fazer inferências sobre os enunciados do falante. Para o autor, esse fato constitui

um traço importante do uso de língua, já que permite ao falante ser tão econômico quanto possível ao criar textos.

O autor sugere, também, a necessidade de se especificar, no Componente Contextual, a noção de gênero textual uma vez que o gênero traz implicações para a forma de expressões indexadas.

Vale mencionar, ainda, a preocupação do autor com a representação do discurso prévio, pois é ele que torna disponíveis referentes discursivos, cuja expressão anafórica particular pode retomar.

Cornish (2009) finaliza sua exposição afirmando que o Componente Contextual da GDF precisa ser desenvolvido para que abarque as representações do contexto situacional que incluem, principalmente, informações de longo prazo.

Como se sabe, a GDF é um modelo que se encontra em construção, porém seus autores já previam uma interação entre o Componente Contextual e o Componente Gramatical. O Componente Contextual está aberto para ser descrito e será em função das necessidades dos fenômenos linguísticos e não de maneira aleatória.

E foi exatamente por meio da análise de um fenômeno linguístico que este estudo propôs um estrato a mais no Componente Contextual o qual possa ser capaz de resolver as questões como do encapsulamento anafórico, assim como outros tipos de anáforas, como as denominadas por Cornish (2009) de anáforas discursivas, que se processam no Componente Contextual via processos discursivos e sociocognitivos.

Cornish (2009) não menciona explicitamente o fator sociocognitivo em sua abordagem, porém, ao mencionar a questão das inferências e da memória de longo prazo, o autor está automaticamente afirmando que o Componente Contextual da GDF necessita contemplar fenômenos que envolvem sociocognição.

Acontece que, como foi demonstrado no decorrer deste estudo, a GDF se ocupa dos fenômenos que se sistematizam nas gramáticas das línguas, e não da forma como os fenômenos se realizam em contextos sociais específicos de usos da linguagem, isto é, a GDF se constitui como um modelo de descrição gramatical que pretende atingir a adequação tipológica, o que exclui a informação sociocognitiva, presente no fenômeno do encapsulamento anafórico, assim como nas anáforas discursivas, do escopo dessa gramática.

Porém, mesmo em face dessa posição da gramática de Hengeveld e Mackenzie (2008), este estudo entende que fenômenos linguísticos universalmente marcados e fenômenos linguísticos que se processam no interior de determinadas línguas, como o caso do encapsulamento anafórico, permitem postular, no âmbito do modelo da GDF, o possível diálogo entre a descrição abstrata e a descrição particular de aspectos dos fenômenos linguísticos e justifica a proposta do Estrato Procedural como um ganho para o modelo.

Descrever um fenômeno particular, específico a determinadas línguas pode, ao contrário do que se possa imaginar, levar a uma generalização. No caso do encapsulamento anafórico, por exemplo, o fato do SN encapsulador,

na função avaliativa, vir acompanhado de adjetivos exercendo função predicativa (como em 73) pode ser uma propriedade gramatical marcadora desse tipo de referenciação ainda não contemplado pela GDF:

- (73) Não é preciso ser da esquerda radical para ver que os remédios neoliberais da Troika são catastróficos. Paul Krugman, Nobel de economia, não cansa de repetir: como “sanear as finanças” da Grécia, se o país está de joelhos, em recessão, o que só vai diminuir a receita e desequilibrar o orçamento? Para que serviram os “generosos” empréstimos da Europa e do FMI? Para pagar... a dívida com os bancos, correndo o risco de se endividar de novo. Os “experts” da Troika seguem o capitalismo como uma religião (W. Benjamin, 1921): uma religião cujas divindades – os mercados financeiros dos decretos imprevisíveis, arbitrários e irracionais – exigem sacrifícios (humanos).

Transformando o arbitrário, o secreto e o medo num verdadeiro modo de governar, **essa política de submissão brutal** de um povo só poderia provocar reações de fúria, desespero, raiva. (*Caros Amigos*)

Outro fato relevante diz respeito a uma possível gramaticalização dos encapsuladores como conectivos – mais especificamente dos encapsuladores de EsCo, como Modo, Razão e Quantidade – o que prenuncia uma representação de alguns tipos de encapsulamento na GDF.

Mais ainda, em casos como das anáforas sem antecedente explícito – encapsulamentos anafóricos ou anáforas discursivas, no dizer de Cornish (2009) – mesmo não retomando nenhum elemento antecedente, o contexto contribui para que em “algum momento posterior essas anáforas possam ser interpretadas em termos da aplicação de alguma predicação subsequente o que lhes conferirá uma sistematização na gramática” (CORNISH, 2009, p. 109) e

assegurará seu papel na construção das várias camadas da GDF, recuperando diferentes entidades.

Sendo assim, no entendimento deste estudo, a análise de um fenômeno particular não reduz o poder preditivo da GDF; ao contrário, confirma que o modelo, além de se aplicar à descrição de todas as línguas, constitui-se também como uma importante ferramenta de descrição do processamento de uma determinada língua.

CONCLUSÃO

A conclusão do percurso investigativo empreendido por este estudo requer que se volte aos objetivos inicialmente traçados para que, em confronto com os resultados obtidos, se possa traçar novas perspectivas sobre o encapsulamento anafórico no âmbito da GDF.

O principal objetivo desta pesquisa foi o de promover uma análise da chamada referência anafórica encapsuladora a partir do modelo da GDF, de forma a identificar as instâncias em que o encapsulamento se processa (contextuais, discursivas, semânticas e morfossintáticas).

Para isso, o estudo partiu do seguinte questionamento: o processo de referenciação por anáfora encapsuladora integra o Componente Gramatical da GDF? Ou, dito de outra maneira, a anáfora encapsuladora é um processo semântico-discursivo que tem consequências para a gramática de uma língua?

Procurou-se, também, no decorrer dessa investigação, lançar uma luz sobre a seguinte reflexão: há uma instância da referenciação que se marca na gramática; entretanto, há outra instância – a da identificação da porção textual de um encapsulamento anafórico – que se resolve no Componente Contextual, postulado conforme Hengeveld e Mackenzie (Inédito).

Antes de apontar algumas considerações acerca do fenômeno analisado neste estudo, o encapsulamento anafórico no âmbito do modelo da GDF, uma

breve retomada do percurso realizado para atingir este fim, permitirá avaliar as reflexões apresentadas ao longo da construção de cada capítulo.

Inicialmente foi apresentada uma discussão teórica acerca do encapsulamento anafórico por meio de uma análise conjunta de diferentes aspectos desse fenômeno (estrutura morfossintática da expressão anafórica, funcionamento semântico, funções sócio-discursivas etc.), procurando mostrar, de forma específica, como esse processo de encapsulamento anafórico atua na construção textual.

Nessa discussão foi possível, em uma breve tentativa de sistematizar os diferentes aspectos envolvidos nesse fenômeno, identificar quatro principais dimensões envolvidas no funcionamento do fenômeno do encapsulamento anafórico, que seriam as dimensões sociocognitiva, discursiva, semântica e morfossintática.

A discussão teórica acerca do encapsulamento anafórico evidenciou, ainda, que esse tipo de remissão, ao empregar termos de valor axiológico, constitui um poderoso recurso argumentativo, manifestando o ponto de vista do autor.

Em seguida, no capítulo II, passou-se a discutir sobre o fenômeno da referenciação e da referenciação por encapsulamento no âmbito da GDF. Foi feita, primeiramente, uma apresentação do modelo da GDF e de sua estrutura descendente. Em seguida, uma explanação teórica sobre a referenciação no modelo de Hengeveld e Mackenzie (2008), e outra, sobre o encapsulamento anafórico nos níveis Interpessoal e Representacional, a qual permitiu concluir

que a GDF dá conta de boa parte da questão da referenciação por encapsulamento anafórico. Todavia, existem determinados tipos de anáforas encapsuladoras que não encapsulam nenhuma das categorias dos níveis Interpessoal e Representacional, e que necessitam de uma camada mais alta, no Componente Contextual, para sua solução. Para contemplar esse tipo de anáfora, que além de lidar com porções textuais mais amplas demandam a ativação de aspectos sociocognitivos, foi proposta uma camada, no Componente Contextual, superior às sugeridas por Hengeveld e Mackenzie (Inédito), para promover uma descrição mais abrangente da referenciação anafórica por encapsulamento, uma vez que o modelo apresenta, ainda, algumas restrições no que diz respeito ao Componente Contextual, que parece necessitar de uma redefinição para abarcar fenômenos anafóricos como o encapsulamento. Como o encapsulamento anafórico costuma ocorrer entre porções textuais maiores que o Movimento, foi proposta, no Nível Interpessoal, uma camada que contempla fenômenos que acontecem “acima” dessa categoria. Para isso, esse trabalho dialogou com a pesquisa de Stassi-Sé (2012), a qual sugere a inserção, no Nível Interpessoal, da camada Discurso, superior à camada Movimento e, no Nível Morfossintático, da camada Texto, superior à camada Expressão Linguística.

No capítulo III, discutiu-se os princípios teóricos das abordagens de Connolly (2007), Cornish (2009), Stassi-Sé (2012) e Hengeveld e Mackenzie (Inédito), com as quais esse trabalho dialogou.

E, finalmente, no capítulo IV, foi apresentada uma síntese sobre o funcionamento do encapsulamento anafórico na GDF, acompanhada de algumas considerações.

Foi possível, por meio das análises empreendidas, apontar algumas regularidades apresentadas pelo encapsulamento anafórico as quais conduziram à confirmação de que esse fenômeno ultrapassa o Componente Gramatical, indo se resolver completamente nas instâncias do Componente Contextual.

As reflexões acerca desse fenômeno permitem postular que ele possui, de um lado, um caráter gramatical evidenciado pela sua estrutura na qual predominam SNs que funcionam como proformas de sequenciação textual ou, ainda, SNs que se apresentam determinados por demonstrativos e acompanhados por adjetivos que, associados aos substantivos, assumem função predicativa, atuando como qualificadores ou como classificadores. Esse caráter gramatical revela, também, uma importante ligação entre referenciação e gramaticalização, prenunciando que o encapsulamento, em algum momento, poderá vir a fazer parte do sistema da gramática, funcionando como conectivo textual.

A discussão acerca do encapsulamento levou também a postular que a camada Discurso (Stassi-Sé, 2012) constitui uma opção para solucionar as questões de representação, na gramática, de fenômenos que envolvem vários Movimentos, mas que não apresentam fronteira definida, uma vez que a GDF não relaciona fenômenos que acontecem entre parágrafos ou porções maiores

que parágrafos. Da mesma forma, a discussão empreendida sob a forma de análise mostrou exemplos de encapsulamentos de porções textuais maiores que a oração realizados por meio de pronomes demonstrativos, que possuem representação no Nível Morfossintático, justificando a necessidade da camada Texto de (Stassi-Sé, 2012) para relacionar unidades independentes morfossintaticamente uma das outras, que constituem um Texto.

Porém, a discussão, sob a forma de análise, mostrou que o encapsulamento anafórico, mesmo se configurando como um fenômeno de orientação discursiva, não apresenta sistematização na gramática da língua portuguesa, ou seja, o fenômeno em questão possui interpretação unicamente contextual.

Esse fato permitiu, então, que se postulasse a necessidade de um estrato – denominado Procedural – no Componente Contextual da GDF. O argumento mais forte para justificar a inserção desse estrato foi a comprovação de que o encapsulamento anafórico, embora se configure como de orientação discursiva, possui sua contraparte sociocognitiva. Essa contraparte não pode ficar fora da GDF, justamente por que seus autores acreditam que fenômenos sociocognitivos devem ser analisados dentro de um modelo enciclopédico da mente humana.

Também não caberia dizer que a inclusão de todos, ou mesmo da maioria dos aspectos multiformes do contexto em um modelo de estrutura de língua como a GDF privaria o modelo de seu poder preditivo. Os encapsulamentos anafóricos que demandam, para sua interpretação, que se

faça remissão a estratégias sociocognitivas, constituem um tipo de anáfora, denominado por Salomão (1999, p. 69) de anáfora impenetrável ou anáfora relativizada ao seu contexto de enunciação. Nesse tipo de referenciação “o significante subdetermina o significado” e não é possível interpretar um item anafórico sem que se faça remissão ao seu contexto de produção.

Sendo assim, este estudo mostrou que inserção do estrato Procedural no Componente Contextual da GDF não impossibilita o modelo de predizer, mas possibilita-lhe ampliar suas predições por meio da contribuição das informações essenciais no processo de interpretação da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOTHÉLOZ, D. et CHANET, C. Défini et démonstratif dans le nominalizations. In: MULDER, W de. Et al. , éd. **Relations anaphoriques et (in)coherence**. Amsterdam:Rodopi, 1997, pp. 159-186.

BEAUGRANDE, R. e DRESSLER, W. U. **Introduction to text linguistics**. London/New York:Longman, 1981.

BEAUGRANDE, R. **New foundations for a science of text and discourse: cognition, communication, and the freedom of access to knowledge and society**. Norwood, New Jersey: Ablex, 1997.

CAMACHO, R. DALL'AGLIO-HATTNER, M.GONÇALVES,S.C.L. O Substantivo. In: Rodolfo Ilari, Maria Helena de Moura Neves. (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil** (V.2: Classes de Palavras e processos de construção). Campinas: Editora da Unicamp, 2008, v. 2, pp. 21-80.

CAVALCANTE, M.M. As nomeações em diferentes gêneros textuais. **Cad.Est.Ling.**, Campinas, Jul./Dez. 2001, pp.127-140,.

CAVALCANTE, M.M e MESQUITA, L.L. Argumentação e polifonia em anáforas encapsuladoras. **Letras Hoje**, Porto Alegre, v.46, n 1, Jan/Mar 2011, pp. 55-63,.

CHANET, C. Manipulations sur les SN anaphoriques résomptifs. Document de travail interne au projet. FNRS. "**La constructions des objets de discours par le SN complexes e les nominalisations**". Séminaire de Linguistique Française. Université de Fribourg, Suisse, avril de 1994.

CHAROLLES, M. Associative Anaphora and its Interpretation. **Journal of Pragmatics**, 31, 1999, p. 311-326.

CHAROLLES, M. Les indéfinis peuvent-ils être associatifs? In. KLEIBER, G. et SCHNEDECKER, C., (eds.) **Référence, inference: l'anaphore associative**. Cahiers de Praxématique, 2001, pp.43-69.

CONNOLLY, J.H. Context in Functional Discourse Grammar. **ALFA** Universidade Estadual Paulista – v.51, n.2. 2007 pp. 11-34.

CONTE, M. E. Encapsulamento Anafórico. In : CAVALCANTE, M.M. RODRIGUES, B.B. e CIULLA, A. (orgs). **Referenciação**. São Paulo:Contexto, 2003.

CORNISH, F. Anaphora: lexico-textual structure, or means for utterance integration within a discourse? A critique of the Functional Grammar account. **LINGUISTICS** v. 40 (3), June 2002, p. 469-493.

_____. **Text and discourse as context: Discourse anaphora and the FDG Contextual Component**. Université de Toulouse-Le-Mirail, France, 2009.

CORTEZ, S.L. A anáfora no processamento textual. **Estudos de Linguagem**. Vitória da Conquista, v.10 n.2 ; Dez/2012 pp.11-29.

DIK, S.C. **The Theory of Functional Grammar I**. Dordrecht:Foris Publication, 1989.

_____. **The Theory of Functional Grammar II**. New York:Mouton, 1997.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso : Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In : CAVALCANTE, M.M. RODRIGUES, B.B. e CIULLA, A. (orgs). **Referenciação**. São Paulo:Contexto, 2003.

Cohesion in Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J., VISMANS, R. M., BUTLER, C. S., CATWARD, R. A. (Eds.). **Discourse and Pragmatics in Functional Grammar**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

HENGEVLD, K; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**. Oxford:Oxford University Press 2008.

_____. Grammar and context in Functional Discourse Grammar. **Inédito**. Disponível em: home.hum.uva.nl/oz.hengeveld/ . Acesso em 15 de mar. de 2013.

Hymes, D.H. (1972) "On Communicative Competence" In: J.B. Pri de and J. Holmes (eds). **Sociolinguistics. Selected Readings**. Harmondsworth: Penguin, pp. 269-293. (Part 2).

KOCH, I.G.V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____, I. V. Como se constroem e reconstroem os objetos- de- discurso. **Investigações**. v. 21, p. 99- 114, 2008c. Disponível em: http://www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/Vol.21.2/Ingedore_Koch.pdf, acesso em 11/ago/2013.

KOCH, I. G. V., Cunha-Lima, M. L. A. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: MUSSALIM, F. BENTES, A, C. (Orgs) **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, I.G. ELIAS, V.M. **Ler e Escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2011.

LOPES, M.G. **Encapsulamentos Semânticos em Perspectiva Discursivo-Funcional**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2010.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge University Press, 1977.

MARCUSCHI, L. O barco textual e suas âncoras. **Letras e Letras**. (Curitiba), n 56, 2001, pp. 217-258.

MARTELOTTA, M.E.; ALONSO, K. S. “Funcionalismo, cognitivismo e dinamicidade da língua”. In: SOUZA, E. R. de.(org). **Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTELOTTA, M. E. Gramaticalização de conectivos portugueses: uma trajetória do espaço para o texto. **Estudos Linguísticos**, n.º 2, Dez. 2008, pp. 41-60.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. Construction des objets du discours et catégorization: une approche des processus de référenciation. **TRANEL** (Travaux neuchâtelois de linguistique), v. 23, 1995 pp.273-302.

NEIS, I. A. Por uma gramática textual. **Letras de hoje** (Porto Alegre), n. 44, 1981, p. 20-39.

NEVES, M.H.M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. A referenciação e a constituição do texto: reflexões no uso da língua portuguesa. **Revue belge de philologie et d’histoire**. Bélgica, 2001, pp. 273-302.

_____. Funcionalismo e Linguística do Texto. **Revista do Gel**, v. 1, p. 71-89, 2004.

NUYTS, J. Cognitive linguistics and functional linguistics. Geeraerts, Dirk, Hubert Cuyckens, eds. **Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp.543-565.

PASSEGGI, L. Gramática cognitiva e significado: tópicos de semântica cognitiva. In: **Odisséia**, v. 9, n. 13-14 - Natal, RN: EDUFRN, 2006, pp. 23-31.

SALOMÃO, M.M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, v. 4: 61-79, 1999.

STASSI-SÉ, J.C. **Subordinação Discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional**. Tese (Doutorado). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE). Universidade Estadual Paulista (UNESP). São José do Rio Preto. 2012.